

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ANTROPOLOGIA SOCIAL

*DE PAI PARA FILHO:  
TECENDO UM NOVO TERRITÓRIO FAMILIAR*

Uma etnografia sobre as relações geracionais na  
agricultura familiar do Município de Quilombo/SC

Maria Lúcia Lemos Haygert

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Amélia Schmidt Dickie

Florianópolis, 2000

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“DE PAI PARA FILHO: TECENDO UM NOVO TERRITÓRIO  
FAMILIAR”**

MARIA LÚCIA LEMOS HAYGERT

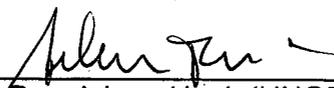
Orientadora: Dra. Maria Amélia Schmidt Dickie

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:



---

Dra. Maria Amélia Schmidt Dickie (UFSC-Orientadora)



---

Dra. Arlene Henk (UNOESC)



---

Dra. Maria José Reis (UFSC)

Florianópolis, 21 de dezembro de 2000.

*“Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles considero a enorme realidade”.*

Carlos Drummond de Andrade, in “Mãos Dadas”

*“Só o que eu quis, todo o tempo, o que  
eu pejei para achar, era uma só coisa  
– a inteira – cujo significado e  
vislumbrado dela eu vejo que sempre  
tive. A que era: que existe uma receita,  
a norma dum caminho certo, estreito,  
de cada uma pessoa viver – e essa  
pauta cada um tem – mas a gente  
mesmo, no comum, não sabe  
encontrar; como é que, sozinho, por si,  
alguém ia poder encontrar e saber?”*

João Guimarães Rosa, in “Grande Sertão:  
Veredas”

Dedico com carinho este estudo

às duas mulheres que contribuem  
quotidianamente para que eu seja  
a mulher que sou:

minha mãe Donizete e  
minha filha Bibiana.

e àquele que me fez ressurgir das  
cinzas como na lenda.

## AGRADECIMENTOS

Durante o processo de elaboração deste trabalho muitas pessoas foram importantes para que eu conseguisse concluí-lo. Espero não esquecer nenhuma delas, uma vez que a pressa e o cansaço às vezes são responsáveis por nossas omissões involuntárias.

Em primeiro lugar, quero lembrar a professora que me apresentou à Antropologia, aquela que me conduziu pelos caminhos da primeira pesquisa e me incentivou a ingressar no mestrado, hoje minha amiga Maria Regina Lisboa.

Agradeço à professora Míriam Grossi e às colegas do Curso “Tópicos Especiais em Métodos: Do Trabalho de Campo ao Texto Etnográfico” pelo rico espaço de interlocução sobre este e outros trabalhos.

Meu agradecimento afetuoso aos companheiros de luta do Comitê Catarinense Contra o Trabalho Infantil - Rosângela, Izide, Maurício, Ana Paula, Clóvis, Betinha, Marcos e Sílvio - por manter meus olhos abertos para as injustiças sociais que assolam nosso País.

Aos amigos Jacira, Maria de Fátima, Nestor, Dalva, Martha e Zoê pela leitura cuidadosa e crítica e, ainda, pelo carinho e apoio que sempre estiveram presentes em nossa relação.

À minha irmã e sua família pelo aconchego nos dias de desânimo.

Aos colegas de trabalho pela cobertura na liberação de horários e incentivo.

Ao Engenheiro Agrônomo Eros Mussoi da EPAGRI pelo apoio e pelas informações prestadas.

Meu agradecimento aos monitores e professores, à governanta e aos integrantes da Associação da Casa Familiar Rural Santo Agostinho de Quilombo pela atenção dispensada. Um agradecimento especial ao Prefeito Toazza por seu entusiasmo na divulgação do projeto.

Aos agricultores familiares e seus filhos, meu reconhecimento pela forma como me receberam e pela troca de conhecimento que me proporcionaram.

Pela parceria provocadora e afetuosa, num momento pessoal difícil como o que atravessou, agradeço profundamente à minha orientadora, professora Maria Amélia Schmidt Dickie.

## RESUMO

O estudo etnográfico está centrado na mudança nas relações geracionais da agricultura familiar do Município de Quilombo, Oeste de Santa Catarina, precisamente nas famílias cujos filhos passaram pela Casa Familiar Rural Santo Agostinho. A pesquisa parte da idéia inicial de que o saber do pai, central para a legitimidade da autoridade paterna na organização familiar tradicional, está sendo questionado quanto a sua eficiência para reproduzir a família. A interferência do processo educativo da Casa Familiar Rural, ao proporcionar uma troca de saberes que introduz a possibilidade de manutenção e, talvez, ampliação do patrimônio familiar, propicia aos jovens uma certa autoridade. O resultado é a construção de espaços de diálogo entre a autoridade fragmentada do pai e as autoridades múltiplas, tecendo um novo território familiar.

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

A importância do tema .....	9
A escolha do tema .....	15
O caminho teórico percorrido .....	21
Metodologia .....	26

### CAPÍTULO 1

#### 1. “UM REDUTO DE FAMÍLIAS ILUMINADAS”

1.1. O Município de Quilombo .....	34
1.2. Visitando a Casa Familiar Rural Santo Agostinho .....	41
1.3. Buscando caminhos e alternativas .....	46
1.4. “Famílias iluminadas”? .....	52

### CAPÍTULO 2

#### 2. AUTORIDADE CONCENTRADA

2.1. A autoridade paterna tradicional .....	62
2.2. O “horizonte de gerações” .....	69
2.3. O saber defasado e a fragmentação da autoridade paterna .....	74

## CAPÍTULO 3

### 3. PROCESSO EDUCATIVO DA CASA FAMILIAR RURAL

- 3.1. Espaços para o diálogo ..... 79
- 3.2. Aproximando pais e filhos ..... 84
- 3.3. “Troca de saberes” ..... 88

## CAPÍTULO 4

### 4. AUTORIDADES MÚLTIPLAS

- 4.1. “Familismo” e projetos individuais ..... 94
- 4.2. Tecendo um novo território familiar ..... 98

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## BIBLIOGRAFIA

## ANEXOS

## INTRODUÇÃO

### A importância do tema

O Estado de Santa Catarina destaca-se no cenário rural do País por ser composto majoritariamente de pequenas unidades agrárias familiares. Sua colonização no meio rural ocorreu basicamente por imigrantes alemães e italianos que transplantaram para cá a estrutura social camponesa européia, baseada na propriedade privada da terra e no trabalho realizado pelos membros da família<sup>1</sup>. O Oeste do Estado foi colonizado por levadas migratórias vindas do Rio Grande do Sul que reproduziram o regime de pequena propriedade desenvolvido pela colonização estrangeira naquele Estado. Essa leva migratória dos descendentes ocorreu em face da partilha hereditária da colônia<sup>2</sup> resultar em lotes não viáveis economicamente para os filhos.

Apesar de não existir unanimidade sobre o conceito de *agricultura familiar*, ele tem sido aceito e usado atualmente como categoria de análise, mesmo abrigando uma grande diversidade de situações<sup>3</sup>. Segundo pesquisas recentes, as características usadas para tipificar a agricultura familiar são basicamente duas: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento

---

<sup>1</sup> Giralda Seyferth (1985).

<sup>2</sup> Segundo Seyferth (1985), o termo “colônia” (kolonia) “designa toda a região colonizada ou área colonial”, isso quer dizer que incorporava tanto o lote estabelecido pelo governo quanto um núcleo populacional que servia como sede administrativa e onde se realizavam os serviços religiosos. Os imigrantes e seus descendentes também usavam o termo para designar uma pequena propriedade agrícola familiar.

<sup>3</sup> Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996).

é exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado<sup>4</sup>.

Outro critério importante para ajudar a definir melhor um universo tão diversificado é aquele que distribui os agricultores familiares em três categorias: os “consolidados”, os “de transição” e os “periféricos”. A primeira categoria se compõe de agricultores com rentabilidade oriunda da produção agrícola suficiente para, além de manter a família, a reproduzir e ainda investir na propriedade. As características que definem o segundo grupo são a capacidade de produção, a vocação para a agricultura, a busca de reestruturação ou reconversão do sistema de produção, aliadas a uma pequena capacidade de investimentos, resultante de baixo nível de capitalização. A terceira categoria é composta por agricultores familiares cujos rendimentos advindos da própria produção agrícola são muito pequenos ou insuficientes para exclusivamente manter a família<sup>5</sup>. Para os agricultores de Quilombo/SC (local escolhido como campo etnográfico), as três categorias são chamadas de “fortes”, “meio fortes”<sup>6</sup> e “fracos”, mas o sentido é o mesmo da classificação anterior<sup>7</sup>.

Segundo dados coletados junto à Contagem Populacional do IBGE de 1996, no Sul do País, os jovens entre

---

<sup>4</sup> Ver a respeito: José Graziano da Silva (1995), Sérgio Schneider (1995) e Flávio Sacco Anjos (1995).

<sup>5</sup> FAO/INCRA : Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar. Brasília, 1994.

<sup>6</sup> O grupo do qual participei na disciplina “Tópicos Especiais em Métodos: Do Trabalho de Campo ao Texto Etnográfico” teceu um comentário sobre essa classificação nativa que chamou minha atenção para a questão da auto-estima e otimismo dos agricultores familiares de Quilombo, pois eles poderiam ter classificado essa categoria como “meio fracos”, ao contrário do que fizeram.

<sup>7</sup> Ver a respeito: Giralda Seyferth (1985), Ellen Woortmann (1995) e Bittencourt e Bianchini (1996).

15 e 25 anos somavam 4,7 milhões de pessoas, representando 19,5% da população total da região; desse percentual, 4% é composto por jovens do meio rural. Apesar dos movimentos migratórios<sup>8</sup>, Santa Catarina tem 30% de sua população residindo no meio rural.

Estamos observando hoje um resgate da importância política da agricultura familiar, tanto na Europa contemporânea quanto no Brasil. Aqui foram criados o Ministério da Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ações que comprovam a intensificação da presença dos agricultores familiares na pauta política do País. Outro fator relevante é a importância econômica da agricultura familiar, hoje responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil<sup>9</sup>.

Os agricultores familiares, segundo estudo realizado recentemente pelo convênio do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA - com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, trabalham a terra com mais do que o dobro da produtividade dos grandes fazendeiros. A pesquisa revelou que os primeiros conseguem produzir R\$ 104,00 por hectare, enquanto que o agricultor patronal somente R\$ 44,00 por hectare. O estudo também aponta o pouco apoio governamental aos agricultores familiares, enquanto que os grandes proprietários, responsáveis por 61% da produção, receberam R\$ 2,7 bilhões de empréstimos – 74,2% do

---

<sup>8</sup> 10,7% de jovens migraram para a cidade em 1996 no Estado (Dados do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER).

<sup>9</sup> Kageyama e Bergamasco (1989 *apud* Maria Nazareth Baudel Wanderley, 1996).

total de financiamentos. As 4.139.369 de propriedades de agricultores familiares do Brasil, responsáveis por 37,9% da produção agrícola, receberam R\$ 937,8 milhões de empréstimo – apenas 25,8% das verbas do crédito rural<sup>10</sup>.

O levantamento também mostra que a agricultura familiar é a principal fonte empregadora de mão-de-obra no campo, ocupando 76,9% de um total de 13,7 milhões de pessoas, e que, com 87% de suas propriedades com área inferior a 50 hectares, os agricultores familiares ocupam praticamente toda a sua terra. As principais produções agropecuárias (milho, feijão, soja, trigo, arroz, mandioca, fumo, suínos, aves e leite) são majoritariamente de responsabilidade da agricultura familiar. Os estudos da FAO e do INCRA revelam as possibilidades de emprego e renda que estão sendo desperdiçadas pela política agrária oficial.

Outra informação relevante quanto à situação da agricultura familiar é a baixa escolarização dos agricultores. Segundo o Censo Demográfico de 1991, na Região Sul, cerca de 360 mil pessoas (12,8% da população rural com mais de 18 anos de idade) não possuem instrução ou têm menos de 1 ano de escolarização; 2,09 milhões (74,5%) têm de 1 a 8 anos de escolarização; 218 mil (7,7%) possuem de 8 a 10 anos de escolarização; e apenas 63,4 mil (2,3%) têm mais de 11 anos de escolarização<sup>11</sup>. Os atores sociais envolvidos com a questão da baixa escolaridade dos agricultores familiares explicam o fato pela forma como a educação rural tem sido desenvolvida no País, ou seja, descolada da realidade do meio rural e desconsiderando

---

<sup>10</sup> Dados retirados do Censo Agropecuário 1995/96.

<sup>11</sup> Informações retiradas do Projeto Terra Solidária da Escola Sul da CUT.

as intensas transformações pelas quais passa o campo brasileiro, tanto nas questões de sustentabilidade e modo de desenvolvimento quanto nas que dizem respeito à cidadania dos agricultores e à justiça social.

Talvez a importância do tema possa ficar mais clara no depoimento do Prefeito do Município de Quilombo, quando diz:

*Apesar dos Governos, um dia a sociedade vai valorizar o pequeno produtor rural, que é quem produz o alimento desta Nação. Só se dimensiona o problema do agricultor familiar quando ele vem para engrossar os cinturões de miséria das cidades (Sr. Toazza – Prefeito do Município de Quilombo).*

Os projetos de desenvolvimento dirigidos ao mundo rural e a maioria das pesquisas acadêmicas têm se voltado para as dificuldades na reprodução social da agricultura familiar, tendo em vista que a renda agrícola é cada vez menos suficiente para manter a família rural e que o desemprego tecnológico libera mão-de-obra em várias operações agrícolas, antes intensivas em trabalho. Outro fator a ser considerado é o fechamento das fronteiras agrícolas, responsáveis anteriormente pela migração principalmente dos filhos de pequenos agricultores, sem que políticas compensatórias de acesso à terra tenham sido implementadas<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Ver a respeito: Otávio Velho (1976), Margarida Maria Moura (1978), José Graziano da Silva (1995), Sérgio Schneider (1995), Flávio S. Anjos (1995), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996).

Observa-se que tem existido pouca preocupação quanto a estudos sobre os jovens que vivem no interior da agricultura familiar, faixa etária que é afetada de forma intensa pelo agravamento da situação econômica nacional e pela brutal concentração de terras existente no Brasil. Ao mesmo tempo, esses jovens têm inibida sua iniciativa de construir seu futuro no campo, já que as relações entre as gerações se baseiam no caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional, na qual o poder decisório na administração da produção familiar está centralizado no pai<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Ver a respeito: Jonh Durston (1994), Ricardo Abromovay (1998) e Maria José Carneiro (1999).

## A escolha do tema

Apesar de ser este o meu primeiro contato com a agricultura familiar, o problema da terra em nosso País sempre me chamou a atenção.

No Brasil, o tema “terra” possui desdobramentos diversos. A questão da propriedade rural, só para citar um dos aspectos, pode remeter entre outras a uma discussão econômica, étnica, de gênero e geracional. Outro ponto a ser destacado diz respeito aos vários movimentos sociais originários do campo, entre eles, Movimento dos Agricultores Sem Terra, dos Agricultores Familiares, das Mulheres Agricultoras, dos Agricultores Atingidos por Barragens, Indígena pela Demarcação das Terras, dos Remanescentes de Quilombos, que constantemente ocupam amplos espaços da imprensa, colocando a discussão sobre a divisão desigual da terra na pauta política do País.

Minha experiência de militante na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, mais precisamente na luta pela erradicação do trabalho infantil, me levou a perceber que a maioria das famílias que enfrenta o problema de inserir seus filhos precocemente no mundo do trabalho é originária do meio rural e, ainda, no caso de Santa Catarina, um número significativo proveniente da agricultura familiar do oeste do Estado. Essas famílias possuem grau de escolaridade muito baixo e nenhuma outra qualificação profissional além da agricultura. Interessei-me então pela questão da juventude rural

e sua reprodução social como agricultores, principalmente os oriundos da agricultura familiar.

Surgiu a oportunidade de me inserir em uma pesquisa multidisciplinar, coordenada pela Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo, para a qual minha orientadora, Dra. Maria Amélia Schmidt Dickie, havia sido convidada. Essa pesquisa, que tem por título “Agricultura Familiar: Reestruturação Social e Capacitação Humana”, reúne profissionais e estudantes das áreas de Ciências Sociais, Antropologia, Agronomia, Geologia, Direito e Psicologia, além de envolver a Universidade Federal de Santa Catarina e as Universidades de Caxias do Sul e a do Oeste Catarinense e a Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura do Estado de Santa Catarina. A proposta da pesquisa é oferecer subsídios para programas formais e informais de educação rural, a fim de proporcionar aos agricultores familiares uma participação ativa como protagonistas no processo de sua construção como sujeitos sociais frente às novas exigências, não só do mercado, como também na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida.

Na busca por definir mais especificamente o tema de minha dissertação de forma a me enquadrar na pesquisa referida, tomei conhecimento, em um dos Seminários de Capacitação do Fórum Estadual Pela Erradicação do Trabalho Infantil, de um projeto educacional que tem por objetivo manter o jovem rural no campo: as Casas Familiares Rurais. O título me chamou a atenção: Casa? Familiar? Fui à procura de informações mais precisas sobre o projeto junto à Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina –

EPAGRI e à Associação das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR, as entidades que apresentaram a proposta no Seminário.

De acordo com o que me foi informado na época e com o que observei durante a pesquisa, o citado projeto traz inúmeras inovações em relação às escolas rurais tradicionais<sup>14</sup>. Não é considerado uma proposta de escola agrícola, porém desenvolve ensino técnico e fundamental. Outra inovação é a chamada “pedagogia da alternância”<sup>15</sup>, que mantém o jovem duas semanas em sua propriedade e uma na escola, reconhecendo a necessidade da mão-de-obra juvenil na propriedade familiar, ao mesmo tempo em que usa essa necessidade como estratégia de potencialização da aprendizagem técnica.

A falta de mão-de-obra nas propriedades rurais e o envolvimento de toda a família na produção são responsáveis por boa parcela da evasão escolar dos jovens no campo. O projeto em questão se propõe a buscar a possibilidade de o jovem manter-se estudando sem prejuízo para a produção familiar. Privando-se apenas de uma semana a cada três da mão-de-obra do filho e sendo compensada essa ausência na produção com as inovações técnicas que o jovem leva da escola para a propriedade, as famílias se interessam por fazer parte do projeto.

---

<sup>14</sup> O projeto das Casas Familiares Rurais, principalmente o de Quilombo, será amplamente apresentado no Capítulo 1.

<sup>15</sup> A “pedagogia da alternância” será explicitada no Capítulo 3.

Técnicos da EPAGRI, uma das responsáveis pela introdução dessa forma alternativa de educação rural, salientaram não haver até agora nenhum estudo acadêmico sobre os resultados, sejam pedagógicos ou sociais, da implantação do projeto das Casas Familiares Rurais. Tal fato com certeza estimulou minha escolha pela análise das relações geracionais no meio rural através das famílias cujos filhos passaram pelo projeto, já que considero a proposta como um mediador ativo nas relações entre pais e filhos por conta da pedagogia que aplica.

Desde os primeiros contatos que travei tanto com os técnicos da EPAGRI quanto com o Presidente da ARCAFAR, o Município de Quilombo me foi indicado constantemente como objeto de estudo privilegiado. Primeiro, por ser pioneiro na implantação do projeto da Casa Familiar Rural no Estado e contar com o ensino médio. Segundo, porque o projeto estava “consolidado”, de acordo com a opinião desses informantes. O fato de estar “consolidado” me dava duas oportunidades: a) ver o projeto em operação; b) lidar com mais facilidade com as questões geracionais/hierárquicas na vivência de experiências de inovações/alternativas econômicas para a agricultura familiar, já que o projeto já formou uma geração de filhos de agricultores familiares.

Outros dois aspectos pesaram na minha escolha pelo Município: a) sua configuração econômica está alicerçada basicamente na agricultura familiar, b) sua localização no Oeste

Catarinense, região identificada como pólo organizador dos movimentos sociais mais atuantes no meio rural do Estado<sup>16</sup>.

Decidida a investigar o tema, surgiu-me então a seguinte questão central: a introdução da “pedagogia da alternância” através das Casas Familiares Rurais estaria alterando o padrão de hierarquia das famílias cujos filhos e filhas dela participam?

Durante a defesa do projeto fui alertada pela Dra. Miriam Grossi, membro da banca, de que talvez não se tratasse de mudança na relação hierárquica das famílias de agricultores familiares, mas, sim, de mudança nas relações de poder dentro da família. Partindo dessa nova possibilidade, voltei às leituras na busca de clarear conceitos tais como hierarquia e poder<sup>17</sup>.

Como resultado dessa busca e concomitante com o observado durante o trabalho de campo, percebi que a hierarquia na ordem moral camponesa está encarnada na figura social do *pai*, através da propriedade da terra, da autoridade legitimada pelo saber que passa de pai para filho<sup>18</sup> e do reconhecimento institucional desse papel social. Como o saber do pai está sendo questionado quanto a sua eficiência para reproduzir a família<sup>19</sup>, a interferência das Casas Familiares Rurais, ao introduzir novos valores no processo de administração da produção familiar, proporciona certa autoridade ao filho, fazendo com que a concentração da

---

<sup>16</sup> A configuração socioeconômica do Município de Quilombo é apresentada no Capítulo 1.

<sup>17</sup> Max Weber (1965), Hannah Arendt (1988), Michel Foucault (1979), Roger Mucchielli (1979) e Gérard Lebrun (1999).

<sup>18</sup> Klass Woortmann (1990).

<sup>19</sup> Ver a respeito: Maria Nazareth Baudel Wanderley (1996) e Ricardo Abromovay (1998).

autoridade no pai se fragmente, facilitando a emergência de autoridades múltiplas.

Ao analisar a mudança, observei que a hierarquia tradicional foi abalada, uma vez que o questionamento da autoridade do pai levado a efeito pelo novo saber adquirido pelo filho implica no deslocamento da centralidade decisória paterna, possibilitando diálogo entre diferentes autoridades.

## O caminho teórico percorrido

Para compreender as relações familiares em que estão envolvidos os jovens alunos da Casa Familiar Rural, foi necessário percorrer o caminho teórico que construiu as categorias de análise usadas na interpretação da ordem moral camponesa.

Tradicionalmente na Antropologia Brasileira a família camponesa tem sido estudada como uma unidade de produção e de consumo. Os estudos clássicos sobre o campesinato “tomam como inevitável a constituição simultânea de uma burguesia e de um proletariado rural – ponto de chegada do desenvolvimento capitalista – e considera campesinato e capitalismo como noções mutuamente excludentes<sup>20</sup>”.

Durante os anos setenta a visão acerca do papel das famílias camponesas era “a de um elemento funcional para o processo de acumulação capitalista<sup>21</sup>”, isto quer dizer que as famílias camponesas apenas por ser famílias fariam qualquer negócio para sobreviver, proporcionando assim lucros para toda uma gama de comerciantes, agroindústrias e especuladores da terra. Porém, vários autores salientaram que “a terra não é apenas um fator de produção, mas é também carregada de valores simbólicos”<sup>22</sup>, apontando para o caráter hierárquico da família imersa numa comunidade que exerce o controle social, sendo a fonte de um sistema unificador de padrões e valores,

---

<sup>20</sup> Afrânio R. Garcia Jr. (1990).

<sup>21</sup> Mauro W. Barbosa de Almeida (1986).

<sup>22</sup> Eric Wolf (1970).

“um grupo de referência que define a posição do indivíduo e da família, e um fator essencial na assimilação social da geração jovem”<sup>23</sup>.

Buscando superar a imagem passiva das famílias camponesas frente ao desenvolvimento do capitalismo, os estudos se centraram sobre padrões de casamento, herança, família e parentesco<sup>24</sup>, valorizando sobremaneira as questões tradicionalmente antropológicas. Segundo Mauro Barbosa de Almeida (1986), “no lugar da idéia opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital, aparece a idéia de reprodução<sup>25</sup> da família para si (no curto e no longo ciclo) articulada com sua inserção na sociedade capitalista”.

Partindo dessa perspectiva, Klaas Woortmann (1990) desenvolve o campo teórico da ordem moral camponesa, cruzando as categorias culturais características do que ele chama de *campesinidade* - trabalho, família, terra, liberdade - com as categorias antropológicas - reciprocidade, honra e hierarquia. Nessa ordem moral, o pai, atuando como personagem social<sup>26</sup>, é quem realiza o valor-família como

---

<sup>23</sup> Ellen Woortmann (1995).

<sup>24</sup> Ver a respeito: Carlos R. Brandão (1981 e 1984), Giralda Seyferth (1985), Margarida Maria Moura (1986), Klaas Woortmann (1986), Afrânio R. Garcia Jr. (1990) e Ellen Woortmann (1995).

<sup>25</sup> M. Fortes (1971) define reprodução social como o processo de “manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração”, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um “movimento governado por suas relações com o campo externo” (Mauro W. Barbosa de Almeida, 1986).

<sup>26</sup> Tânia Salem define *papel social* por dois aspectos analítica e empiricamente distintos: por um lado, as expectativas de desempenho que recaem sobre um ator pelo fato de ocupar uma determinada posição social e, por outro, o desempenho efetivo levado a cabo por um ator no exercício de sua função (1980).

concretude específica do valor-hierarquia, sendo relacional e englobante<sup>27</sup>.

Apoio-me nessa perspectiva, principalmente, na reflexão de Klaas Woortmann, segundo a qual essas categorias se articulam entre si e com práticas específicas enquanto “ações significativas” referidas a valores centrais, argumentando ainda que essas práticas “ganham sentido por serem contextualizadas, não só em situações sociais, mas com relação a essas categorias e valores”<sup>28</sup>.

O autor ressalta que a história introduz a ambigüidade no pensar e no agir de pessoas concretas, pois “a campesinidade não é uma prisão cultural”. Diz mais: “categorias de representação são historicamente constituídas e historicamente constituintes”. Sabe-se que hoje os camponeses estão lidando com o mercado e são influenciados pelos valores propagados principalmente através dos meios de comunicação, bem como pela interferência da educação transmitida aos jovens pela Casa Familiar Rural, em algumas localidades do Brasil e de Santa Catarina. Em razão disso, a análise sobre as famílias camponesas deve ocorrer dentro da dinâmica entre “o peso do passado e da tradição e da atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir”<sup>29</sup>.

Os novos estudos deixam claro que, apesar de hoje os agricultores familiares estarem limitados pelas escolhas

---

<sup>27</sup> *Hierarquia*, conforme Louis Dumont (1985), ordem resultante da adoção diferenciada de valor às unidades.

<sup>28</sup> Ver a respeito: Roberto Cardoso de Oliveira (1984), Klaas Woortmann (1990) e Clifford Geertz (1978).

<sup>29</sup> Hughes Lamarche (1998).

políticas que lhes dizem respeito efetuadas pela sociedade global, eles “organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função de dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro”<sup>30</sup>. Os agricultores de Quilombo estão tecendo um novo território familiar, tramando a reelaboração da sua especificidade histórica e cultural com o novo produzido por sua própria iniciativa através das CFR. Há dois planos em que o sucesso pode ser considerado: a) internamente, a possibilidade de articulação das autoridades múltiplas; b) externamente, a relação que esta articulação de tradição e novo consiga fazer com o que a sociedade mais ampla elaborou como política para eles.

Gostaria de salientar, nesse momento, o problema que encontrei para a delimitação etária do que é ser *jovem*<sup>31</sup>. No meio rural a criança já desenvolve tarefas iguais as do adulto desde muito cedo, porém os estudos sobre a agricultura familiar<sup>32</sup> mostram que os jovens só deixam de depender dos pais quando casam, quando migram ou quando herdaram. Esses fatos podem ocorrer em idades muito diferenciadas, dificultando a delimitação da fase juvenil no meio rural. Associado a isso está o aumento da expectativa de vida dos pais nos últimos anos, o que tem retardado a passagem da administração da unidade familiar para o herdeiro. Optei então, recorrendo à classificação do próprio meio em que a pesquisa foi realizada, por usar o termo *jovem rural* para todos os filhos de agricultores

---

<sup>30</sup> Idem a nota anterior.

<sup>31</sup> Ver a respeito: Helena W. Abramo (1994), P. Ariés (1998), John Durston (1994).

<sup>32</sup> Ver a respeito: Giralda Seyferth (1985), Maria José Carneiro (1999), John Durston (1994) e Ricardo Abromovay (1998).

familiares que ainda não casaram (quando passam a serem vistos como um pai em potencial) ou herdaram seu lote de terra, estando sob a dependência paterna. Ressalto que, devido ao reconhecimento da proposta pelo Conselho Estadual de Educação como supletivo para jovens e adultos, a idade mínima para ingresso nas Casas Familiares Rurais de Santa Catarina é de 14 anos.

## Metodologia

Em primeiro lugar, preciso ressaltar a dificuldade de efetuar a pesquisa de campo, já que não tive disponibilidade exclusiva para tanto. Trabalho e precisei tirar férias para poder me deslocar ao Município de Quilombo, que dista 650 km de Florianópolis.

Em face dessas dificuldades, precisei organizar a metodologia a fim de utilizar o menor tempo possível para a coleta dos dados. Através de contatos com o Presidente da ARCAFAR, José Milani, obtive a autorização da Associação de Quilombo para me hospedar na própria Casa Familiar Rural Santo Agostinho, pelo tempo que fosse necessário.

Por telefone, obtive a informação de um dos monitores da Casa Familiar Rural de Quilombo sobre a época em que a turma de alunos que cursava o último ano estaria na Casa. De posse da data, entrei em férias em maio de 2000 e parti para o “encontro etnográfico”<sup>33</sup>.

Organizei a pesquisa para proceder entrevistas abertas, tanto com os jovens freqüentadores da Casa Familiar Rural Santo Agostinho quanto com seus pais e monitores. As entrevistas buscavam apreender a percepção dos jovens e de suas famílias quanto à relação geracional, antes, durante e após a experiência na Casa.

---

<sup>33</sup> Ver a respeito: Clifford Geertz (1978) e Miriam Grossi (1992).

Viajei munida de um aparato tecnológico - gravador, máquina fotográfica e filmadora. Entretanto, na primeira tentativa de filmar, me vi frustrada, porque os jovens se inibiram e se esconderam, não permitindo a filmagem. O mesmo aconteceu com as fotos, que acabaram sendo tiradas somente nas propriedades, junto com as famílias, ou no coletivo das aulas. As demais fotos na Casa Familiar foram feitas de surpresa no primeiro dia de minha chegada. Mesmo frustrada, decidi respeitar a vontade deles. No entanto, fiquei surpresa com a ambigüidade do comportamento dos jovens, já que lidam com naturalidade com o videocassete e com o computador, navegando inclusive na Internet, mas não lidam bem com a possibilidade de ser retratados ou filmados. Mais tarde, ao refletir sobre esse meu pensamento, me dei conta que estava reproduzindo o preconceito urbano de que o pessoal do meio rural é "atrasado", "não tem acesso à tecnologia". Ao final da análise dos dados de pesquisa, voltei a pensar no acontecido e considerei a possibilidade de que a resistência se devesse ao fato de que o papel de representante público da família é exercido tradicionalmente pelo pai, não estando ainda o jovem à vontade para o exercer.

Quanto a gravar as entrevistas, comecei com dois jovens que se dispuseram a colaborar, ficando os demais assistindo. Depois de um certo tempo, todos passaram a responder as perguntas com desenvoltura. Com os pais, a dificuldade não apareceu; de pronto autorizaram a gravação e colocaram-se à vontade para as respostas.

Outra técnica usada foi a de observação, tanto na Casa Familiar Rural, durante as aulas e nos períodos de

intervalo, quanto nas unidades familiares de produção, durante o trabalho nas semana em que o jovem lá está. A observação visava a relacionar as práticas específicas que articulam categorias que compõem a ordem moral camponesa com as novas categorias introduzidas nas relações familiares pelos filhos que freqüentam a Casa Familiar Rural.

Cada visita nas propriedades dos pais dos alunos da Casa Familiar Rural ocupava um período do dia, a manhã ou a tarde toda. Havia duas razões para esse fato. A primeira deve-se à distância entre as unidades de produção familiar e a Casa Familiar Rural<sup>34</sup>. A segunda razão advinha da reciprocidade exigida pelas famílias para que eu respondesse às perguntas que eles me formulavam. Ao mesmo tempo que demonstravam curiosidade sobre qual era o meu trabalho e para que ele serviria, solicitavam minha opinião sobre a situação da agricultura, os projetos alternativos que estavam implementando, a política agrícola do governo e, inclusive, sobre a Casa Familiar Rural. Apesar de minhas tentativas de não opinar, não interferir, já que minha posição ali deveria ser de observadora<sup>35</sup>, muitas vezes, eles não permitiam que isso ocorresse, me deixando constrangida por não emitir opinião.

Apenas uma vez, durante a entrevista com o Prefeito, julgando que, por não se tratar de assunto relativo à Casa Familiar Rural, minha opinião não interferiria na pesquisa, opinei sobre a importância de divulgar o potencial turístico da cidade, visto que fiquei impressionada com a beleza natural da

---

<sup>34</sup> Devo registrar que o transporte para essas unidades me foi fornecido pelos monitores da Casa, que gentilmente se dispuseram a me acompanhar já que eu não conhecia a região e não possuía meios de transporte.

<sup>35</sup> Ver a respeito: Clifford Geertz (1978) e Miriam Grossi (1992).

região, principalmente com o Salto Saudades<sup>36</sup>. Para minha surpresa, o Prefeito comentou minha opinião na reunião do Conselho de Desenvolvimento do Município como um aval para o projeto turístico, fato que virou motivo de assunto durante toda semana na cidade. A questão de “Como entender o papel que a comunidade parece dar a você à luz de sua presença passageira?” (Elsje Lagrou, 1992) me vem a memória sempre que reflito sobre o episódio.

Senti que os agricultores valorizavam muito o fato de eu estar ali com o aval da Universidade Federal. Essa valorização estava ligada à idéia deles de que a academia só se interessa pelo que é importante. Meu interesse por eles, então, demonstrava que estavam no caminho certo. Isso servia de argumento para as autoridades e para os monitores que marcaram entrevista comigo na rádio local como “uma pesquisadora da Universidade que estava interessada em conhecer o sucesso da Casa Familiar Rural do Município”. O próprio Prefeito lembrou-me várias vezes da importância de que o projeto fosse divulgado dentro da Universidade para que ela voltasse os olhos para eles. Lembro Elisete Schwade (1992) quando cita que a dimensão das relações de poder está diluída no cotidiano da relação antropólogo/informante.

Mais dois aspectos devo destacar da observação junto às famílias com filhos que passaram pela Casa Familiar Rural. Primeiro, o fato de que há diferenças socioeconômicas acentuadas entre elas<sup>37</sup>, o que de início achei que seria um

---

<sup>36</sup> Foto no anexo.

<sup>37</sup> A classificação nativa de “fortes”, “meio fortes” e “fracos” é empiricamente constatada entre as famílias pesquisadas.

problema e que se mostrou irrelevante quanto às mudanças nas relações geracionais ocorridas. O segundo é que as famílias não mantinham posicionamento político-partidário homogêneo, sendo algumas de posição contrária ao atual Prefeito que é um dos líderes da Casa Familiar Rural Santo Agostinho.

Além das visitas às propriedades das famílias ligadas à Casa Familiar Rural Santo Agostinho, participei durante o tempo que lá estive das atividades de organização da Casa feitas pelos jovens, bem como de seus momentos de lazer. Registrei em meu diário todas as conversas informais com os monitores, com a governanta e entre os jovens. Registrei também as conversas com os pais que a princípio “fugiam” do tema da pesquisa, mas que depois se mostraram por demais importantes para meu entendimento sobre a situação da agricultura em Quilombo e as estratégias desenvolvidas por eles para se reproduzirem. Realizei entrevistas com os monitores, com o Presidente da Associação local e da estadual e ainda com as autoridades municipais, Prefeito e Secretário da Agricultura.

Mantive contato com outros atores políticos que circundam o tema. Entrevistei técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, técnicos do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – DESER e integrantes do Movimento da Juventude Rural do Estado de Santa Catarina.

Participei, nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro de 2000, do IV Encontro da Agricultura Familiar e do III Encontro da Juventude Rural, em Esteio/RS, organizados pela Frente Sul da Agricultura Familiar, nos quais participaram cerca de três mil

agricultores, representando os três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desses encontros, registrei as discussões entre os jovens e a sua pauta de reivindicações<sup>38</sup>. Nas discussões, a relação geracional – pai e filhos – era salientada pelos jovens como mais um fator de inibição aos projetos da juventude rural.

Tomei conhecimento também durante os encontros de que existe outro projeto de educação rural alternativo sendo desenvolvido em Santa Catarina, o projeto “Terra Solidária”, sustentado pela Frente Sul da Agricultura Familiar e desenvolvido pela Escola Sul da CUT. Esse projeto visa, segundo os monitores da Escola Sul, à permanência dos jovens no campo e à busca de formas alternativas para um desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Devido às restrições de tempo de pesquisa, não me foi possível aprofundar as informações para uma possível comparação com o das Casas Familiares Rurais.

O contato antecipado com membros do espaço que eu havia escolhido pesquisar foi de importância sem igual, uma vez que me aproximou da “linguagem nativa” e desmistificou uma série de medos que eu alimentava. Os três dias que passei com os agricultores, em Esteio, me trouxeram hábitos que eu havia esquecido, como por exemplo o acordar cedo acompanhado do chimarrão. A verdade é que, apesar de me considerar “urbana”, nasci no “pampa gaúcho” e lá morei até os 15 anos, quando mudei com minha família para a capital do Rio Grande do Sul.

---

<sup>38</sup> Ver anexo.

Os costumes gaúchos estão presentes em todo o Oeste Catarinense e com eles me reencontrei durante a pesquisa de campo. O linguajar, as comidas, a música e principalmente o chimarrão me fizeram reportar à infância e me lembrar o que há muito estava esquecido. De repente me vi às voltas com ter de “estranhar” o meu objeto de pesquisa que a princípio parecia não ser familiar. Nesse momento, entendi perfeitamente o que Grossi (1992) quis dizer ao afirmar que “cada caminho reflete a forma individual e subjetiva do encontro de si mesmo a partir do encontro com o outro”.

Tendo em vista essa divisão urbana atual/rural de origem com a qual me inseri no universo da agricultura familiar de Quilombo e com base na literatura sobre a ordem moral camponesa, o estudo que apresento tem a intenção de oferecer a leitura que me foi possível fazer das mudanças nas relações geracionais das famílias cujos filhos freqüentaram a Casa Familiar Rural.

O primeiro capítulo apresenta a pesquisa etnográfica. Situo socioeconomicamente o Município, descrevo a visita à Casa Familiar Rural Santo Agostinho de Quilombo e narro seu histórico da forma como me foi contado por alguns dos atores envolvidos na sua implementação. Relato, ainda, o contato com as famílias de agricultores que fazem parte da Associação que mantém a Casa.

A partir do segundo capítulo passo a discutir a autoridade concentrada no pai, alicerçada na organização tradicional da família camponesa, as estratégias de reprodução

social que visam a manter a família e a defasagem do saber legitimador dessa autoridade.

O terceiro capítulo é dedicado à intervenção da Casa Familiar Rural como mediadora ativa na relação pai/filho, usando a pedagogia da alternância para criar espaços de diálogo que buscam aproximá-los, introduzindo um novo saber a fim de possibilitar a reprodução social da agricultura familiar em novo patamar.

Um novo território familiar em construção, através da emergência de autoridades múltiplas, fragmentando a autoridade paterna e ampliando os espaços individualizantes, é o tema do quarto capítulo.

Apresento, nas considerações finais, a identificação do novo das relações familiares como fator gerador de possíveis novas relações também em outros espaços da sociedade.

## CAPÍTULO 1

### 1. UM REDUTO DE FAMÍLIAS ILUMINADAS?

#### 1.1 O Município de Quilombo

Considero importante situar econômica e socialmente o Município para melhor entender o contexto em que se inserem os agricultores e os jovens estudantes da Casa Familiar Rural Santo Agostinho de Quilombo. Para tanto vou me valer das informações que obtive na entrevista com o Secretário da Agricultura e no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de 1999, do qual fazem parte, além da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, as entidades associativas dos agricultores locais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Segundo Jaci Poli<sup>39</sup>, a ocupação do Oeste de Santa Catarina e da antiga Chapecó, hoje desmembrada em 34 municípios, foi realizada em três fases:

1. *Fase de ocupação indígena: até meados do século XIX; afora algumas incursões exploratórias*

---

<sup>39</sup> POLI, Jaci. "Caboclos: Pioneirismo e Marginalização", Cadernos do CEOM, número 07, *apud* Bittencourt e Bianchini (1996).

*portuguesas a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang.*

2. *Fase de ocupação cabocla: a população que sucedeu a indígena e miscigenou-se a esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como “caboclos”, cuja principal atividade era de agricultura de subsistência, o corte de erva-mate e o tropeirismo. Esta fase foi do início até meados deste século. Os núcleos caboclos originaram-se basicamente dos lugares destinados a pousos (pernoite) ao longo das estradas de Palmas (PR) às Missões (RS) e da exploração da erva-mate no período de trânsito das tropas.*

3. *Fase de colonização: caracterizada pela presença de imigrantes de origens alemã e italiana oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, atraídos pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esta fase se intensificou na década de 50.*

A história tida como oficial pelas instituições do Município, segundo informação do Prefeito e dos monitores da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, para explicar a origem do nome do Município, é a seguinte:

*Anteriormente à chegada dos colonizadores de origem européia, quando a região ainda pertencia a Chapecó, um grupo de caboclos, sob a liderança de um “fanático” religioso, acreditava que o mundo iria acabar e que somente os habitantes daquele local sobreviveriam. Para que as empresas*

*colonizadoras penetrassem na região e vendessem as terras para os colonos de origem européia, oriundos do Rio Grande do Sul, o governo estadual enviou um destacamento policial para o local, visando a desocupar as terras desbravadas pelos caboclos. Esse destacamento encontrou a comunidade de caboclos (denominada Mandassaia), com uma forma de organização que lembrou aos policiais as organizações históricas dos escravos, originando então o nome de Quilombo.*

A história oficial não dá conta do que aconteceu com os caboclos e nem mesmo com o denominado por eles de “fanático” religioso. Histórias de messianismo/milenarismo são recorrentes na ocupação do espaço rural catarinense, sendo possível encontrar várias pesquisas sobre o tema, principalmente sobre o Contestado. Geraldo Locks (1998) chega a afirmar que para muito agricultores as práticas e pregações religiosas desses homens considerados “monges”, “santos” ou “profetas” são passadas de geração em geração, marcando fortemente o seu imaginário religioso. O autor também percebeu, entre os agricultores brasileiros que pesquisava, que para muitos deles os ditos e feitos desses religiosos “servem para orientar e sustentar sua visão de mundo e, em determinadas ocasiões, explicam alguns fenômenos dos tempos atuais”.

Em março de 1946, chegaram a Quilombo (pertencente ao grande município de Chapecó) os primeiros colonizadores vindos do Rio Grande do Sul, mais precisamente de Erechim, região em que a escassez de terras já inviabilizava

a reprodução familiar. Entre eles predominavam os descendentes de italianos<sup>40</sup> e alemães da segunda ou terceira gerações. Havia a presença também de caboclos e descendentes de poloneses, porém em número reduzido. São citados como “pioneiros” pela história oficial do Município: Pedro Justino Ely, Pedro Schwade, Frederico Flac, Marcolino Flac, Pedro Wabetto e Afonso Simon<sup>41</sup>.

A colonização do Município se acentuou durante os anos 50, estendendo-se até a década de 60. Ao chegarem, os colonos recebiam 24,2 ha, área considerada naquele tempo como suficiente para a manutenção de uma família. A ocupação ocorreu tendo como referência as picadas já abertas pelos caboclos e os rios existentes. Os colonos tinham na madeira os recursos iniciais para as benfeitorias e buscavam a sua manutenção familiar na diversificação, através da integração entre a agricultura e os animais (aves, suínos e gado misto) e na indústria doméstica de transformação<sup>42</sup>.

No ano de 1957, Quilombo passou a distrito de Chapecó. Através da Lei Estadual nº 763, de 06 de outubro de 1961, foi considerado município, sendo instalado oficialmente em 29 de dezembro de 1961. Conquista a sua independência judiciária com a instalação da Comarca, em 10 de maio de 1986.

Quilombo possui uma área de 280 km<sup>2</sup>, situada no Oeste de Santa Catarina, distando 650 km da capital. Faz

---

<sup>40</sup> Esses termos são usados aqui como designativos étnicos e não como de origem nacional, já que a população local assim os reconhece.

<sup>41</sup> CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

<sup>42</sup> Bittencourt e Bianchini (1996).

parte da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, composta por 19 municípios, cujo centro polarizador é Chapecó.

“Possui um total de 12.471 habitantes de origem italiana, alemã, polonesa, negra e mestiça”<sup>43</sup>, assim distribuídos:

População rural.....	8.345
População urbana .....	4.126

Na década de 80 o êxodo rural foi intenso, tendo diminuído ao final dos anos 90. Esse êxodo sempre foi mais acentuado entre os jovens, devido às poucas perspectivas que vislumbravam para se manter na atividade rural, além da maior facilidade que possuem de obter empregos na área urbana em comparação com os adultos. Outra causa importante de ser lembrada é a queda nos rendimentos da agricultura, principalmente onde predomina o cultivo de grãos, que é o caso de Quilombo.

A uma média de 400 metros de altitude, Quilombo possui fontes de águas minerais, além das belezas naturais, entre elas o Salto Saudades<sup>44</sup>, tornando-se potencialmente um atrativo turístico e econômico a ser desenvolvido e divulgado. Segundo o atual Prefeito, o próximo projeto da comunidade é iniciar o turismo rural na cidade.

O Município possui topografia acidentada e pode ser dividido em quatro microbacias hidrográficas principais. É

---

<sup>43</sup> Dados do Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Quilombo do ano de 1999.

<sup>44</sup> Em anexo fotos do potencial turístico do Município.

constituído por pequenas propriedades rurais, sendo que sua principal fonte de renda provém da atividade agropecuária. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura<sup>45</sup>, dos 1.253 estabelecimentos rurais, apenas 8 são patronais, os demais são considerados agricultura familiar, com a seguinte divisão:

Consolidados .....	456
Transição .....	386
Periféricos.....	403

A estrutura fundiária é composta por 96% de propriedades com menos de 50 ha, sendo que 91,86% dos agricultores são proprietários da terra. O Município possui 45 comunidades, com um índice de natalidade de 17,4 (1.000 habitantes) e de mortalidade de 4,3 (1.000 habitantes). Cerca de 90% da população urbana consome água potável e no meio rural constata-se problemas de contaminação da água, devido ao manejo inadequado dos dejetos animais e ao uso de agrotóxicos.

Existem no Município 07 Conselhos: as Agricultura, da Saúde, da Assistência, de Trabalho e Renda, da Alimentação Escolar, Tutelar e o de Desenvolvimento Rural. Possui ainda a Cooperativa Alfa na qual 70% dos agricultores do Município são associados e várias associações de produtores. Conta também com a organização do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF. Tal quadro demonstra que é costumeira a tomada de decisões de forma coletiva e que a participação política dos agricultores é grande na região.

---

<sup>45</sup> Dados de 1999.

A partir de 1997, entrou em funcionamento a Unidade Frigorífica de Aves da Aurora, empregando 690 funcionários. A instalação do frigorífico contou com o apoio da Prefeitura, que alocou boa parte do seu parque de máquinas no preparo da infra-estrutura do terreno destinado a sua construção. “Isso se deveu à compreensão de que há uma grande pressão no meio urbano do Município por geração de emprego, inclusive de mão-de-obra rural” (Secretário Municipal de Agricultura).

A produção do Município está assim organizada:

Principais culturas: milho, feijão, soja, fumo, citros, trigo, tomate e cebola.

Principais criações: bovinocultura - 15.070 cabeças de gado; avicultura - 124 aviários; suinocultura - 840 criadores; piscicultura - 32 produtores em escala comercial; apicultura - 38 produtores.

## 1.2. Visitando a Casa Familiar Rural Santo Agostinho

Vinda de Florianópolis, cheguei a Quilombo numa segunda-feira fria de maio, às 6 horas da manhã. Não existe transporte rodoviário direto da Capital para o Município, o que torna necessário trocar de ônibus em Chapecó, resultando numa viagem de 12 horas e meia. O tempo e a distância que separam Quilombo da Capital podem ser apontados como fatores que levam a população local a buscar soluções próprias para seus problemas. Quanto a mim, o trajeto foi cansativo, uma vez que o ônibus pára em várias cidades, impedindo um sono tranqüilo.

A cidade me recebeu envolta em neblina. O relevo é acidentado e o clima serrano. Apesar de ser uma cidade eminentemente agrícola, o centro urbano não é pequeno como eu imaginava. A rodoviária mantém um movimento grande, com ônibus provenientes de vários municípios embarcando e desembarcando passageiros.

Após um rápido telefonema, um monitor me buscou na rodoviária com o carro da CFR<sup>46</sup>. O interesse local em divulgar o projeto das Casas Familiares Rurais, principalmente a do Município, ficou evidente desde o primeiro momento. Antes de me levar à sede da escola, o monitor passou pela Prefeitura para agendar minha entrevista com o Prefeito. O monitor me contou que o atual Prefeito é o mesmo que instalou a CFR, em 1993.

---

<sup>46</sup> Sigla da Casa Familiar Rural.

Mostrando-se também muito interessado na divulgação do projeto, o Prefeito marcou a entrevista para dois dias depois, na própria sede da CFR. Colocou também a minha disposição o Secretário Municipal da Agricultura, que me repassou várias informações sobre o Município.

Durante o trajeto, o monitor foi me relatando o que eu iria encontrar visto que naquela semana a Casa recebia a turma de alunos que está cursando o último ano. A pedido dos próprios alunos, estava sendo ministrado um curso especial de piscicultura por um monitor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

A turma de 25 alunos tem em média 17 anos e possui apenas uma jovem com 15 anos. A partir do ano 2000, a Casa iniciou às atividades do ensino médio com 16 alunos, sendo que, destes, 13 já freqüentaram a Casa e 3 vieram de escolas tradicionais. No total, a Casa tem matriculados este ano 73 alunos, tendo já formado 67 jovens ao longo de sua existência. Atualmente, segundo informações dos monitores, a CFR de Quilombo atende as propriedades dos jovens já formados e agricultores interessados na região, abrangendo aproximadamente 300 famílias.

A Casa Familiar Rural de Quilombo possui três monitores, dois professores da rede estadual, sendo quatro homens e uma moça, e uma governanta. A infra-estrutura da Casa é muito boa; possui 6 quartos, 1 cozinha grande, um refeitório, 2 salas de aula, secretaria e biblioteca. Está equipada

com vários computadores, televisão e videocassete para as atividades pedagógicas.

A rotina da Casa é organizada pelos próprios jovens, que dividem as tarefas de limpeza e arrumação em equipes semanais. A governanta faz o almoço e a janta e os alunos providenciam o café da manhã. Observei que as tarefas são executadas por todos sem que seja preciso a interferência dos monitores para cobranças. Tudo é muito limpo e organizado, contrastando com as escolas tradicionais, cujas dependências normalmente estão sujas e depredadas.

Todas as segundas-feiras, o grupo de jovens que chega na Casa traz os mantimentos de sua propriedade para serem consumidos durante a semana. Os artigos que necessitam ser comprados são pagos pela Associação dos Agricultores (pais dos alunos) que mantém a Casa Familiar Rural. Essa Associação funciona através de um Conselho, composto pelos pais de alunos e ex-alunos da Casa, que elegem um Presidente e um Vice-Presidente para a representar junto a outras instituições. Além de manter o funcionamento orgânico da Casa Familiar Rural, a Associação é também responsável, junto com os monitores, pela confecção do currículo e pelos convênios firmados com entidades afins.

Durante as aulas, muitas vezes, o monitor deixa os jovens sozinhos, levando-os a organizar alguma pesquisa ou discussão de seu interesse. Imediatamente eles elegem um líder que dirige as atividades. Fora do horário das aulas ou da execução das tarefas de organização da Casa, os jovens se confraternizam entre si e com os monitores em jogos de futebol

ou em rodas de violão em clima de amizade. Eles têm acesso livre a todas as dependências da Casa, usando inclusive os computadores nas horas de lazer para pesquisa e navegação na Internet.

A alegria e o entusiasmo da turma eram grandes durante o tempo que ali estive. Ficavam rindo e alguns cantavam enquanto varriam o chão dos alojamentos ou lavavam a louça. A relação entre os jovens, os monitores e a governanta, segundo observei, é muito cordial. As tarefas são divididas igualmente e as decisões compartilhadas por todos, alunos e monitores.

A diferença de idade é pequena entre eles, porém alguns são bem “miúdos”. A jovem, única nessa turma, é bem entrosada e os meninos a tratam com igualdade, como uma irmã. O clima é familiar inclusive com os monitores e a governanta, que está grávida e o bebê é motivo de comentário entre os jovens como se fosse um irmãozinho que está por chegar. A cada noite, um dos monitores dorme na Casa para acompanhar a turma.

Saliento que o comportamento e as atitudes de todos os participantes da Casa Familiar Rural me impressionaram positivamente e não me pareceram forçados, mas tenho claro que a presença de uma “estranha” – no caso uma pesquisadora que estava avaliando o resultado do projeto, segundo a percepção deles – promoveu reações e comportamentos comedidos, prudentes, em busca da aprovação, uma vez que, como já salientei anteriormente, eles valorizam muito o interesse acadêmico.

No primeiro dia de minha estada na Casa Familiar Rural Santo Agostinho, os monitores se reuniram comigo para entender a pesquisa e se propuseram a me ajudar no que estivesse ao seu alcance. Foram muito solícitos, discutindo comigo os aspectos mais importantes do projeto, no entender deles, e me ajudando a definir critérios para selecionar as famílias para as entrevistas: envio de mais de um filho ou retorno do filho para cursar o ensino médio na Casa e mudanças na administração da propriedade após o filho participar do projeto.

Dois dos monitores estão na Casa desde o início do projeto, com a ajuda deles e dos depoimentos do Prefeito e do Presidente da Associação local, que foram os precursores do projeto, relato a seguir um histórico da implantação da Casa Familiar Rural em Quilombo.

### 1.3. Buscando caminhos e alternativas

Durante o ano de 1990, o Município promoveu reuniões na busca de alternativas de desenvolvimento, principalmente para as pequenas propriedades rurais. O Prefeito à época, Sr. Toazza, que retornou ao cargo após o intervalo de um mandato, com formação de educador, insistia naquelas reuniões em que “só a educação poderia melhorar a situação do Estado e por extensão dos municípios”. Nesse período, foi oportunizado a um grupo de agricultores da cidade uma visita à França para conhecer os projetos de desenvolvimento rural que aquele País vinha promovendo. O Sr. Lovera, primeiro presidente da Associação de Agricultores da CFR e atualmente reinvestido no cargo, foi um desses agricultores e, já com a posição tomada de que “só através do investimento na educação é possível resgatar a cidadania dos agricultores”, trouxe de lá a idéia de que a “CFR poderia ser uma alternativa adaptável à situação rural de Quilombo devido a economia ser semelhante”.

Segundo informações obtidas na ARCAFAR e na Casa Familiar Rural de Quilombo, esse projeto surgiu na França em 1935 (*Maison Familiale*), a partir da ação de grupos de agricultores organizados e da Igreja Católica, preocupados em oferecer uma educação alternativa aos jovens rurais, na época desinteressados com a educação formal oferecida. Em 1937, foi organizada na França a primeira Casa Familiar Rural, com 30 jovens, sob a responsabilidade de uma associação de famílias agricultoras, criada para responder jurídica, moral e financeiramente pela Casa. Segundo o projeto original francês, a

associação deve ter como representante legal um conselho formado por 18 membros, um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, três membros do conselho fiscal, três suplentes do conselho fiscal e oito conselheiros gerais. Os membros do conselho administrativo devem ser eleitos em assembléia geral. A associação terá estatuto próprio, fará convênio com outras entidades, buscando recursos humanos para somar aos conhecimentos dos jovens, tendo papel importantíssimo nas decisões da Casa Familiar Rural, podendo interferir em suas atividades, quando necessário, para promover melhorias na qualidade do ensino.

De posse dessa experiência, formou-se um grupo de agricultores e pessoas interessadas que passou a discutir com a Secretaria de Estado da Agricultura, a EPAGRI e alguns professores do Curso de Agronomia da UFSC, buscando “construir um conhecimento que viabilizasse a pequena propriedade rural” (depoimento do Prefeito de Quilombo). A EPAGRI mediou a ida de novo grupo à França, que por 18 dias visitou as Casas Familiares Rurais francesas. O Prefeito, o Sr. Lovera e outros membros do grupo trouxeram de lá a informação de que

*A Casa Familiar Rural é projetada para ser uma instituição educativa que utiliza métodos pedagógicos adequados à educação dos jovens rurais, baseados na realidade, na participação da família e na alternância. Para levar a efeito esse método, faz-se necessário que os professores e monitores possuam conhecimentos técnicos na área da ciências agrárias, qualificação pedagógica e*

*familiaridade com o meio agrícola. É necessário ainda que o grupo de professores e monitores atue junto com a associação no projeto de formação dos jovens, opinando permanentemente sobre o conteúdo dos planos de estudo, conduta da alternância, relação com os pais e comunidade e quanto ao futuro profissional dos jovens. (documento informativo da CFR).*

Ao retornar, o grupo começou a amadurecer a idéia de implantar o projeto no Município e organizou uma Comissão Pró-Implantação da Casa Familiar Rural de Quilombo. Foram cerca de dois anos de discussões na comunidade e junto aos órgãos públicos. Nessa fase, várias missões de agricultores franceses foram recebidas no Município para troca de conhecimento sobre o projeto, financiadas pela EPAGRI.

Tanto os monitores como o Prefeito apontaram o Conselho Estadual de Educação como a barreira mais difícil a ser transposta para a implantação do projeto, uma vez que ele não avalia suficientes as quatorze semanas por ano de atividades letivas desenvolvidas pela Casa Familiar Rural, desconsiderando as 42 semanas de atividades práticas exercidas pelos alunos na propriedade familiar com o acompanhamento dos monitores. Atualmente, o Conselho reconhece a Casa Familiar Rural como ensino supletivo para jovens e adultos, por essa razão a idade mínima para ingresso no projeto é de 14 anos.

O projeto tem dificuldades também com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação pelas mesmas razões alegadas pelo Conselho Estadual de Educação, acrescidas pelo não-

-reconhecimento da Casa Familiar Rural como ensino profissionalizante.

Há um projeto de lei no Congresso que se propõe a regulamentar esse tipo de ensino como profissionalizante, no entanto, segundo o Prefeito, ele não deslança “por influência das escolas estaduais e federais agrotécnicas, principalmente as do sul do país que resistem à proposta, considerando a CFR concorrente na formação de técnicos para a agricultura. Por sua vez, os agricultores entrevistados manifestaram críticas a essas escolas, considerando-as não formadoras de “agricultores especializados”, mas sim como “formadoras de mão-de-obra para as agroindústrias”.

Em maio de 1993, passou a funcionar a primeira Casa Familiar Rural do Estado de Santa Catarina, Santo Agostinho, localizada na Linha Sachet, no Município de Quilombo. Obteve autorização para funcionamento do ensino fundamental – quinta a oitava séries, pelo Conselho Estadual de Educação, como experiência pedagógica, através do Parecer 349/92, aprovado em 15/12/92.

No Brasil, a primeira iniciativa data de 1968 no Espírito Santo e a de localização mais próxima no Município de Barracão, Estado do Paraná, em 1989. Atualmente existem em funcionamento 70 Casas Familiares Rurais no País. Na região sul, estão em funcionamento 38 no Paraná; 19 em Santa Catarina, com mais duas experiências de Casa Familiar do Mar, uma em São Francisco do Sul e outra em Laguna; e 6 no Rio Grande do Sul.

Em setembro de 1995, realizou-se o Primeiro Seminário sobre Casas Familiares Rurais, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com a presença de pequenos agricultores, professores das Universidades Federais dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, Secretários Estaduais de Educação e Agricultura, deputados estaduais, representantes de órgãos públicos ligados à agricultura. Do Seminário, resultou uma cartilha da qual extraio a seguinte consideração final:

*Em Santa Catarina, o ensino rural é, ainda, ministrado de maneira informal, porém é um processo pedagógico alternativo de real valor, adaptado a cada comunidade, pois, de região para região, os assuntos podem ser diferentes. São três anos de curso, destinados, principalmente, a jovens que não terminaram o 1º Grau e, também, aos seus familiares, pois estes são envolvidos, de forma direta, fazendo com que a tradição de "Pai para Filho", seja modificada lenta e gradualmente. (grifo meu)*

Os informantes sobre o projeto afirmam que a Casa Familiar Rural tem por objetivo o ensino pela via da "pedagogia da alternância", aliando teoria e prática, formando duas gerações ao mesmo tempo, ou seja, pais e filhos agricultores do município em que se instala. A profissionalização e formação geral do homem do campo surgem dentro desse projeto. Objetiva proporcionar ao jovem condições, instruções e formação para o exercício da agricultura, fixando-o ao meio onde vive e melhorando o nível de produção e de vida. Sendo assim, é

considerada uma das formas eficientes de manter o jovem no campo sem que ele perca o vínculo com a sua realidade (propriedade e família) e tenha consciência do exercício da cidadania plena<sup>47</sup>.

O Prefeito de Quilombo aponta como a maior vitória do projeto da Casa Familiar Rural o grupo de agricultores (são 12% dos agricultores do Município) que se formou para criar a Associação que o sustenta. Além de estar construindo um conhecimento capaz de criar esperança de manutenção da agricultura familiar, a Casa tem financiado também projetos nas famílias dos alunos que não possuem condições para os desenvolver, além de custear o ensino dos alunos que optaram por estudar em escolas agrícolas federais, construindo assim, segundo eles, a solidariedade entre os agricultores. Observo que, ao custear o ensino dos alunos em escolas agrícolas, apesar das críticas que eles têm a respeito do resultado da aprendizagem nessas escolas, os agricultores familiares de Quilombo estão respeitando os projetos individuais dos jovens, configurando outro aspecto da interferência do processo educacional da Casa Familiar Rural.

---

<sup>47</sup> Informações obtidas na Cartilha do Seminário sobre as Casas Familiares Rurais.

#### 1.4. “Famílias iluminadas”?

*Que bom que ...*

*Que bom que não sou o melhor de todos, porque ainda me resta um caminho a percorrer para procurar melhorar.*

*Que bom que eu tenho defeitos. Se não os tivesse, viveria só, não compreenderia as faltas do meu próximo.*

*Que bom que somos uma família, que necessitamos uns dos outros, que buscamos caminhos e alternativas para nos transformar e  
UNIDOS CRESCER.*

(Convite para os festejos do 38º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Quilombo, distribuído pela Prefeitura Municipal)

Em nosso País, em geral, a agricultura familiar tem sido considerada de forma depreciativa como um setor arcaico que simboliza o atraso e o subdesenvolvimento, não só pelo poder público como pelo senso comum e destacadamente pela mídia, que apresenta o desenvolvimento como sinônimo de país urbanizado, industrializado, prestador de serviços e exportador de bens manufaturados.

Esse posicionamento tem referendado o histórico abandono a que os agricultores familiares têm sido submetidos pelas políticas públicas. Como conseqüência, também gera uma baixa auto-estima nos agricultores, resultando no imobilismo de parte deles na busca de alternativas para a sua situação,

principalmente porque as perspectivas de mudança são colocadas a uma distância imensa, somente possíveis em ações de grande porte.

A partir dos anos 80, novas visões e estratégias para a transformação social começam a ser vinculadas, inclusive por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO. No Brasil, são principalmente as instituições assistência rural não-governamentais que iniciam a disseminação de novos paradigmas<sup>48</sup>, que consistem, resumidamente, em “proporcionar aos agricultores os conhecimentos (capacitação e tecnologia compatíveis com os recursos que realmente possuem) para que eles mesmos possam solucionar os seus problemas”<sup>49</sup>.

É nesse novo contexto que o projeto das Casas Familiares Rurais chega no Município de Quilombo. E porque aqui, diferentemente de outros municípios, o projeto encontrou condições de se desenvolver? Talvez a resposta esteja nas famílias que aderiram ao projeto, criando a Associação de Agricultores da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, motivadas por características específicas em sua história, seus projetos de vida e sua produção.

Respaldando essa idéia, percebi que as histórias da época da colonização são revividas nas conversas entre os agricultores, assim como a história da origem do nome do Município. Os agricultores, diferentemente da história oficial,

---

<sup>48</sup> O conceito de paradigma é utilizado aqui no sentido de uma espécie de “filtro teórico” que orienta a interpretação e a ação na sociedade.

<sup>49</sup> Polan Lacki, Série Desenvolvimento Rural n° 12, sem data.

interpretam essa história de forma positiva. Reconhecem o “fanático religioso” como um “profeta”, aceitando-o como um homem sagrado capaz de sacralizar aquele território geográfico e que as “famílias iluminadas” sobreviveriam a todas as dificuldades.

*Conta a história que há muitos anos fora encontrado às margens do Rio Chapecó, no lugar hoje denominado de Barra do Mandassaia, um reduto de famílias iluminadas por um homem negro que tinha fama de “o profeta” e falava para as famílias que o fim do mundo estaria próximo, e só elas é que sobreviveriam e voltariam a povoar aquela localidade.*

*Para verificar o fato ocorrido, chamaram então um soldado, que por sua vez, ao saber da história, exclamou: “Isto até parece Quilombo dos Palmares!”. O nome se propagou entre a pequena população e acabou sendo batizado como Quilombo.*

Ao contar-me suas histórias, entre uma cuia de chimarrão e outra, os agricultores faziam sempre referência aos antepassados como sendo “pioneiros” e “desbravadores”. Descendentes dos migrantes do Rio Grande do Sul, filhos de imigrantes europeus, relatam a sua vinda para Quilombo como prova de coragem e determinação, além da forte referência à união fraterna entre esses “pioneiros”. Essa narrativa resgata o passado como uma saga heróica num território sacralizado. Esse discurso é também valorizado pelas instituições, como pude

observar nos documentos oficiais do Município e na Casa de Cultura recém inaugurada.

A narrativa apresenta o espaço de tempo entre o “desbravamento” e o momento atual como um “tempo de erro”, em que os agricultores se acomodaram, passando a depender de decisões externas à propriedade (extensionistas, bancos, etc.), além de não atualizarem seu conhecimento.

Esta justaposição constante sugere que eles estabelecem uma relação entre os dois momentos da história do município. Mais que isto, parece indicar que por suas qualidades empreendedoras e desbravadoras “escolheram” ou “foram escolhidos” para ocupar um território geográfico sacralizado pelo “profeta negro”, recuperando, positivamente, a história do milenarismo que os antecedeu ali. Esta recuperação lhes permite auto-referir-se como “famílias iluminadas”, as que sobreviveram a todas as dificuldades. Assim, o discurso elaborado por eles se apropria da idéia de que aquele lugar é “um reduto de famílias iluminadas”, portanto eles também são. Esta elaboração de um verdadeiro “mito de origem” é um dos alicerces de sua identidade e referência de auto-estima, justificando sua diferença com outros agricultores da região.

Durante a conversa com os monitores para que me indicassem as famílias a ser entrevistadas, percebi que uma idéia perpassava suas falas a respeito das famílias agricultoras de Quilombo, idéia essa que também se explicitou na entrevista com o Prefeito e com o Presidente da Associação de Agricultores, ficando clara no convite transcrito anteriormente, ou seja, as famílias associadas à Casa Familiar Rural, ao contrário da

maioria dos agricultores familiares, muitos deles resistentes a mudança, carentes de auto-estima e de desejo de superação, alimentam vontade e autoconfiança para transformar a atual situação em que se encontra a agricultura familiar.

*Contar a história conforme os outros nos contam, como nos lêem, nós já estamos cansados. A coisa não evolui. O cidadão tem que buscar a sua própria história, a sua origem e saber onde ele quer chegar.*  
(Prefeito)

*Somos um grupo que amadureceu, mas o ambiente como um todo não é favorável. A maioria é acomodado, é muito difícil romper aqueles conceitos ou preconceitos que se tem arraigados e buscar novos desafios.* (Presidente da ARCAFAR - pai)

*Porque quando uma idéia vem de baixo, nasce sólida e não existe derrota. Poderão criar impecilhos, retardar o crescimento, interpor problemas burocráticos ou de legislação, mas não vão impedir que a idéia viceje, cresça e se consubstancie diante da população.* (Prefeito)

O discurso recorrente de que os antepassados eram “empreendedores”, como agora seus filhos estavam reaprendendo a ser, encontrei em todas as famílias com quem mantive contato. Não se pode esquecer que os “pioneiros” de ontem também eram jovens filhos de agricultores familiares que buscaram encontrar na migração alternativas de sucesso. Como hoje as possibilidades de aquisição de terra se encontram muito

reduzidas, a alternativa apontada pelos agricultores é a de “agregar valor” ao que é produzido na unidade familiar. Segundo eles, para viabilizar essa alternativa, é preciso capacitar-se para saber utilizar os recursos disponíveis de forma adequada, escolhendo as tecnologias a ser usadas e aprendendo a manejá-las de forma correta. Daí a importância que me mostraram do ensino para os jovens na Casa Familiar Rural.

*Como em outras áreas, na agricultura também tem concorrência, tem que ter conhecimento, estar por dentro das novas técnicas. (agricultor familiar - pai)*

*A gente tem que aproveitar o que já tem na propriedade e investir aí, usando o que a gente aprende na Casa. (agricultor familiar - pai)*

Do mesmo modo como o acesso ao conhecimento é valorizado pelos agricultores, o resgate da auto-estima, através principalmente da reconstrução de sua história, também passa a ser fator a ser trabalhado por eles. Muitos salientaram de forma positiva a posição social que ocupam como produtores de alimento para a sociedade:

*Temos esperança de que, num futuro breve, a sociedade passe a dar mais valor a quem produz o alimento, que é quem na verdade tem mais valor, porque alimenta o deputado, o governador, toda a sociedade. (agricultor familiar - pai)*

*Um dia chegou aqui um técnico da indústria de fumo querendo me convencer a plantar fumo que é mais rentável. Eu disse para ele: “O senhor pensa que eu sou bandido? Eu não planto veneno, eu planto comida. Comida para alimentar o povo e não planto nada que ajude a matar o povo”. (agricultor familiar - pai)*

Senti que os discursos da Casa e dos agricultores estão em sintonia com o discurso das autoridades políticas do Município, o que pode ser demonstrado pela constituição de uma Casa de Cultura: o atual Prefeito mandou transportar para a praça central da cidade uma antiga casa de colono e convocou os moradores a mobiliá-la com móveis e utensílios da época da chegada dos “pioneiros”. O projeto cultural recuperou objetos e móveis que compuseram todas as peças da antiga residência - sala, quarto e cozinha.

O que mais chama a atenção são as fotos, em que os “pioneiros” aparecem desbravando as matas e construindo suas casas e plantações. Nelas, todas com legendas indicativas, aparecem várias famílias em momentos de confraternização e também no trabalho coletivo, como na abertura de estradas, construção de pontes, etc. Uma delas é muito interessante por registrar a façanha de uma onça morta por um grupo de colonos sorridentes.

O Prefeito explica que sua intenção em montar a Casa de Cultura é a de aumentar a auto-estima dos agricultores através da valorização dos tempos de desbravamento da Região efetuado por famílias pioneiras.

Mais um aspecto apareceu no discurso das famílias, explicando de certa forma a sua diferença com outras famílias de pequenos agricultores, ou seja, a incorporação de uma certa idealização da vida rural. Os movimentos ecológicos e a contracultura disseminaram na cidade a valorização da pureza do ar do campo, do acesso a alimentos saudáveis, da tranquilidade do espaço rural e da solidariedade entre os moradores da comunidade. Essa reafirmação dos valores e modos de vida rurais foi apropriada pelos agricultores de Quilombo de forma a construir uma resistência aos apelos da cultura “moderna” que a cidade propaga, seduzindo os jovens e também como uma referência para seus projetos de futuro.

Saliento que encontrei no discurso de todos a referência à comunidade e à preocupação de vencerem juntos aos desafios. A participação dos agricultores nos Conselhos Municipais e nas diversas Associações referenda o discurso. Os projetos de desenvolvimento sustentável desenvolvidos pelos alunos da Casa Familiar Rural nas unidades de produção também vão nessa direção. Muitos projetos associam mais de uma família na sua concretização. Colho exemplos em seus depoimentos:

*É nosso dever aprender e não só repassar para a família, mas também para as outras pessoas que não estão estudando. (aluno da CFR - filho)*

*A gente tem a preocupação de encontrar uma forma alternativa de tratar a saúde dos colonos, porque o governo não está preocupado com isso. Estamos*

*desenvolvendo um trabalho em grupo com as mulheres da comunidade no plantio de ervas medicinais. Porque o preço dos remédios não permite que os colonos possam se tratar (esposa de agricultor familiar - mãe)*

*Se nós temos água abundante e pouca terra, vamos aproveitar isso, fazendo uma associação com outras famílias da comunidade na construção de um açude e de um abatedouro de peixe. Conversamos e deu certo. Somos três famílias trabalhando e juntas vamos conseguir levar adiante o projeto. (agricultor familiar - pai)*

*Além da nossa família, a família do meu cunhado também está sobrevivendo da nossa agroindústria. Ele saiu do emprego e colocou uma casa de carnes para comercializar o nosso produto. Agora, com a ampliação, vamos associar mais famílias no projeto. (agricultor familiar - pai)*

Devo fazer mais um registro. Durante todo o tempo da pesquisa a questão político-partidária se fez presente. Por haver sido implementada na primeira gestão do atual Prefeito, a Casa Familiar Rural ficou relacionada com sua política, tendo sofrido retaliações durante a gestão do Prefeito que o sucedeu, apesar de pertencerem ao mesmo partido. Senti também que havia rixa entre os agricultores que eram ligados a partidos diferentes do do Prefeito, e mesmo assim faziam parte da Associação da Casa Familiar. Porém, o discurso veiculado é de que o projeto da Casa Familiar Rural não está ligado a

nenhum partido, sendo uma conquista dos agricultores do Município de Quilombo. O próprio Prefeito, então candidato a reeleição, afirma que

*Nunca nos faltou vontade e algumas coisas foram fundamentais. Nunca se misturou o interesse particular com o interesse do grupo. O projeto está acima de qualquer projeto político-partidário ou de interesse de promoções pessoais. Alguma coisa até pode vir por acréscimo, mas é um grupo de agricultores que tem o seu conselho e agora nós estamos tentando evoluir, criando uma legislação e doando o patrimônio, em comodato, para a Associação dos Agricultores, por 20 ou 30 anos. Pretendo, ainda, neste mandato, entregar todo o patrimônio para a Associação, para que ela dê continuidade e seja auto-suficiente na construção do conhecimento.*

Novos projetos estão em andamento, como a Coopercasa, cooperativa dos ex-alunos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho que mantém uma agroindústria de conserva de pepinos e uma de geléias de frutas, além dos projetos coletivos entre grupos de famílias, demonstrando a solidificação da proposta entre os agricultores associados à Casa Familiar Rural.

## CAPÍTULO 2

### 2. AUTORIDADE CONCENTRADA

#### 2.1. A autoridade paterna tradicional

Para melhor apreender os elementos que ordenam a cena doméstica na agricultura familiar, é necessário estabelecer uma distinção entre autoridade e poder. Segundo Geraldo Romanelli (1997), “nas análises sobre relações familiares, os conceitos de *autoridade* e de *poder* têm sido utilizados como categorias intercambiáveis, como se recobrissem a mesma realidade”, mas, mesmo que a autoridade e o poder se refiram a relações de comando e obediência, o modo como se expressam é diferente.

Etimologicamente, *autoridade* vem do latim *auctor*, *auctoritas*, derivados do verbo *augere* (aumentar, ampliar) e do grego *auxein* (mesmo sentido). Essa raiz se reencontra em todas as línguas indo-européias. Tanto em *autor* como em *autoridade* há iniciativa, vontade, criação, responsabilidade em relação a qualquer coisa nova. *Autor* ficou progressivamente ligado à produção de uma obra; *autoridade* ficou progressivamente ligada às relações sociais e a um certo tipo de influência normativa, em

relação às participações no conjunto de um grupo estruturado ou em organização<sup>50</sup>.

Sem pretender aprofundar a polêmica a que os conceitos remetem, mas tentando entender a autoridade paterna na agricultura familiar, vou valer-me do conceito de autoridade em Hannah Arendt (1988):

*Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência. A autoridade supõe comando e obediência em uma ordem hierárquica, excluindo meios externos de coerção; seu exercício não depende da persuasão, mas funda-se em experiências comuns, consideradas incontestáveis e que são aceitas por todos. A autoridade não se assenta na razão comum, tampouco no poder do que manda, mas supõe uma hierarquia cuja legitimidade os envolvidos reconhecem, e na qual encontram um lugar predeterminado e fixo.*

Vou considerar então, a partir do conceito de Arendt, que as relações de “poder” se manifestam no confronto com o instituído e que a “autoridade” se reporta a experiências comuns vividas no passado e que seu exercício visa a preservar posições hierárquicas já estabelecidas e que fazem parte da tradição de comando no interior de um grupo (Romanelli, 1997), tendo por objeto a condução da própria unidade social.

---

<sup>50</sup> Roger Mucchielli (1979).

Cruzando esses conceitos com as características culturais do que K. Woortmann (1990) chama de *campesinidade*<sup>51</sup>, encontro a hierarquia como um dos componentes principais da organização familiar camponesa, hierarquia essa centrada no personagem social *pai*, e me sinto autorizada a passar a utilizar o termo “autoridade paterna concentrada” como oriundo da organização tradicional desse tipo de família.

Para que a fonte da autoridade possa ser reconhecida como legítima é preciso que esteja baseada em valores que os indivíduos que fazem parte da relação social considerem incontestáveis.

No caso da autoridade concentrada no pai, ela é legitimada pelo ponto de vista de uma moralidade camponesa tradicional, em que “trabalho” é uma categoria moral relativa ao controle do pai sobre o processo de trabalho da família. Através do trabalho, a terra é transformada em patrimônio familiar, numa relação de honra e hierarquia: *aquilo que passa de pai para filho*. Por essa razão, *terra, trabalho e família* se interpenetram e não podem ser considerados separadamente, passando todos pela figura do *pai de família*, enquanto pessoa moral, guardião do patrimônio que engloba toda a família – os antepassados, os vivos e os que estão por nascer<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> K. Woortmann (1990) nos propõem pensar em *campesinidade* como um qualidade inerente a um tipo de sociedade, apreendida através das conexões de sentido que são significativas para os sujeitos.

<sup>52</sup> Klaas Woortmann (1990).

Nessa ordem moral, a terra só tem sentido quando se utiliza o saber para a transformar em *terra de trabalho*<sup>53</sup>, “é pelo saber que o pai governa, dá a direção ao processo de trabalho”<sup>54</sup>.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família. Os camponeses têm, pois, culturas próprias, que se referem a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local.<sup>55</sup>

A concentração da autoridade na figura do pai é ainda legitimada juridicamente no plano institucional pela figura do *chefe de família*. O próprio Movimento dos Jovens Rurais aponta a dificuldade de eles serem reconhecidos como produtores rurais, uma vez que não têm autorização legal para se registrarem no bloco de notas da propriedade. O bloco de notas é a nota fiscal para os produtos da propriedade familiar no qual constam os nomes do proprietário (pai) e da esposa (mãe). Essa nota é usada como prova para a aposentadoria rural e também para conseguir financiamentos para a produção. O fato de o nome dos filhos não constar no bloco de notas deve-se a que a legislação reconhece apenas o pai como representante legítimo da propriedade familiar. As instituições associativas ou sindicais

---

<sup>53</sup> Afrânio Garcia Jr.(1983).

<sup>54</sup> Klaas Woortmann (1990).

<sup>55</sup> Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996).

também só aceitam o chefe de família em seus quadros, por determinação regimental. Em certa medida, a ordem legal reconhece e respalda uma ordem tradicional camponesa.

Desse modo, a autoridade paterna no modelo de organização familiar camponesa tradicional assenta sua legitimidade na condição de provedor financeiro da família; no saber adquirido que permite articular passado e presente, projetando-se no futuro; na posição hierárquica do personagem social *pai* e no caráter institucional de representante da unidade doméstica<sup>56</sup>.

A literatura sobre as relações pais e filhos na agricultura familiar tem demonstrado que, “embora o padrão de relacionamento intergeracional esteja longe do caracterizado no filme dos Irmãos Taviani, *Padre Patrone*<sup>57</sup>, o fato é que as decisões encontram-se extremamente concentradas nas mãos da figura paterna”<sup>58</sup>.

A concentração do poder de decisão nas mãos do pai é explicitada nas respostas à questão formulada pela pesquisa efetuada em 1998, pela EPAGRI/UNESCO, no Município catarinense de Saudades<sup>59</sup>, a saber: *Como é a divisão e o gerenciamento do trabalho na unidade familiar?* As respostas apontaram: 47,17% que “o pai controla todas as atividades e todos trabalham em todas as atividades”; e 15,08% que “o pai

---

<sup>56</sup> Geraldo Romanelli (1997).

<sup>57</sup> O filme mostra uma relação geracional baseada na coerção e na violência física, sem qualquer tipo de afetividade, onde o pai obriga o filho ao trabalho rural, desconsiderando a sua vontade de estudar.

<sup>58</sup> Ricardo Abromovay (1998).

<sup>59</sup> Localidade pertencente a mesma região geoeconômica de Quilombo, com a qual guarda grandes semelhanças tanto na organização da produção quanto na familiar.

controla todas as atividades e o trabalho é dividido”. Essas informações corroboram as obtidas em pesquisa elaborada pela Pastoral da Juventude Rural do Rio Grande do Sul, em 1992, segundo a qual em apenas 28,8% dos casos “todos da família decidem igualmente”, sendo o poder paterno praticamente único na maior parte dos casos.

As discussões por mim presenciadas durante o III Encontro da Juventude Rural da Região Sul reforçam essas informações. Os jovens ressaltavam a centralização do dinheiro na mão do pai e que “a opinião do pai é muito importante”, sendo que “muitas vezes não pode ser contestada”. Muitos afirmavam que a possibilidade de “ter seu próprio dinheiro” era o que mais chamava a atenção no trabalho urbano. No rol de suas reivindicações<sup>60</sup> consta, principalmente, a de se verem incluídos no bloco do agricultor, como reconhecimento jurídico de sua participação na economia da propriedade familiar, uma vez que o fato de o nome dos filhos não constar implica, como já foi dito, na não-contabilização, para fins de previdência social, do tempo que trabalharam, efetivamente, sob a autoridade paterna.

Os depoimentos colhidos na Casa Familiar Rural Santo Agostinho de Quilombo deixam bem claro a relação geracional baseada na autoridade concentrada no pai:

*Antes o pai sempre cobrava da gente e a gente nem tinha decidido e ele dizia que tinha feito errado.  
(aluno da CFR - filho).*

---

<sup>60</sup> Ver anexo.

*Porque antes o pai dizia: vou fazer aquele “proteiro” e aí pegava e fazia, com a gente tendo de ajudar. (aluno da CFR - filho).*

*Antes de ele ir para a Casa Familiar Rural, eu tinha dificuldade de convencê-lo a desenvolver certas técnicas. Ele batia contra mas acabava obedecendo. (agricultor familiar - pai)*

*Hoje, quem trabalha na extensão sabe que o pai, às vezes, é muito ditador nas soluções a ser tomadas numa propriedade, e ele vem num contexto de dez, vinte ou trinta anos, de geração em geração, tendo um sistema de trabalho. Eu acho que isso não é mais democrático. (ex-presidente da ARCAFAR - pai).*

*Os filhos têm vontade de uma integração maior, mais detalhada, mas como os pais são do “antigamente”, eles não concordam em ser “mandados pelos filhos”. Acham que eles é que devem determinar tudo em todos os sentidos. (Monitor).*

## 2.2. O “horizonte das gerações”

O coletivismo interno da família tem como objetivo, a médio e a longo prazos, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes. Para isso todas as estratégias da família, tanto em relação à constituição do patrimônio fundiário quanto às mudanças na produção, têm como referência o que Maria de Nazareth Wanderley chamou de “horizonte de gerações”, isto é, um projeto para o futuro<sup>61</sup>, em que as gerações atuais se comprometem com as gerações que as sucedem.

A história do campesinato brasileiro mostra a precariedade com que ele vem se reproduzindo ao longo dos anos. Mostra também que são as próprias condições de vida dos camponeses que devem basear a sua análise política<sup>62</sup>. Os novos estudos rurais apontam para a diversidade e a complexividade do processo de resistência dos pequenos produtores aos fatores que impedem a sua manutenção. Para tornar esse processo inteligível, é necessário levar em conta a capacidade que possui o camponês de efetuar escolhas e traçar estratégias que, incorporando as imposições da forma de produzir e das condições de vida, socialmente dadas, orientem o estilo de vida no presente e as perspectivas futuras da própria família<sup>63</sup>.

O projeto para o futuro foi assegurado durante um certo tempo através das fronteiras agrícolas nos próprios

---

<sup>61</sup> Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996).

<sup>62</sup> Octávio G. Velho (1982).

<sup>63</sup> Lorena de Fátima Prim (1996).

estados do Sul, a partir dos anos 30, e, entre 1950 e 1970, nas do Centro-Oeste e Norte do País. O deslocamento dos filhos para áreas distantes do núcleo familiar, longe de demonstrar independência, como poderia parecer num primeiro momento, se inscreve no projeto de vida das famílias como uma estratégia de reprodução para as gerações subseqüentes. As referências quanto a essa estratégia são inúmeras na literatura social brasileira sobre o campesinato<sup>64</sup>.

Outras estratégias de reprodução que aparentemente contrariam a ética camponesa aparecem na literatura. Os projetos de irrigação e reassentamento de pequenos produtores no Piauí, estudados por Maria José Carneiro (1983), impediam o acesso à terra aos chefes de família considerados idosos. Essa restrição, baseada na ordem econômica e não na ordem moral camponesa, batia de frente com a hierarquia familiar. Porém, segundo o observado pela autora, muitos agricultores se submetiam a essa restrição como mais uma estratégia para poder ganhar dinheiro e, mais tarde, comprar seu próprio sítio, restabelecendo a ordem tradicional.

Os projetos de extensão rural igualmente desrespeitaram a ordem moral camponesa, atacando o saber tradicional “sem levar em conta seu significado na construção social do pai de família”<sup>65</sup>. A imposição dos pacotes tecnológicos, apesar de implicar em ataque à própria condição de pai, foi absorvida pelos agricultores e sua família como mais uma estratégia de sobrevivência e reprodução.

---

<sup>64</sup> Ver a respeito: Octávio G. Velho (1976), Ellen Woortmann (1995).

<sup>65</sup> Klass Woortmann (1990).

Ao citar esses exemplos, estou tentando demonstrar que muitas vezes uma situação que se afigura como uma ruptura em relação aos valores e à ordem moral camponesa é usada pelos agricultores como uma estratégia para garantir a condição do pai, transformando a terra em patrimônio<sup>66</sup> para a transmissão às gerações futuras.

Além das tensões provocadas nas relações geracionais, o agricultor tem ainda que administrar outros fatores que também interferem no seu esforço para constituir um “território familiar, um lugar de vida e de trabalho capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”<sup>67</sup>.

A precariedade e a instabilidade econômica dos agricultores vêm levando-os a refletir sobre suas causas e a buscar soluções alternativas. Uma das causas apontadas por eles é a falta de preparo do agricultor para exercer bem a sua atividade, tendo em vista as novas técnicas que proporcionam melhor rendimento e a possibilidade de “agregar valor” ao que é produzido e, ainda, a atual exigência dos consumidores por produtos de qualidade a preços cada vez mais baixos.

Em razão disso, apresentam uma série de críticas às escolas rurais tradicionais que oferecem um arremedo de escola urbana, não qualificando seus filhos para ser agricultores e permanecer na terra.

---

<sup>66</sup> O sentido original do termo é “aquilo que passa do pai para o filho” (Klass Woortmann, 1990).

<sup>67</sup> Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996).

*Na escola comum a gente fica acumulando conhecimento que nunca usa na vida real, acho que só serve para depois fazer a prova do vestibular.*  
(aluno da CFR - filho)

*Hoje, a escola regular não corresponde eficientemente às necessidades globais que o homem do meio rural tem, porque seus currículos, de forma geral, são voltados para o urbano, absorvem a totalidade do período escolar. Os livros tratam, predominantemente, dos temas urbanos. Os professores têm uma formação sobremaneira urbana e, majoritariamente, são oriundos também do meio urbano. (Técnico do Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO -)*

*Não se tem uma formação específica para o produtor rural. Uma formação que não tire o calo da mão do jovem que venha a querer ser agricultor.*  
(Presidente da ARCAFAR - pai)

*Antes, quando a gente estudava na escola comum, a gente não tinha criatividade, não tinha idéias, só estudava e trabalhava, sem pensar.*  
(aluno da CFR - filho)

Os agricultores de Quilombo, porém, reconhecem a importância da escola na formação de seus filhos, pois têm claro que o saber herdado já não dá conta das transformações vivenciadas no campo. Paralelamente ao “discurso do projeto” apareceram as várias acepções de *valor* na expressão “agregar

valor” - termo muito utilizado por eles – além das que se referem a sustentabilidade, ou seja, em razão do tamanho reduzido das propriedades e do acesso à terra ser difícil, potencializar o valor do que é produzido é a alternativa mais viável para eles; aparece a que se refere a *autonomia*, já que o novo saber proporciona aos jovens se relacionar com os agentes externos em posição de igualdade de conhecimento, justificando o interesse pelo projeto.

### 2.3. O saber defasado e a fragmentação da autoridade paterna

Como dito anteriormente, um dos aspectos nos quais a autoridade do chefe de família se assenta na ordem moral camponesa tradicional é o saber paterno.

Esse saber está ancorado em situações efetivamente vividas por ele, bem como pela incorporação das experiências transmitidas por seu pai e pelos antepassados. “Esse conhecimento legítimo era transmitido pela socialização, seja através de orientações explicitadas verbalmente, seja mediante o exemplo paterno, projetando no futuro o saber adquirido no passado”<sup>68</sup>.

A liberdade do agricultor, conforme nos ensina Klaas Woortmann (1990), sempre um *pai de família*, tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber, transmitido de pai a filho. A transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em *terra de trabalho*, nem em patrimônio familiar.

A rapidez das mudanças que afetam a agricultura tornam o saber acumulado pelo pai inadequado para fazer frente a situações novas, que não foram vividas por ele e sobre as quais sua experiência é nula.

---

<sup>68</sup> Geraldo Romanelli (1997).

*Porque se tem uma descendência de dezenas de anos, trabalhando em cima de gerações, passando de pai para filho um sistema que se pregava há muitos anos e que não se mudou. Isso faz com que o agricultor tenha realmente uma necessidade de formação. (Presidente da ARCAFAR - pai)*

*É necessário, hoje, um conhecimento de como se trabalhar a terra, mesmo que seja pouca, porque não adianta ter muita terra e não saber como trabalhar nela. (agricultor familiar - pai)*

A modernização da agricultura passa a exigir familiaridade com cálculos eficientes no que se refere à comercialização do produto, ao crédito, aos juros e investimentos. Por sua vez, também exige preparo para o agricultor exercer o papel político necessário para influenciar nas decisões que atualmente partem das cidades. Essa nova situação coloca o “saber” paterno como insuficiente para fazer frente a tantos desafios.

*Vim da foice e do machado, desmatando as nossas matas, mas agora essas terras precisam de uma outra tecnologia. (agricultor familiar - pai)*

*Acho que essa escola é a solução para que eles aprendam, para que tenham coragem, para que não tenham medo de ir a uma instituição financeira, não tenham medo do fiscal, do bancário, como eu tive. O bancário chega, apresenta o projeto. Dizemos “Amém, Jesus” e vão embora. Assim o*

*agricultor poderá discutir, futuramente, como se faz um financiamento, os seus projetos, as suas pesquisas, e dizer: “Eu quero trabalhar com milho, porque tenho conhecimento”. (agricultor familiar - pai)*

*Agora para ser um bom agricultor teria que ter todo esse conhecimento, esses cursos, tipo mecânica, eletricidade, carpintaria, para estar preparado em tudo e não precisar procurar fora da propriedade. Eu mesma fui fazer curso de vime. (esposa de agricultor familiar - mãe)*

Tendo o agricultor em Quilombo clareza quanto à defasagem do saber que possui, uma vez que já não consegue manter a unidade familiar e nem garantir terra suficiente para que seus filhos possam permanecer no meio rural, ele desenvolve novas estratégias para sua reprodução. Porém, essa certeza da defasagem do saber não o coloca como um “não-saber”, fruto de acusações feitas por extensionistas durante a implantação dos programas de extensão de anos passados. O que o agricultor sente é a necessidade, segundo sua expressão, de “ampliar e atualizar o seu conhecimento” para melhor se reproduzir, por isso a implantação de projetos como o da Casa Familiar Rural são bem aceitos, uma vez que desenvolvem seu processo educativo a partir do “saber próprio” dos agricultores.

Em Quilombo, abriu-se caminho para a fragmentação da autoridade como uma estratégia de reprodução familiar, em razão de os pais já haverem incorporado a importância dos novos saberes como possibilidade de ampliar a

capacidade de trabalho, tornando-se mais produtivo, e de “agregar valor” ao que é produzido, proporcionando, assim, a manutenção e, talvez, o aumento do patrimônio da família. Neste contexto específico, fez-se necessário a interferência da Casa Familiar Rural como mediadora nos espaços de diálogo, proporcionados pela “pedagogia da alternância”, para que os novos saberes trazidos pelos filhos convivam e interajam com o saber paterno.

*Quando eu era criança, e depois quando jovem, e ao me ensinar as coisas da roça, o meu pai dizia: “O teu avô me ensinou deste jeitinho assim, trata de continuar fazendo assim como ele fazia”. E eu assim fazia. Depois vieram os técnicos me dizer como eu devia adubar a terra, plantar, colher, vender e comprar. E eu, também, assim fazia.*

*Mais tarde, veio o banco me dizer como eu devia me comportar dentro da minha roça. Isto foi muito pior, porque se não fizesse como ele determinava, não ganharia os financiamentos de que eu estava precisando tanto.*

*Como eu não sabia fazer pela minha cabeça, sempre fui pela cabeça dos outros, como piolho. E de tanto fazer pela cabeça alheia, hoje estou aqui, fora da roça, trabalhando de diarista, pelejando para não morrer de fome. E ainda fazendo o que os outros me mandam.*

*Acho que, mais do que me dizer como fazer as coisas, deviam ter-me ajudado a compreender o porquê de fazer as coisas. Talvez assim, teria compreendido por que elas davam certo ou errado.*

*Um homem compreende bem as coisas quando sabe ou quando já experimentou, porque elas são assim ou porque elas são diferentes.*

Depoimento de um ex-agricultor, morador da periferia de Florianópolis, ao Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO.

Os agricultores de Quilombo valorizam principalmente o saber que lhes permite dialogar com os agentes externos à família, reafirmando sua autonomia frente às decisões a ser tomadas na propriedade familiar.

## CAPÍTULO 3

### 3. PROCESSO EDUCATIVO DA CASA FAMILIAR RURAL

#### 3.1. Espaços para o diálogo

Os informantes sobre o projeto afirmam que a Casa Familiar Rural tem por objetivo o ensino pela via da “pedagogia da alternância”, aliando teoria e prática, formando duas gerações, ou seja, pais e filhos agricultores do município em que se instala ao mesmo tempo. Mas afinal, o que vem a ser a “pedagogia da alternância”? Com a ajuda das informações colhidas junto aos monitores da Casa de Quilombo e dos agricultores entrevistados, tentarei responder a essa pergunta.

O primeiro passo ocorre na criação da Casa Familiar Rural. A “pedagogia da alternância” inicia com os pais, refletindo sobre o desenvolvimento global da região onde residem para formar o currículo e organizar a programação, definindo os temas de interesse para as unidades familiares, não só das famílias cujos filhos já estão na CFR, como das demais que poderão aderir ao projeto mais tarde.

Cada CFR terá temas diferentes relacionados com a realidade que a cerca. O envolvimento das famílias com a

comunidade é importante para que o currículo reflita os reais interesses de todos. As reuniões da Associação ocorrem com a presença dos pais junto com os monitores, que devem apenas organizar a reflexão. Essas reuniões serão tantas quanto forem necessárias para que os temas fiquem bem definidos. As reuniões, segundo depoimento dos agricultores, são informais, com muito chimarrão, para que todos se sintam à vontade para expressar sua opinião.

Os temas são determinados também em função do calendário agrícola da Região para que sejam desenvolvidos na CFR ao mesmo tempo em que está ocorrendo na propriedade. Assim, o jovem pode colocar em prática na unidade familiar, imediatamente, aquilo que aprendeu.

O currículo é montado ainda visando a associar as matérias básicas, previstas pela Secretaria de Educação, com os temas definidos pela Associação. Procura-se cruzar as matérias básicas com as atividades. Por exemplo, no momento em que o jovem está aprendendo sobre o milho e seu plantio, pode-se cruzar a matemática, apresentada no momento de medir a área da propriedade; a biologia, quanto ao tipo de planta que é o milho, qual a sua raiz, tipo de folha, etc.

A definição desse currículo e dos temas a ser desenvolvidos resultará no *plano de formação*.

A aplicação da “pedagogia da alternância” nas Casa Familiares Rurais ocorre em três grandes fases:

Interesse ou Motivação – O jovem levanta as situações da vida familiar e profissional sobre o tema do momento, em discussões com sua família, através do *plano de estudo*, nas duas semanas em que passa na propriedade. Essa discussão da realidade na unidade familiar leva à reflexão toda a família, levantando problemas e soluções por eles encontrados.

Durante esse período, o monitor visita a propriedade. O monitor vai ajudar a família a refletir sobre o tema, mediando as indagações do jovem com a reflexão dos pais e observando se a família está apoiando o jovem para que coloque em prática o que está aprendendo na CFR.

Aquisição ou novos conhecimentos – Durante a semana na CFR, o jovem *coloca em comum* os dados levantados nas duas semanas em sua propriedade com o *plano de estudo*. Na *colocação em comum*, o grupo dos vinte e cinco jovens senta, em semicírculo, e cada um apresenta o seu *plano de estudo*, que foi amplamente discutido com a família. Daí resultam vinte e cinco experiências colocadas pelo grupo.

A *colocação em comum* não tem só o objetivo de fazer com que os jovens conheçam a forma como cada família executa o tema em sua propriedade, mas também o desenvolvimento pessoal desses jovens. No início, eles têm dificuldade de falar, de apresentar seus resultados, mas, depois de algum tempo na CFR, eles expandem essas características, o que é muito importante para a sua formação como cidadãos.

Com o resultado da *colocação em comum*, o monitor vai organizar a semana para apresentar aos jovens

novos conhecimentos sobre o tema: palestras, visitas às propriedades que aplicam técnicas de alta tecnologia, cursos, etc. Resgata-se, através de cursos, técnicas de apoio de como fazer, por exemplo, cabo de enxada ou de foice e cesto de vime. Desenvolve-se ainda noções básicas de eletricidade, carpintaria e outras que vão ajudar a concretizar os novos projetos na propriedade familiar.

Experiências ou novas realizações – O jovem vai fazer suas experiências, observar, analisar, interpretar na sua realidade, com sua família, com o apoio dos monitores e com o envolvimento da comunidade a que pertence.

Essa fase se caracteriza pela prática. É quando o jovem realiza a síntese do conhecimento que construiu, colocando-o na execução dos projetos que escolheu desenvolver em sua propriedade em conjunto com sua família. Essa experiência vai se irradiar pela comunidade, transformando o jovem em agente de transmissão do conhecimento.

Do somatório de todas essas etapas, os jovens constroem o *dossiê pedagógico*, ou seja, o resultado dos três anos de estudo na CFR. Ele é formado pelo *plano de estudo* mais a *colocação em comum* que formarão as *fichas pedagógicas* nas quais se acrescentarão os novos conhecimentos adquiridos através de cursos, palestras, visitas de estudo e experiências, que vão envolver o jovem, a família e a comunidade. Tudo isso ficará registrado no *caderno de exploração agrícola*<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> Modelos no anexo.

A avaliação será feita conforme os *planos de estudo* e a evolução dos programas. Compreenderão também a análise das atividades realizadas na propriedade, a apresentação dos *cadernos de exploração agrícola*, os melhoramentos introduzidos na propriedade (7ª série) e a análise global da propriedade (8ª série) por escrito.

Conforme afirmação dos monitores, a “pedagogia da alternância” deverá gerar uma formação realista, educar e desenvolver a personalidade. Por isso, ainda segundo os envolvidos com o projeto, a alternância e a responsabilidade da participação das famílias dos jovens são essenciais para o desenvolvimento das atividades da Casa Familiar Rural.

### 3.2. Aproximando pais e filhos

O aspecto principal trabalhado pela “pedagogia da alternância”, que é central para esta minha análise, é a aproximação de pais e filhos. Ao aproximar a família da construção do conhecimento, a Casa lhe proporciona se tornar uma unidade em diálogo permanente de discussão sobre a propriedade e sobre as saídas para a sua reprodução dentro da realidade que vivencia e de sua necessidade.

Até a implantação da Casa Familiar Rural, o coletivismo da família dependia da autoridade concentrada no pai, que não permitia a emergência de projetos individuais dos filhos. Os pais receavam que os projetos individuais “desviassem” os filhos do trabalho com a terra. A partir do processo educacional da Casa Familiar Rural, os pais, agricultores de Quilombo, passaram a confiar na disposição dos filhos de dar continuidade ao patrimônio familiar. O coletivismo familiar então se mantém, porém sob novas bases: o diálogo permanente entre os membros da família.

*Hoje ele me convida para discutir os problemas.*

*E hoje eu tenho mais confiança de deixar a propriedade a cargo dele. Antes eu tinha que estar mandando fazer o trabalho o tempo todo, hoje ele já tem a iniciativa para fazer, não é preciso mandar, ele tem mais disposição, a gente vê que ele vai fazer o serviço com vontade. (agricultor familiar - pai)*

Desde o primeiro passo da implantação da Casa Familiar Rural, que é a construção do *plano de formação*, os pais são levados a conversar, a definir os temas a ser abordados nas alternâncias, levando em conta os projetos que eles formulam para seus filhos e as preocupações que os jovens possuem sobre o futuro da unidade familiar.

*Inclusive, há depoimentos de alguns pais que disseram que, no primeiro ano de funcionamento da CFR, nunca tinham conversado tanto, em toda a sua vida, como naquele ano em que o filho lá esteve, em função das indagações, daquilo que tinham que conversar com eles porque necessitavam levar as informações para a CFR. (monitor)*

Durante as semanas em que o jovem passa na propriedade, vai discutir com a família o *plano de estudo*. Esse momento propicia uma reflexão, não só sobre o tema a ser discutido, como também das relações geracionais existentes.

*Evidentemente, no momento em que o jovem está questionando a família, está havendo uma aproximação entre pais e filhos. (monitor)*

O diálogo permanente entre pais e filho faz com que a família seja uma unidade, na qual todos decidem como encaminhar um determinado tema, diferente de antes, quando o pai decidia sozinho, ditando as regras do que iam fazer e de como deveria ser feito.

*Na minha juventude eu não tive esse tipo de convívio com meus pais. Mas, hoje, eu tenho toda uma integração recíproca com o meu filho de 18 anos. Hoje, escuto muito a opinião de meu filho e vice-versa. (agricultor familiar - pai)*

As visitas do monitor vão ser importantes para mediar a resolução dos conflitos que surgem nas discussões entre pais e filhos.

*Depois da Casa, a gente tem idéias, quer fazer mudanças. Aí dá uma série de confusões. A gente tem uma idéia e alguém gosta e alguém não gosta. Alguém concorda e outro não concorda. Quanto mais idéias surgem, mais conflito. Quanto mais cabeça que pensa, mais chance de dar certo. (aluno da CFR - filho)*

*Os pais ficavam desconfiados com as mudanças. Depois de muita discussão, viam que dava certo e passavam a confiar. O problema maior da propriedade era a falta de planejamento, agora já se sabe o que tem que ser feito e vamos fazendo aos poucos, todos juntos. (aluno da CFR - filho)*

Apesar dos conflitos, os próprios pais reconhecem a importância do diálogo incentivado pela Casa Familiar Rural, como observei em seus depoimentos.

*Recebemos a visita do monitor. Lá ia eu, o pai, atrás do filho e do monitor que faziam um currículo da minha propriedade, ouvindo o filho falar aquilo que não tive a oportunidade de falar com alguém no meu tempo. (agricultor familiar - pai)*

*O resultado da Casa Familiar Rural é a abertura de conhecimento e, principalmente, o diálogo com as pessoas. Os jovens que passam pela Casa conversam melhor com as pessoas e tem mais interesse pelo serviço, pensando no futuro. (agricultor familiar - pai)*

*Na Casa o estudo é discutido, proporcionando aos jovens discutir com qualquer pessoa qualquer assunto. (agricultor familiar - pai)*

A educação baseada no diálogo vai expor ao jovem novas idéias, tanto de visão de mundo como de valores éticos e de direitos. Essas novas idéias vão de encontro, muitas vezes, com a moral camponesa tradicional, ocasionando conflito nas relações geracionais. Se, por um lado, a aproximação entre pais e filhos vai trazer resultados concretos na administração da propriedade familiar, por outro, a autoridade paterna vai ser abalada pela emergência da autoridade do filho, legitimada pelo “saber novo”.

### 3.3. “Troca de saberes”

Outro aspecto trabalhado pela “pedagogia da alternância” que não pode ser desconsiderado, uma vez que é o que atrai os agricultores para o projeto da Casa Familiar Rural, é a metodologia educacional.

A “pedagogia da alternância” reconhece que os agricultores familiares têm um “saber próprio” e que é necessário partir de tal saber para buscar tecnologias alternativas. Respeitando que o “saber próprio”, mesmo limitado atualmente, faz parte de um universo cultural fundamental à resistência, força social e política desses agricultores, a pedagogia apresenta os novos conhecimentos e práticas “a partir do que eles já sabem, da comunicação entre o que eles já sabem e o novo, da transformação do sabido em novo saber<sup>70</sup>”.

A metodologia é na verdade uma “troca de saberes”, pois primeiro recupera, sistematiza e socializa entre os camponeses as soluções que a experiência deles próprios ensinou e, ao mesmo tempo, introduz novos conhecimentos, com base nas descobertas técnico-científicas. A diferença desse projeto em relação aos demais que foram aplicados no meio rural é exatamente essa, tendo em vista que antes o “saber técnico” era imposto e desqualificava o “saber próprio” dos agricultores.

Apesar dos agricultores buscarem o “saber técnico” - já que ele se faz necessário para que possam fazer

---

<sup>70</sup> Cândido Grzybowski (1987).

valer seus recursos e suas possibilidades frente às novas exigências do mercado -, sua intenção é a de confrontarem esse saber ao seus conhecimentos e práticas, transformando-os em “novos saberes” que possibilitem sua reprodução social na atual conjuntura. Isso eles encontram no projeto da Casa Familiar Rural.

Outro ponto diferencial dessa pedagogia é o fato de ela não se limitar ao saber técnico-científico, mas avançar na construção da cidadania. Segundo a proposta da Casa Familiar Rural, o mais importante não é adquirir novas técnicas que façam com que os agricultores produzam melhor, mas que esse conhecimento proporcione a eles o exercício da crítica.

Em resposta aos conflitos desencadeados pelos vários projetos aplicados ao mundo rural em nosso País, nos quais o saber técnico-científico é de domínio exclusivo dos técnicos agrícolas (Empresas de Extensão Rural, Bancos, Assessorias, etc.), a Casa Familiar Rural apoia a valorização que os agricultores de Quilombo fazem do conhecimento endógeno como forma de proporcionar a eles uma participação ativa no processo de sua construção como sujeitos sociais frente às novas exigências, não só do mercado, como do centro de decisões das políticas agrícolas. A essa construção como sujeitos sociais, a Casa Familiar Rural chama de “protagonismo” ou “cidadania”.

*Quando se tem conhecimento, se está apto a decidir e responder às situações mais difíceis apresentadas pela vida. A falta de conhecimento faz com que a gente apenas escute, sem condições de contra-argumentar. (aluno da CFR - filho)*

*O jovem deve saber usar os novos conhecimentos para desenvolver melhor aquela sua atividade ou para congrega, dentro da propriedade, uma agricultura de sustentação, uma agricultura que não seja os modelos impostos, ou pela assistência, ou pelo banco, ou por quem quer que seja, mas que seja dentro da sua realidade e da sua necessidade. (ex-presidente da ARCAFAR - pai)*

*Quando ainda não havia segundo grau na Casa, um grupo de alunos saiu do primeiro e foi cursar o segundo grau numa escola do Município. Como a diretora da escola não acreditava no projeto, colocou todos na mesma turma para melhor avaliá-los. O que ocorreu foi surpreendente para ela, os alunos oriundos da CFR eram muito mais críticos e exigentes do que os demais, o que ocasionou que os professores tiveram que se reciclar para atendê-los. Nossos alunos têm ânsia de aprender e isso é desenvolvido na Casa. (Prefeito do Município de Quilombo)*

A “pedagogia da alternância” tem como propósito que a capacidade prática – conhecimento técnico – de intervir e alterar o processo produtivo venha potencializar uma atitude de vida diante dos desafios, tornando possível transformar situações vividas no dia-a-dia e forjando a capacidade de análise e autodesafio na busca de soluções. E mais, que lidar com

contradições passe a ser “normal” na vida individual e coletiva dos agricultores.

É importante para o projeto da Casa Familiar de Quilombo que os jovens se identifiquem no seu espaço social, indicando que o se assumir como cidadão é inseparável da qualificação para o trabalho.

*O ensino deve dar possibilidade deles adotarem uma ou outra modalidade de prática agrícola, porque assim eles decidem e não porque veio um grupo com uma tecnologia nova, dizendo que agora tem que ser feito dessa maneira. (monitor)*

*Os produtores que não têm formação deixam de fazer o que podem e desconhecem o que têm à disposição para buscar coisas que não conhecem, o que não é culpa do produtor, mas do processo que veio caminhando neste País... Precisa-se formar produtores que tenham capacidade de refletir e que possam ter responsabilidade e capacidade de assumirem o seu papel, como produtor, dentro de suas organizações e de suas necessidades... (ex-presidente da ARCAFAR - pai)*

Os informantes têm uma avaliação muito positiva quanto ao aspecto de construção da cidadania nos jovens alunos da Casa Familiar Rural de Quilombo e também da disseminação dessa construção que eles realizam na comunidade da qual fazem parte.

*Tem-se visto uma melhoria muito grande, tanto no âmbito profissional como no âmbito pessoal desses jovens, porque, com essa busca de informações e com a participação da família, os jovens começam a se tornar mais participativos. Começam a discutir os seus problemas e passam a ser um elo de ligação entre a comunidade e o meio urbano, do qual ele também depende. (monitor)*

*Um ponto a ressaltar é a questão do inter-relacionamento que esse jovem passa a ter na comunidade. Quer dizer, há uma desenvoltura extremamente grande desse jovem. Ele passa a participar dos movimentos, passa a participar do Sindicato, associa-se à Cooperativa e já começa a discutir com o técnico a possibilidade de se reunir com mais um vizinho e adquirir uma máquina em conjunto. Enfim, ele adquire uma mentalidade diferente daquele jovem que não frequentou, que não participou, que ficou com aquela idéia individualista, retraído, dentro da propriedade, inibido no falar. Ele pode não ter dinheiro, não ter recursos, mas, pelo menos, tem um objetivo traçado e quer chegar naquele ponto. Isso é o principal, ou seja, a formação da pessoa. (Presidente da ARCAFAR - pai)*

Do depoimento de alguns jovens, eu também observei o discurso da cidadania incorporado por eles:

*O projeto está emperrado por conta do registro que não sai. Eu tenho telefonado para Florianópolis pelo menos uma vez por semana. Os técnicos não sabem o que se passa aqui ou não têm interesse. Acho que eles querem que a gente desista, mas isso eles não vão conseguir. Eu sei que é nosso direito e vou cobrar até o fim. (aluno da CFR - filho)*

*A gente que tem a terra tem que aprender a trabalhar melhor ela para poder ficar e isso é um direito nosso que a Casa Familiar está realizando. (aluno da CFR - filho)*

As minhas observações mostraram que a Casa Familiar Rural tem cumprido o seu papel como mediadora na relação pais e filhos, criando espaços de diálogo que proporcionam mudanças no território familiar, o que passo a apresentar adiante.

## CAPÍTULO 4

### 4. AUTORIDADES MÚLTIPLAS

#### 4.1. “Familismo” x projetos individuais

Vários autores já comentaram as tensões decorrentes das relações hierárquicas nas famílias camponesas<sup>71</sup>.

“O coletivismo interno da família tem sido um dos fatores de permanência do campesinato através da história”<sup>72</sup>, porém, nas últimas décadas, esse mesmo coletivismo vem sendo uma das fontes de crise. Essa crise se expressa principalmente na recusa do filho em aceitar a condição de herdeiro e dos outros filhos em se verem obrigados a migrar. Começam a emergir então projetos individuais<sup>73</sup> que passam a ser levados em conta pela família camponesa.

Hoje esses projetos individuais estão cada vez mais presentes nos jovens rurais, seduzidos pelos apelos da cidade e de seus hábitos modernizantes, somados ao acesso às novas tecnologias e teorias mercadológicas através da educação

---

<sup>71</sup> Margarida Maria Moura (1978) e Ellen Woortmann (1985).

<sup>72</sup> Klaas Woortmann (1990).

<sup>73</sup> Como definido por Schutz (1971 *apud* Gilberto Velho, 1987), “a conduta organizada para atingir finalidades específicas”.

rural na Casa Familiar, o que “resulta numa ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos de sua própria família e comunidade de origem<sup>74</sup>”.

Segundo Klass Woortmann (1990), “o coletivismo interno da família expressa a oposição entre o *nosso* e o *do outro*, supondo a subordinação do destino individual à coletividade”, porém os jovens, não é de hoje<sup>75</sup>, vêm mantendo contato com um novo universo simbólico, através principalmente dos meios de comunicação que os incentivam a formular projetos profissionais individualizantes, considerando o projeto coletivo familiar ultrapassado. O referido autor esclarece que o filho está estabelecendo o estranhamento de seu próprio universo e sua desnaturalização, um equivalente ao “encontro etnográfico”, “desnaturaliza-se um *habitus*<sup>76</sup> que a história, em outro momento, naturalizou”. Ressalta também que “em momentos de crise aguda numa ordem social e num ordenamento do mundo, os valores tradicionais como que sobem à consciência; o que era dado como natural torna-se mais intensamente pensado”.

Porém, como lembra Gilberto Velho (1987), o projeto individual “não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes”.

---

<sup>74</sup> Maria José Carneiro (1999).

<sup>75</sup> Segundo Maria José Carneiro (1999), o processo de modernização da sociedade global pelo qual o País se encontra envolvido nos últimos 20 anos vem assumindo hegemonia também no mundo rural.

<sup>76</sup> *Habitus*, como definido por Bourdieu (1962), resultante de práticas historicamente engendradas, que por sua vez organiza essas práticas, reproduzindo a estrutura.

A noção de “campo de possibilidades”<sup>77</sup> é essencial para compreendermos os limites impostos aos projetos individuais antagônicos com a tradição holista<sup>78</sup> da agricultura familiar. Se os projetos são contraditórios ao projeto coletivo familiar, cria-se o conflito. Tal conflito pode levar a situações de “drama social”<sup>79</sup>, com manipulação de paradigmas e versões da realidade, podendo chegar (quando ultrapassadas as fronteiras simbólicas) a uma situação de “desvio” e muitas vezes estigmatização.

Levando em conta os conceitos de “projeto” e de “campo de possibilidades”, fica mais fácil entender a negociação a que se submetem pais e filhos e que tem como referência um universo de valores que conjuga o universo simbólico tradicional – representado pelo coletivismo interno da família ou “familismo” – com os da “modernidade”- representado pelos projetos individuais e que visam a transformar a propriedade no tocante à rentabilidade e à produtividade, inserindo-a no contexto da sociedade global.

O que observei como consequência da interferência da Casa Familiar Rural foi uma intermediação proporcionada pelos espaços de diálogo do “familismo” com os projetos individuais dos jovens. Tendo claro que “os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades, não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos

---

<sup>77</sup> Dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos (Schutz *apud* Gilberto Velho, 1987).

<sup>78</sup> *Holismo*, conforme Louis Dumont (1985), ideologia que valoriza a totalidade social e negligencia ou subordina o indivíduo humano.

<sup>79</sup> Victor Turner (1975).

específicos”<sup>80</sup>, a Casa Familiar Rural aparece então como possibilidade de organizar essas premissas e desenvolver novos paradigmas, dando direção ao conjunto de símbolos existentes na cultura local. Mediando as relações, a Casa elabora um tipo de seleção em função das experiências, necessidades e estratégias da comunidade. Assim, é desenvolvido um processo de definição e negociação da realidade, implícito ou explícito, possibilitando a manutenção da convivência familiar, mas com a transformação e reinvenção dos símbolos e códigos que a sustentam.

Como os projetos são dinâmicos e permanentemente reelaborados, “na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja, sujeitos à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas”<sup>81</sup>, o que resulta da interferência da Casa Familiar Rural é uma reelaboração do projeto coletivo da família para, avaliados os riscos e perdas<sup>82</sup>, dar conta da margem relativa de escolha individual dos jovens, visando sempre o “horizonte de gerações”.

---

<sup>80</sup> Gilberto Velho (1994).

<sup>81</sup> Gilberto Velho (1987).

<sup>82</sup> Está presente aqui a “razão prática” (ver Marshall Sahlins, 1979), porém isso não suplanta o sentido simbólico do “horizonte de gerações” perseguido pela família.

## 4.2. Tecendo um novo território familiar

A autoridade concentrada no pai sofreu uma primeira fragmentação após a emergência das reivindicações femininas, fato que vem a facilitar a abertura das famílias para projetos como o da Casa Familiar Rural.

O Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA)<sup>83</sup>, que surgiu em 1981 no Oeste Catarinense e está organizado em Quilombo, luta para que as mulheres envolvidas na produção agrícola familiar sejam consideradas “produtoras rurais”. O Movimento discute também temas como a saúde da mulher, implementação dos benefícios previdenciários, como aposentadoria, e a sua integração nos sindicatos e cooperativas. Segundo Maria Ignez Paulilo (1999), como consequência da mobilização, aumentou significadamente o número de mulheres associadas aos sindicatos, bem como daquelas que têm todos os seus documentos em ordem.

A mobilização das mulheres pelo seu reconhecimento profissional como “agricultoras” visa a lhes garantir os direitos sociais, sobretudo a aposentadoria, porém, como consequência, tem alterado gradativamente as relações de gênero em muitas famílias. Hoje as filhas têm assegurado o mesmo direito que os filhos ao estudo e à profissionalização, tanto que várias famílias enviam também suas filhas para a Casa Familiar Rural. Ao mesmo tempo, o projeto tem interferido na divisão do trabalho, uma vez que, na Casa, os jovens organizam

---

<sup>83</sup> Ver a respeito Maria Ignez S. Paulilo (1999).

a limpeza e o café da manhã sem distinção de gênero<sup>84</sup>. Várias mães comentaram comigo durante a pesquisa a mudança de atitude de seus filhos em relação aos trabalhos domésticos, antes da passagem pela Casa vistos como femininos. Segundo elas, hoje os filhos valorizam o trabalho da mãe e ajudam sem reclamar, inclusive lavando sua própria roupa.

A questão de gênero nessas famílias poderia ser melhor desenvolvida, porém, como o tempo para a pesquisa é exíguo, não pude aprofundá-la como gostaria. Talvez numa próxima oportunidade possa realizar uma pesquisa sobre o tema.

O que quero salientar é que a autoridade concentrada no pai já foi abalada anteriormente à passagem dos filhos pela Casa Familiar Rural, com a emergência da mobilização pelos direitos sociais das mulheres e as conseqüências advindas dessa organização.

Durante todo o processo educativo da Casa Familiar Rural, desde sua implantação, são construídos espaços de diálogo entre pais e filhos. Esse diálogo permanente reforça a família como uma unidade, em que todos discutem as possibilidades e saídas para a reprodução familiar.

*Cada filho cuida do seu projeto, mas todos trabalham juntos, dando idéias uns para os outros. Todos se ajudam. (agricultor familiar - pai)*

Segundo pude observar, entre as famílias pesquisadas, uma nova relação familiar está sendo construída,

---

<sup>84</sup> Ver fotos no anexo.

sendo que as opiniões diferentes e os debates tornam-se práticas corriqueiras. O deslocamento do poder decisório - antes concentrado no pai - para a discussão aberta entre os membros da família oportuniza que, como diz Anthony Giddens (1993), a “força do melhor argumento” seja preponderante. Nesse processo, as famílias agricultoras com filhos que passaram pela Casa Familiar Rural Santo Agostinho estão tecendo um novo território familiar diferenciado da organização tradicional da família camponesa.

Todos os aspectos que observei no discurso dos agricultores familiares de Quilombo foram sendo trabalhados e absorvidos, seguindo um processo que é o mesmo usado no acúmulo de forças para a implantação do projeto da Casa Familiar Rural e também no seu processo educativo: o argumento, a demonstração e o convencimento. Esse processo é o mecanismo que viabiliza as mudanças apontadas anteriormente.

O argumento parte da vontade e da autoconfiança dos agricultores para transformar a situação, estimulando-os a apreciar os recursos, tradições e cultura do meio rural e apontando-lhes as potencialidades a ser aproveitadas por eles através do conhecimento desenvolvido na Casa Familiar Rural.

A demonstração é concretizada através de projetos alternativos postos em prática pelos jovens na propriedade de seus pais.

*Ele disse que podando a figueira dessa maneira daria mais frutos. Eu disse que do jeito que eu*

*aprendi com meu pai é que ia ser feito. Depois de muita discussão, aceitei que ele podasse uma figueira como exemplo. Fiquei surpreso quando a árvore que meu filho podou realmente produziu mais figos. Agora eu acredito mais no que ele aprende na Casa. (agricultor familiar - pai)*

*Eu observo as outras famílias e vejo como cresceram depois que os filhos passaram pela Casa. (agricultor familiar - pai)*

*As pessoas que não acreditam no projeto, quando vem comprar alguma coisa, o tomate ou outra coisa, e olham a propriedade organizada, começam a pensar melhor sobre a Casa. (agricultor familiar - pai)*

O convencimento aparece no grupo de agricultores que mantém a Casa Familiar Rural e que vem crescendo, apesar dos contratempos impostos pelos governos e pela falta de política agrícola voltada aos interesses da agricultura familiar.

A mudança que então se estabelece é principalmente da condição do jovem rural. De pouco ou nenhum direito de voz na tomada de decisões familiares e de controle sobre os recursos o jovem passa a ter oportunidade de argumentar e demonstrar as saídas para a reprodução familiar dentro da realidade que vivenciam e de suas necessidades, através do saber adquirido na passagem pela Casa Familiar Rural, sendo capaz de convencer o pai com suas propostas.

*A gente antes tinha que tocar as coisas, agora que eles têm o conhecimento, nós temos que apoiar os projetos deles, principalmente porque os projetos aproveitam o que já se tem na propriedade, não ocasionando muito gasto. (agricultor familiar- pai)*

Como anteriormente coloquei, a fonte da autoridade para ser reconhecida como legítima precisa estar baseada em valores que os indivíduos envolvidos na relação social considerem positivos e incontestáveis. No presente caso, os filhos que passam pela Casa Familiar Rural adquirem um saber novo que proporciona melhor rendimento da propriedade familiar e a possibilidade de agregar valor ao que ali é produzido. Em razão disso, legitimam para si uma relativa autoridade dentro do grupo familiar, já que através desse novo saber aumentam a possibilidade de manter e mesmo ampliar o patrimônio familiar.

Como observei, ao contrário da referência exclusiva a um único sistema cultural – atualizado pela organização social camponesa – definidor de uma identidade *tradicional*, os jovens estariam vivenciando uma situação complexa, resultante da combinação singular de sistemas simbólicos particulares e universos culturais distintos, em que novas identidades estariam sendo elaboradas com interferência na formulação de projetos e trajetórias individuais.

Visando a garantir a sobrevivência e também a reprodução das gerações subseqüentes, os pais, tendo claro que o saber acumulado por eles já não dá conta dessas tarefas, desenvolvem novas estratégias de reprodução familiar, em que, neste contexto específico, absorvem a fragmentação de sua

autoridade como estratégia de reprodução social positiva da unidade familiar.

A autoridade paterna tem assentada sua legitimidade em vários outros aspectos além do saber. Por esta razão, me parece que ela não foi revogada, apenas mais uma vez fragmentada. O principal desses aspectos é a posição hierárquica ocupada pelo *pai de família*. Apesar do questionamento do saber do pai, que proporciona um deslocamento da centralidade decisória paterna, o “papel social de pai” como representante público da unidade doméstica se mantém, reconhecido não só pelos membros da família como também institucionalmente.

Dessa fragmentação surge um diálogo de autoridades múltiplas. A autoridade tradicional paterna mantém entendimento com a autoridade conquistada pelo filho, em face do domínio dos novos saberes, com vista à solução de seu problema comum, ou seja, a reprodução social da família sobre novas bases, estabelecendo uma nova trama nas relações pais e filhos.

Levando em conta o pensamento de Giddens (1993), posso supor que essas famílias, nesse contexto específico, estariam tecendo uma nova tradição<sup>85</sup>, cujos fios seriam a reafirmação de sua origem como “pioneiros e desbravadores”, somando o capital cultural e material herdado como patrimônio dos antepassados com a ampliação do “campo de possibilidades” proporcionada pela passagem dos jovens pela Casa Familiar

---

<sup>85</sup> *Tradição*, conforme Eric Hobsbawn, 1984, como o conjunto de valores e características de um grupo de pessoas que partilha um estilo histórico comum e, na prática desses valores, se reconhece socioculturalmente.

Rural. Esse novo território familiar, ao contrário de romper o coletivismo interno da família, resulta no seu fortalecimento ao articular os projetos individualizantes dos filhos com o “horizonte das gerações”, preocupação maior do *chefe de família*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Mire, veja: o mais importante e bonito no mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas ...*

João Guimarães Rosa, in "Grande Sertão: Veredas"

A complexidade da realidade investigada me adverte para o risco de uma leitura simplificadora. Assim, a análise anterior pretende apenas identificar alguns dos aspectos que compõem o terreno no qual são tecidas as relações entre as gerações na agricultura familiar no Município de Quilombo para as famílias cujos filhos passaram pela Casa Familiar Rural Santo Agostinho.

Neste trabalho, as transformações nas relações geracionais foram analisadas a partir de um contexto histórico, geográfico, socioeconômico e cultural específico, devendo assim ser avaliadas. O projeto das Casas Familiares Rurais tem sido implementado em outros Municípios e nem sempre o resultado é semelhante ao encontrado em Quilombo, conforme me salientaram vários técnicos e o Presidente da Associação Estadual das Casas Familiares Rurais.

Gostaria de lembrar que, segundo minhas observações, essas mudanças nas relações geracionais só são possíveis de acontecer em razão de as famílias agricultoras envolvidas no processo da Casa Familiar Rural Santo Agostinho

estarem motivadas por características específicas em sua história, seus projetos de vida e sua produção, como procurei demonstrar durante este trabalho.

Henri Mendras (1978) já salientava a agilidade para compreender e utilizar as regras do novo jogo que o campesinato facilmente desenvolve, quando observa a lógica e as vantagens de uma nova organização do trabalho e de sua vida, contrariando uma visão do campesinato como conservador, retrógrado e imobilista. A possibilidade de diálogo permanente entre diferentes autoridades no interior da família, proporcionado pela interferência da Casa Familiar Rural de Quilombo, é um exemplo da dinâmica salientada por Mendras.

Além das mudanças internas no território familiar, podemos avançar a análise sobre as relações dos agricultores com a sociedade abrangente que também está se realizando em novo patamar. Do diálogo incentivado pela Casa Familiar Rural, não só no âmbito da família, mas também entre os agricultores na Associação, resulta o aumento da capacidade de análise e de autodesafio dos agricultores na busca de soluções para situação atual da agricultura familiar no Brasil. A possibilidade de ver a família como um “campo para se pensar também o exercício da cidadania”, uma vez que “a família, como uma organização social, é campo do processo de alteridades”, formulado por Maria de Lourdes Manzini-Covre (1997), é assumida por mim neste estudo.

As famílias agricultoras de Quilombo, conforme apreendi durante a pesquisa, sabem que hoje grande parte das mudanças necessárias para garantir a reprodução social da

unidade familiar estão sob sua responsabilidade. A partir de sua inserção no processo educativo, elas estão conseguindo visualizar os recursos disponíveis em suas propriedades, que estão sendo realocados com base em projetos novos, trazidos pelos filhos da aprendizagem na Casa Familiar Rural, porém têm consciência de que estes são insuficientes para a reprodução social que almejam. Em razão disso, buscam formas de garantir também recursos das políticas públicas se associando e se organizando com a comunidade que as cerca. Segundo Anthony Giddens (1993), esse tipo de conduta é em si “um meio de educação democrática: a participação no debate com outros pode conduzir à emergência de uma cidadania mais esclarecida”.

Trata-se então de ver o novo das relações familiares como fator gerador de possíveis novas relações também em outros espaços da sociedade. No curso do processo de mudança interna da família, vai sendo construído o novo tecido social, uma vez que “num plano mais amplo, existe uma simetria entre a democratização da vida pessoal e as possibilidades democráticas na ordem política global<sup>86</sup>”. As transformações internas da família se espraiam para as relações comunitárias da mesma forma como as mudanças tecnológicas na produção. O diálogo e as decisões coletivas passam a fazer parte do cotidiano dos agricultores em todos os espaços de decisão.

Na ordem moral camponesa, a comunidade é extremamente valorizada, “a comunidade é a cápsula protetora do campesinato<sup>87</sup>”. Para os agricultores de Quilombo é na

---

<sup>86</sup> Anthony Giddens (1993).

<sup>87</sup> Klaas Woortmann (1990).

comunidade que se estabelecem as mais variadas formas de reciprocidade, por isso há o sentimento de pertencimento e segurança para com a comunidade, além da reelaboração histórica levada a cabo por eles, ao articular as “profecias” da manutenção das “famílias iluminadas” por esse território ser um “reduto” sacralizado. Esse sentimento leva os agricultores a acreditar não só na reprodução social da família, mas também de toda a comunidade, garantida pelo diálogo em que “uns dão idéias para os outros”.

Para finalizar, lembro que as transformações são um processo contínuo. Parafraseando Guimarães Rosa, *as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas ...*

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*, Ed. Página Aberta, São Paulo, 1994.
- ABROMOVAY, Ricardo (org.). *Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios*, Edições UNESCO, 1998.
- ALMEIDA, Ângela (org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*, Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1987.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Redescobrimo a Família Rural*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Junho de 1986.
- ANJOS, Flávio Sacco. *Agricultura Familiar em Transformação: O caso dos colonos-operários de Massaranduba, SC*, Ed. Universitária, Pelotas, 1995.
- ARANTES, Antônio (org.). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, Ed. Unicamp, Campinas, 1994.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1972.
- ARIÉS, P. *História Social da criança e da família*, Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1981.

- BILAC, Elisabete D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*, Símbolo, São Paulo, 1978.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu e Valter Bianchini. *A Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil*, FAO/INCRA, 1996.
- BOLETIM DO DESER. Números 103, agosto/99 e 105, setembro/99, Curitiba.
- BONAMIGO, Irme. *Disciplina e Exclusão*, Editora Grifos, UNOESC, Chapecó, 1998.
- BOTH, Elizabeth. *Família e rede social*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do Mundo*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, Colher, Comer*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1981.
- “*Casa de Escola*”: *cultura camponesa e educação rural*, Papirus, Campinas, 1984.
- BRUSCHINI, M. C. A. Resenha: *A teoria crítica da família*, in Cadernos de Pesquisa nº 37, São Paulo, 1981.
- CARDOSO, Alessandra. *Transformações Recentes no Meio Rural: A Emergência de Novas Atividades*, Instituto de Economia da USP, 1999

CARNEIRO, Maria José. *O Ideal Rurbano: Campo e Cidade no Imaginário de Jovens Rurais*, in "Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares", Teixeira da Silva, F.C., R. Santos, L.F.C. Costa (orgs), Ed. Campus/Pronex, 1999.

*Ruralidade: Novas Identidades em Construção*, Instituto de Economia da USP, 1999.

*Política Pública e Agricultura Familiar: Uma leitura do PRONAF*, Instituto de Economia da USP, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Coord.) *A Família Contemporânea em Debate*, Cortez Editora, São Paulo, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*, Ed. Graal, 1983.

COUTO, Andréia Terzariol. *Artesanato: Uma estratégia de Sobrevivência da Agricultura Familiar?* Instituto de Economia da USP, 1999.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde e Vitor de Athayde Couto. *Novos Mundos Rurais e Ocupação Familiar*, Instituto de Economia da USP, 1999.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*, Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, São Paulo, 1991.

*Cidadania, cultura e sujeitos, in A Cidadania em construção – Uma reflexão transdisciplinar*, Mary Jane Paris Spink (org.), Cortez Editora, São Paulo, 1994.

DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1986.

DUARTE, L. F. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1988.

DUARTE, Valdir P. *Construindo Escola na Roça – Escolas Comunitárias de Agricultores – No Rebrotar da Esperança*, ASSESOAR, Paraná, 1997.

DUMONT, Louis. *O Individualismo – Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*, Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1985.

DURSTON, John. *Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafios para os Noventa in Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano*. Séria Documentos Temáticos. RS, 1994.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*, Publicações Dom Quixote Ltda., Lisboa, 1993.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Família*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, volume 7, Edição Portuguesa, 1986.

- FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar, Brasília, 1994.*
- FIGUEIRA, Sérvulo. *Uma Nova Família*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1987.
- FONSECA, Cláudia. *A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar*, BIB, Rio de Janeiro, 1983.
- Crianças em Circulação*, Revista Ciência Hoje, nº 65, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- História da Sexualidade 1 – A Vontade de Saber*, 11 Ed., Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988.
- Vigiar e Punir*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1991.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*, Ed. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1987.
- GAIGER, Luiz Inácio G. *Entre as razões de crer e a crença na razão – Mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional*, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais - ANPOCS*, número 27, ano 10, São Paulo, fevereiro de 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1978.

GIDDENS, Anthony. *Conseqüências da Modernidade*, Ed. UNESP, São Paulo, 1991.

*A Transformação da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Ed. UNESP, 1993.

*A vida em uma sociedade pós-industrial*, in *Modernização Reflexiva*, Ed. UNESP, 1995.

GOMES, H. S. R. *Um estudo sobre significado de família*, Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1988.

GRAMKOW, Márcia Maria. *O Colono da Cana – Estudo sobre as unidades de produção familiares do Vale do Rio Tijucas*, Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Ciências Sociais da UFSC, Florianópolis, 1983.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Resistir, resistir, resistir: Considerações acerca do futuro do campesinato na Brasil*, UNICAMP, 1995.

*O Novo Rural Brasileiro*, Instituto de Economia da USP, 1999.

*Por Uma Reforma Agrária Não Essencialmente Agrícola*, Instituto de Economia da USP, 1999.

GROSSI, Míriam Pillar (organizadora). *Trabalho de Campo e Subjetividade*, Grupo de Estudos de Gênero e

Subjetividade, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Santa Catarina, 1992.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*, Editora Vozes, Petrópolis, 1987.

*O Saber dos Camponeses em Face do Saber dos Técnicos*, FASE, 1987.

HOBSBAWN, Eric. e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

JORNAL TERRA SOLIDÁRIA, Números 1, 2 e 3, Publicação da Escola Sul, DESER e Fórum Sul dos Rurais da CUT, 1999.

KAGEYAMA, Angela. *Pluriatividade e Ruralidade: Alguns Aspectos Metodológicos*, Instituto de Economia da USP, 1999.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Organizador). *Família Brasileira, a base de tudo*, Cortez Editora e UNICEF, Brasília, 1998.

LACKI, Polan. *Buscando Soluções para a Crise do Agro: no guichê do banco ou no banco da escola?* Série: Desenvolvimento Rural n° 12, FAO, Santiago, Chile, s/d.

- LAGROU, Elsie Maria. *Trabalho de Campo e Subjetividade*, Míriam Pillar Grossi (org.), Grupo de Estudos de Gênero e Subjetividade, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Santa Catarina, 1992.
- LAING, R. *A família*, Martins Fontes, São Paulo, s/d.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.) *A Agricultura Familiar, Comparação Internacional, Uma Realidade Multiforme. Volume I. e Do mito à realidade, Volume II*, Ed. UNICAMP, Campinas, 1998.
- LEACH, E.R. *Sistemas Políticos De La Alta Birmania*, Editorial Anagrama, Barcelona, 1977.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1995.
- LESSA, William A. and Evon Z. Vogt,. *Reader in Comparative Religion - An Anthropological Approach*, Harper Collins Publishers, USA, 1979.
- LOCKS, Geraldo Augusto. *Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito - SC*, Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC, Florianópolis, 1998.
- MACEDO, Carmem. *A reprodução da desigualdade: um projeto de vida familiar de um grupo operário*, Vértice, São Paulo, 1985.

- MATTEI, Lauro. *As Ocupações Não-Agrícolas no Meio Rural Catarinense na Década de 90*, Instituto de Economia da USP, 1999
- A Pluriatividade no Contexto do Desenvolvimento Rural Catarinense*, Instituto de Economia da USP, 1999
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Formas e razão da troca nas sociedades arcaicas in Sociologia e Antropologia*, Volume II, Ed. EPU/EDUSP, São Paulo, 1974.
- MELLO, Sylvia Leser. *Família :perspectiva teórica e observação factual*, in *A Família Contemporânea em Debate*, Cortez Editora/EDUC, 2. Edição, São Paulo, 1997.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1978.
- MOURA, Margarida Maria. *Os Herdeiros da Terra*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1978.
- Camponeses*, Série Princípios, Ed. Ática, 1986.
- MOURA, Olga Nogueira de S. e Pedro dos S. Bezerra Neto. *Ocupações Não-Agrícolas: Novas Opções de Emprego no Campo*, Instituto de Economia da USP, 1999.
- MUCHIELLI, Roger. *Psicologia da Relação de Autoridade*, Martins Fontes, São Paulo, 1979.

- MUSSOI, Eros Marion. *Juventude Rural: em busca de um trabalho sob nova dinâmica*, Documento 142 da EPAGRI, 1993.
- MUSUMECI, Leonarda. *O Mito da Terra Liberta*, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, São Paulo, 1988.
- NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas*, EDUFF, Niterói, 1997.
- Agricultura Familiar: Questões metodológicas*, Revista Associação Brasileira de Reforma Agrária, Volume 25, Campinas, 1995.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica*, Série Antropologia, 43, Departamento de Antropologia, UNB, 1984.
- OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*, Vozes, Petrópolis, 1992.
- PANZUTTI, N. da P. M. *Mulher rural: eminência oculta*, Informações Econômicas, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 9-22, 1996
- PATTO, M.H. *A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia*, Ed. Queiroz, São Paulo, 1993.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Terra à vista... e ao longe*, Editora da UFSC, Florianópolis, 1996.

- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Quilombo, 1999.
- POTTER, Jack M., May N. Diaz e George M. Foster. *Peasant Society: a Reader*, Little, Brown and Company, Boston, 1967.
- PRIM, Lorena de F. *Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense*, Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 1996.
- RENK, Arlene. *Dicionário nada convencional – Sobre a exclusão no Oeste Catarinense*, Editora Grifos, Chapecó, 2000.
- RIBEIRO, Marlene. *Educação básica do campo: um desafio aos trabalhadores da terra*, FAE/UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- ROMANELLI, Geraldo. *Autoridade e poder na família in “A Família Contemporânea em Debate”*, Cortez Editora, São Paulo, 1997.
- ROVER, Oscar J. e Erni J. Seibel. *O Dilema da Participação política na Concepção de Diferentes Instituições Proponentes de uma Política de Agricultura Familiar*, CFH/UFSC, 1999, memo.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

SALEM, Tânia. *O velho e o novo – um estudo de papéis e conflitos familiares*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.

*O Casal Iguatário: princípios e impasses*, in Revista Brasileira de Ciências Sociais – ANPOCS, número 9, vol. 3, São Paulo, fevereiro de 1989.

SARTI, Cinthia. *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, Autores Associados, São Paulo, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio, *As transformações recentes da agricultura familiar no RS: O caso da agricultura em tempo parcial*, Ensaios FEE, Porto Alegre, 1995.

*Da Crise da Sociologia Rural à Emergência da Sociologia da Agricultura: Reflexões a Partir da Experiência Norte-Americana*, Instituto de Economia da USP, 1999.

SCHWADE, Elisete. *Trabalho de Campo e Subjetividade*, Míriam Pillar Grossi (org.), Grupo de Estudos de Gênero e Subjetividade, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Santa Catarina, 1992.

SEMINÁRIO SOBRE CASA FAMILIAR RURAL, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, CEPAGRO e ARCAFAR, Santa Catarina, 1995.

- SEYFERTH, Giralda. *Herança e Estrutura Familiar Camponesa*, Boletim do Museu Nacional 52, 1985.
- SILVA, Hélio R. S. e Cláudia Milito. *Vozes do Meio-Fio*, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995.
- SYMANSKI, Heloisa. *Teorias e Teorias de Família*, in *A Família Contemporânea em Debate*, Editora Cortez/EDUC, 2. Edição, São Paulo, 1997.
- TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz (coord.) *A construção da cidadania*, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1986.
- TERRA SOLIDÁRIA. *População e Agricultura Familiar na Região Sul*, Escola Sul, DESER e Fórum Sul dos Rurais da CUT, 2000.
- VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*, Zahar, 4 ed., Rio de Janeiro, 1981.
- Individualismo e Cultura – Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Jorge Zahar Editor, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1987.
- Projeto e Metamorfose – Antropologia das Sociedades Complexas*, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1994.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Difel, Rio de Janeiro, 1976.
- Sociedade e Agricultura*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

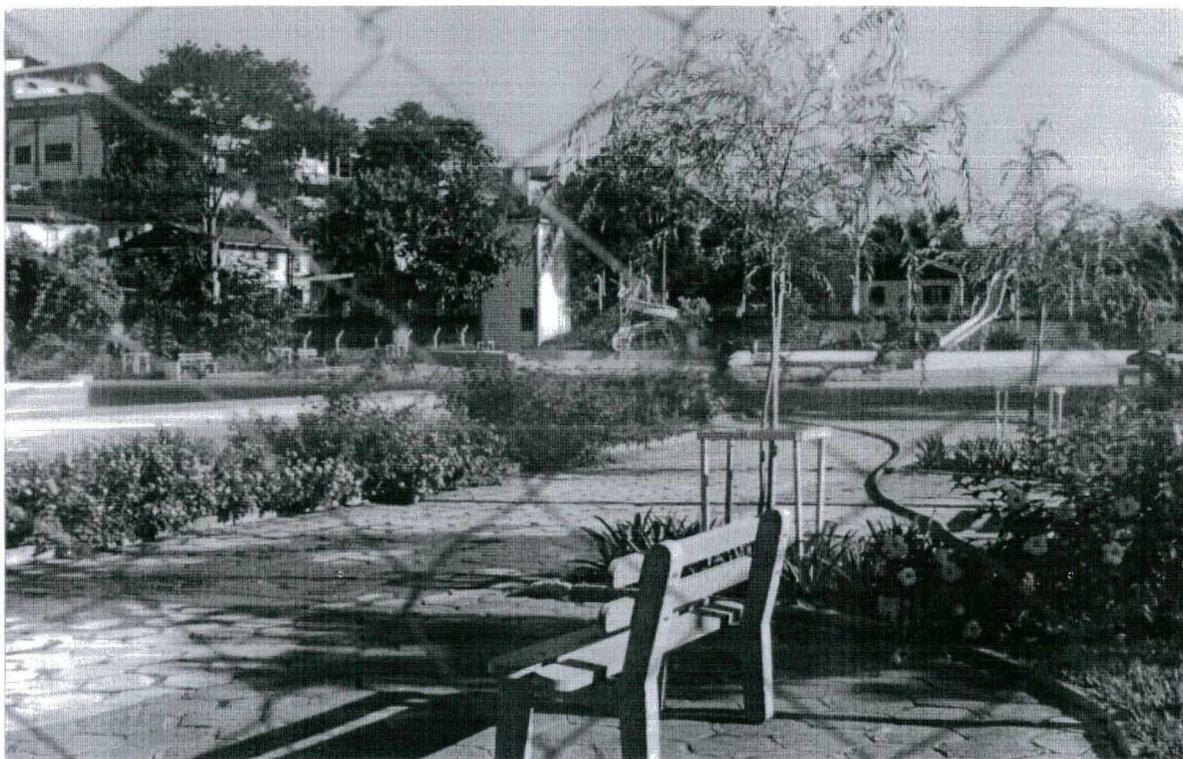
- VIANNA, Aurélio. *Terra de trabalho e terra de negócio – estratégias de reprodução camponesa*. CEDI, Rio de Janeiro, 1990.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*, XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG, 1996.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Fondo de Cultura Económica, México, 1965.
- WOLF, Eric R. *Parentesco, Amizade e Relações Patrono-Cliente em Sociedades Complexas*. Cadernos de Antropologia, Ed. Universidade de Brasília, 1974.
- Sociedades Camponesas*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. Editora UNB, São Paulo, 1995.
- WOORTMANN, Klass. *A comida, a família e a construção do gênero feminino*, in *Dados – Revista de Ciências Sociais*, número 1, vol. 29, Rio de Janeiro, 1986
- “Com Parente Não se Neguceia” *O Campesinato Como Ordem Moral*. Anuário Antropológico/87, Editora UNB/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1990.

*Fuga a três vozes, in Anuário Antropológico/91, Editora UNB/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1993.*

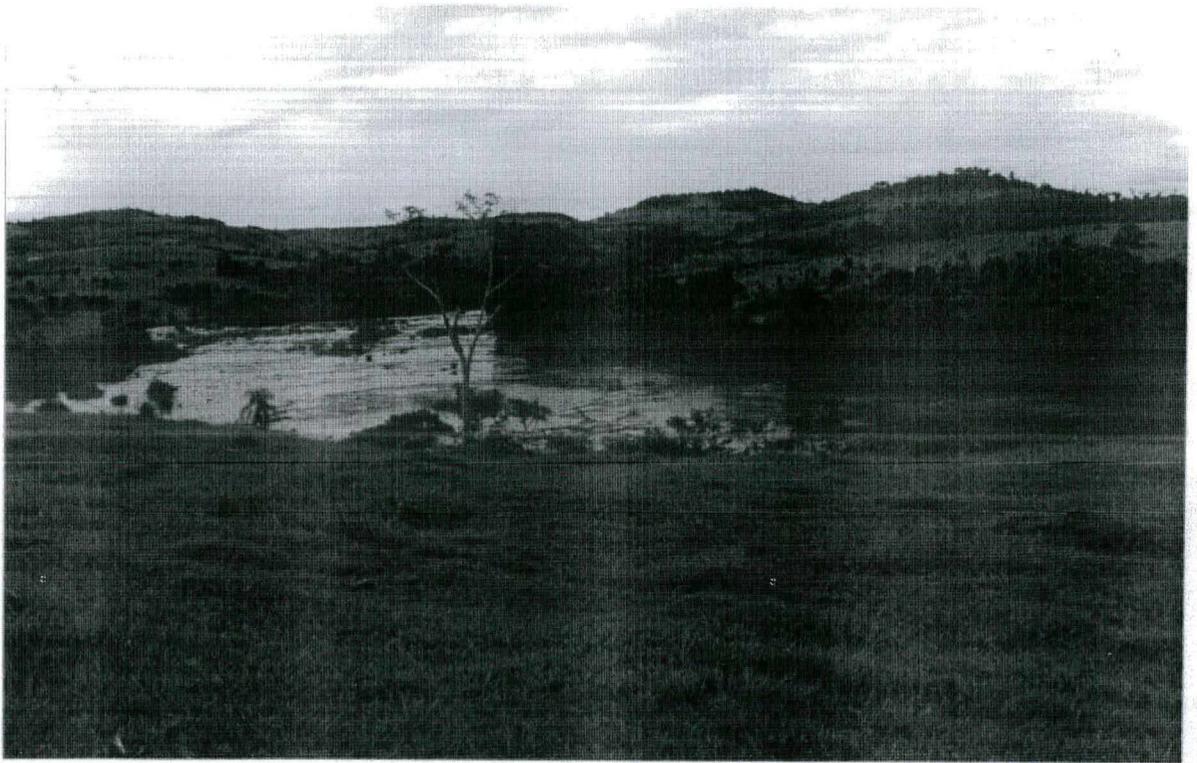
ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao Paraíso, juventude e política social*, Escuta Editora da UNICAMP, Campinas, SP, 1994.

# **A N E X O**

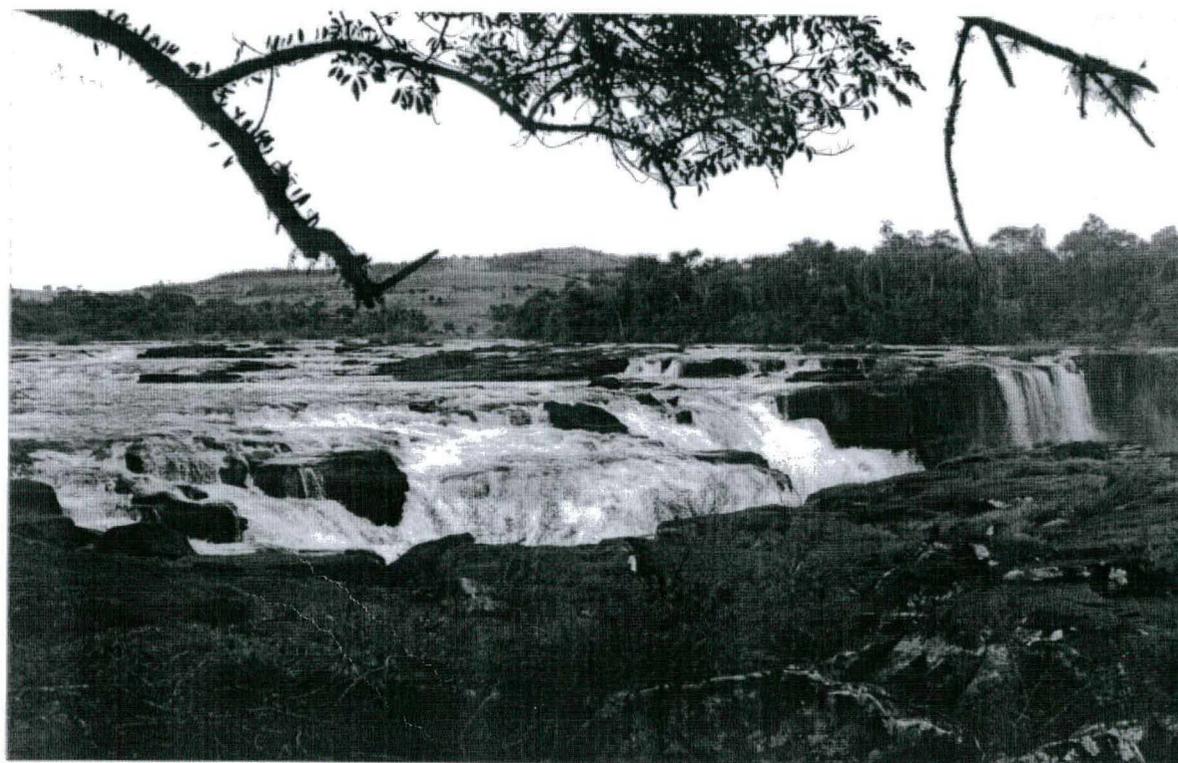
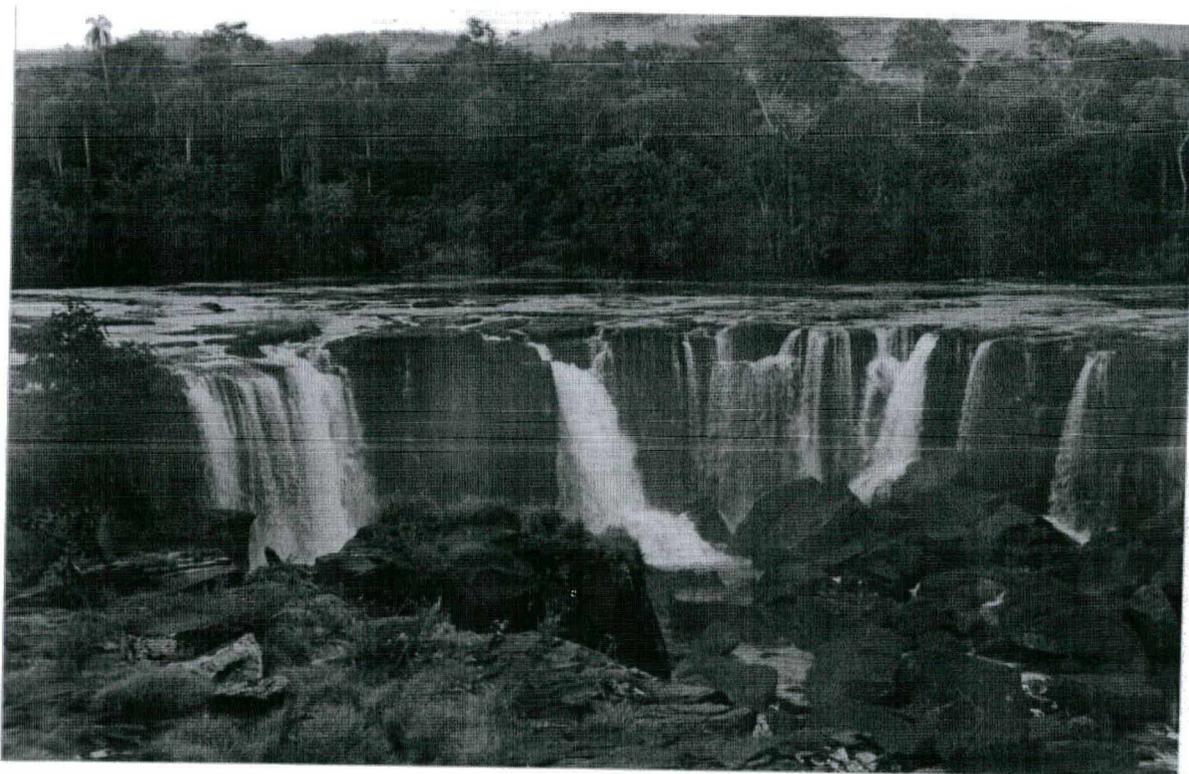
# O POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO



# O POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO

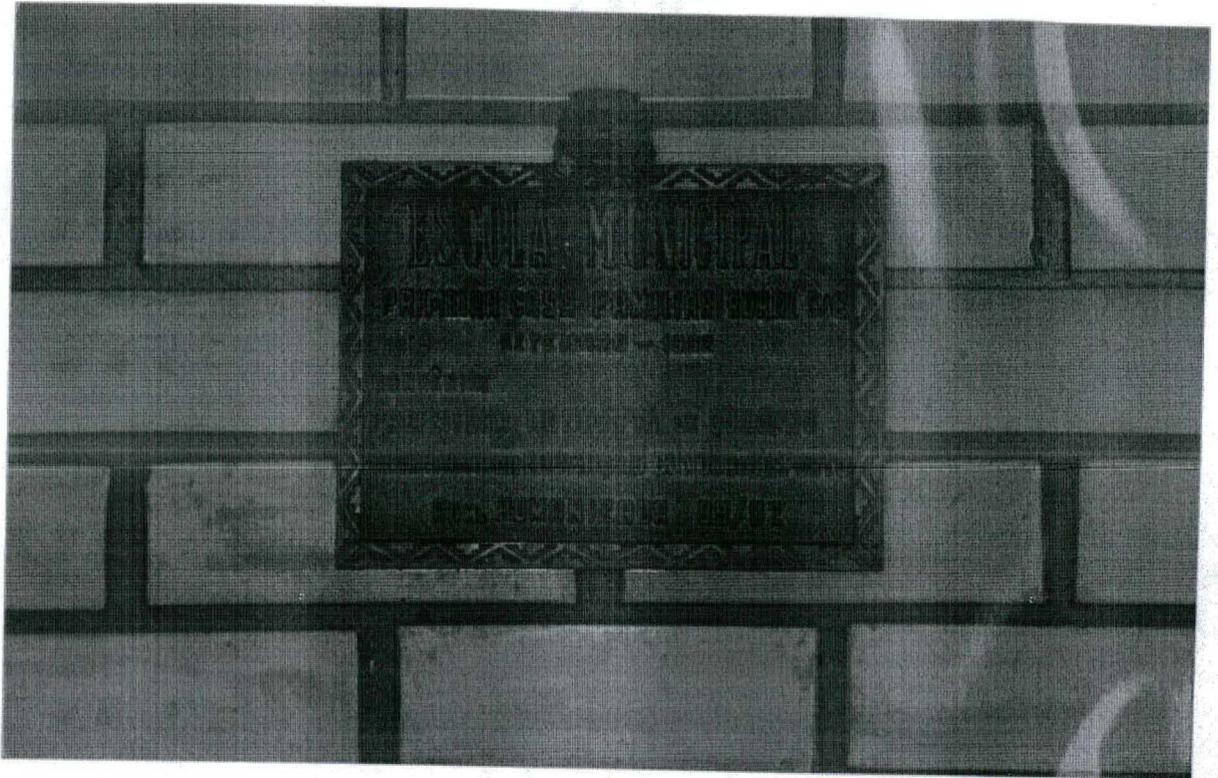


# O POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO



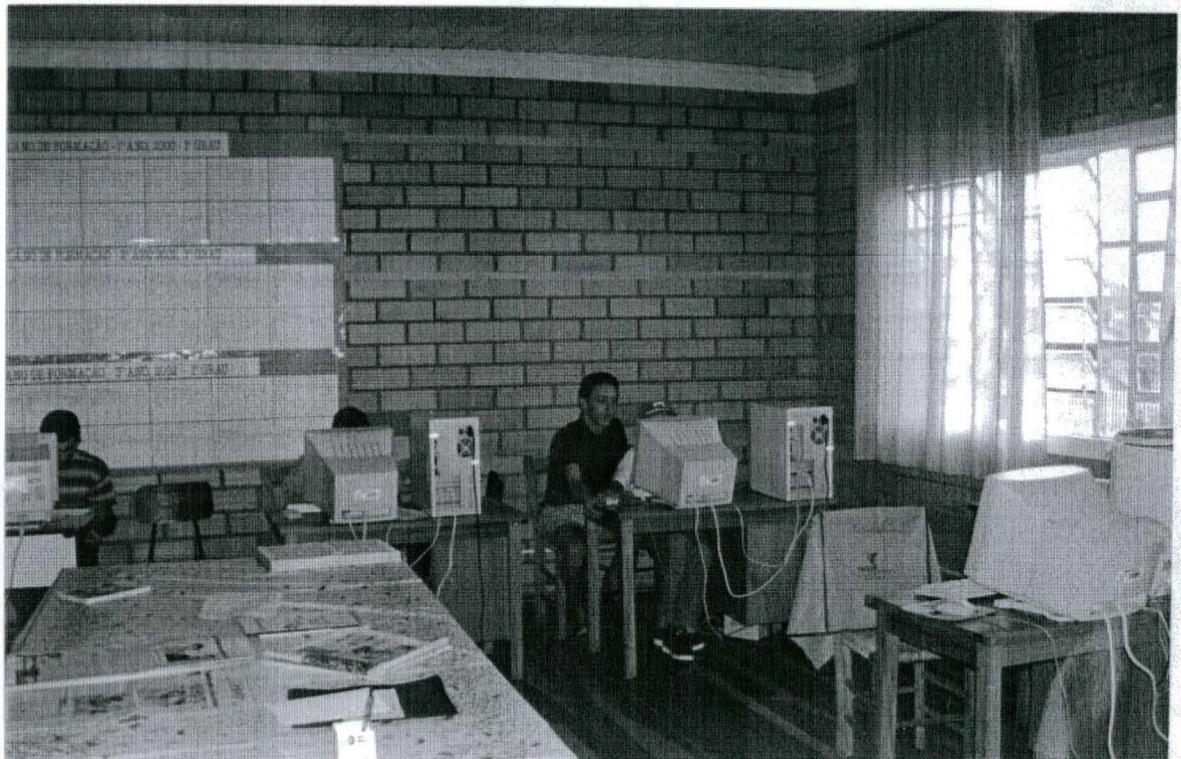
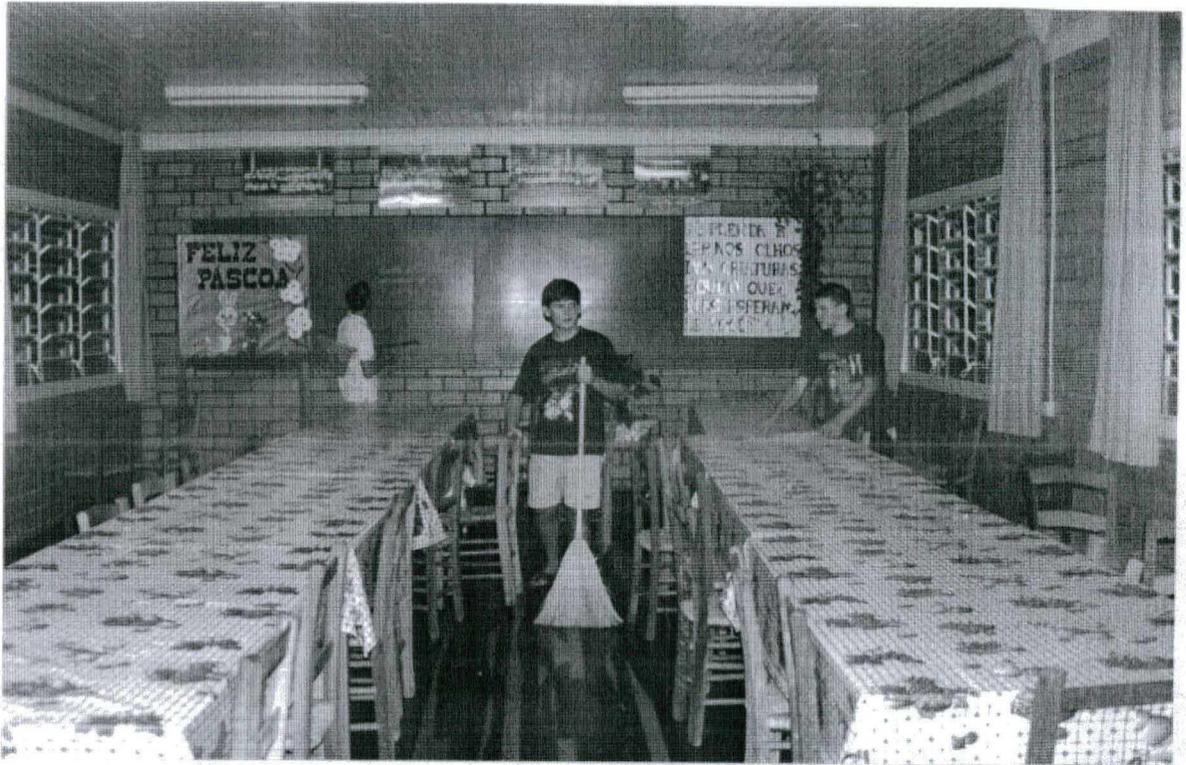
# A CASA FAMILIAR RURAL SANTO

## AGOSTINHO



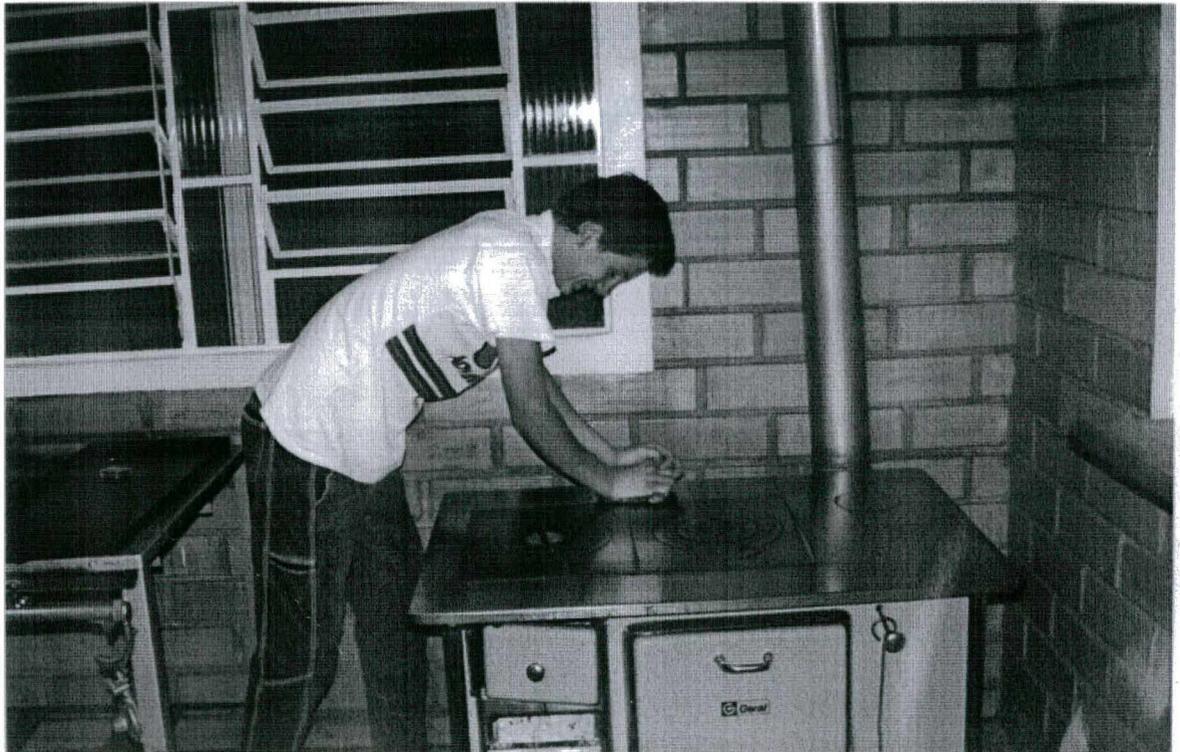
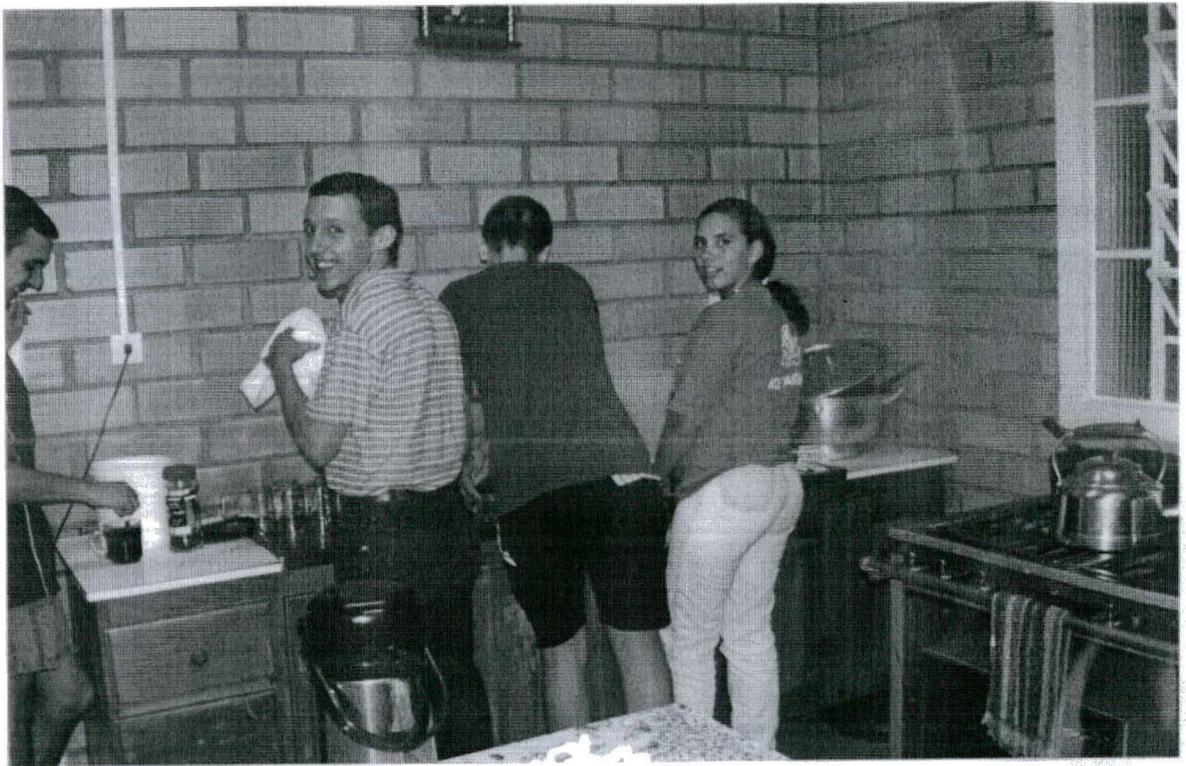
# A CASA FAMILIAR RURAL SANTO

## AGOSTINHO



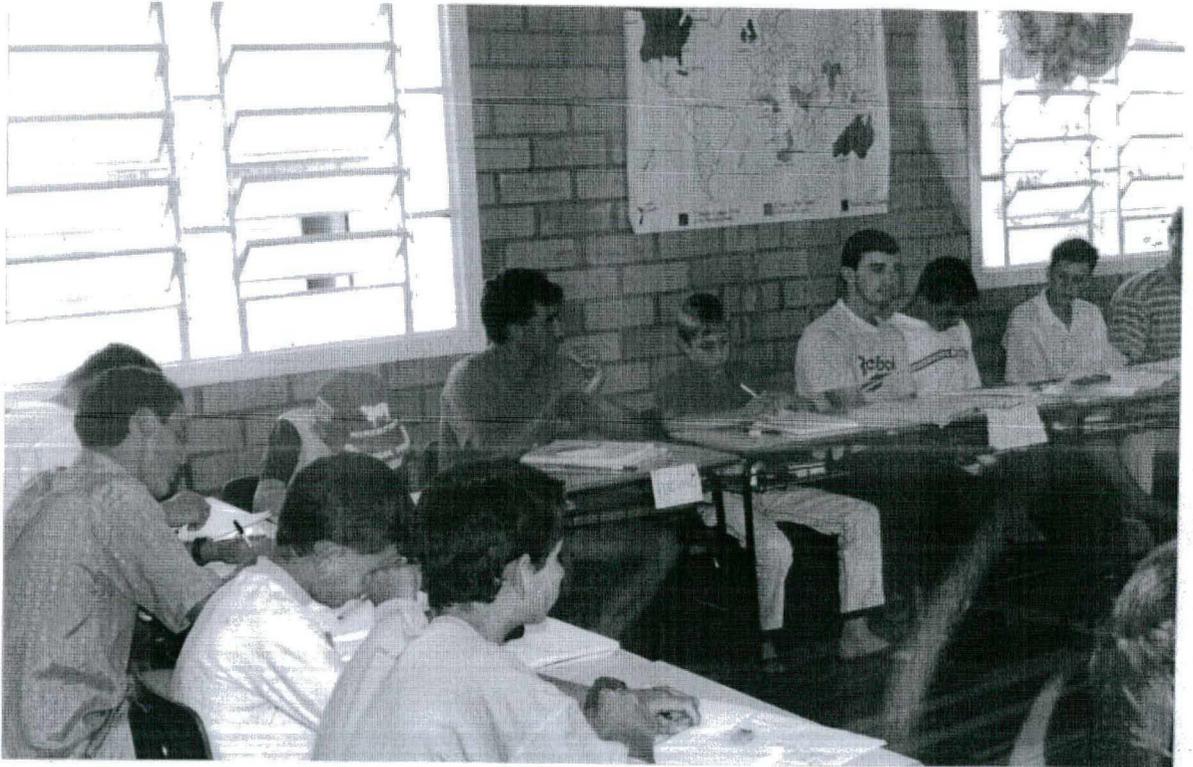
# A CASA FAMILIAR RURAL SANTO

## AGOSTINHO

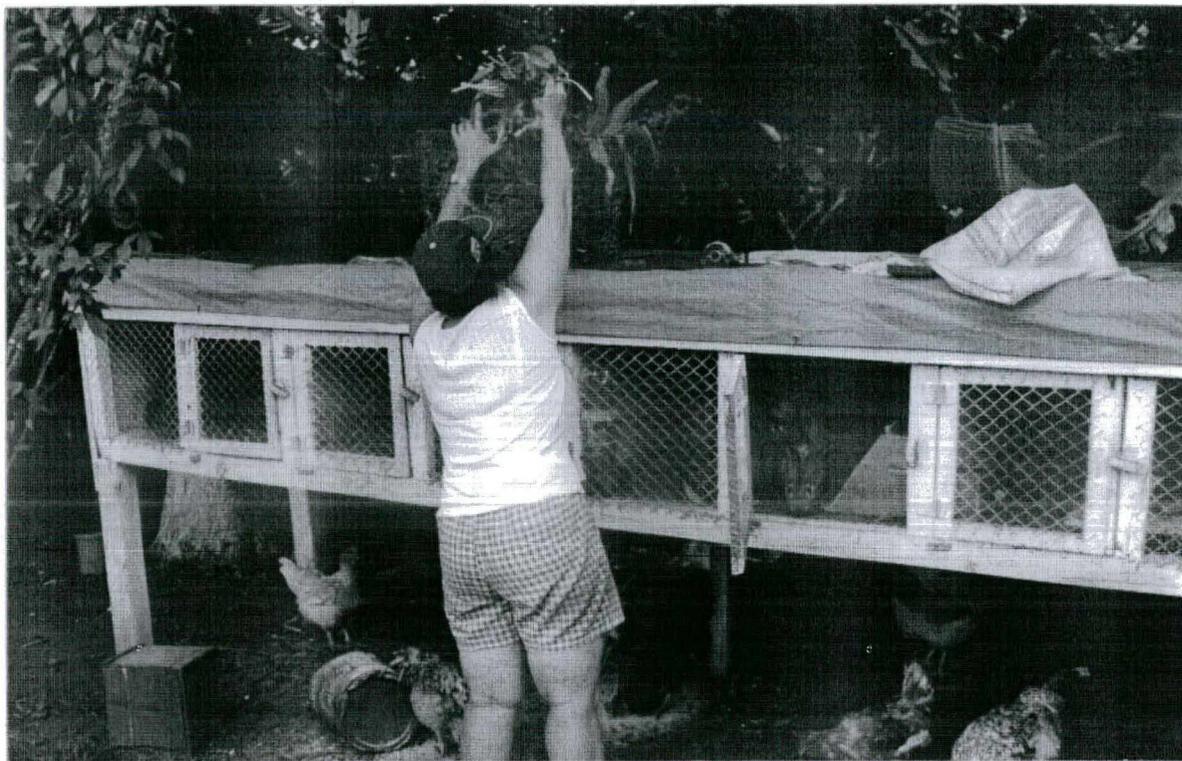


# A CASA FAMILIAR RURAL SANTO

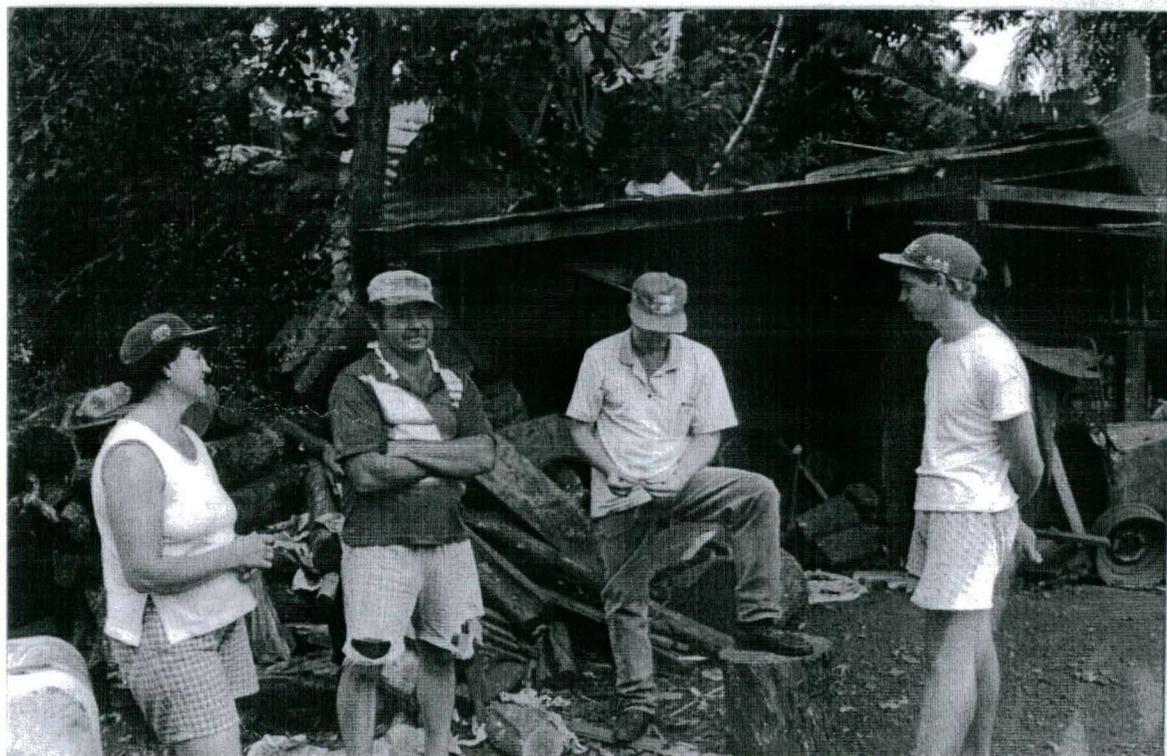
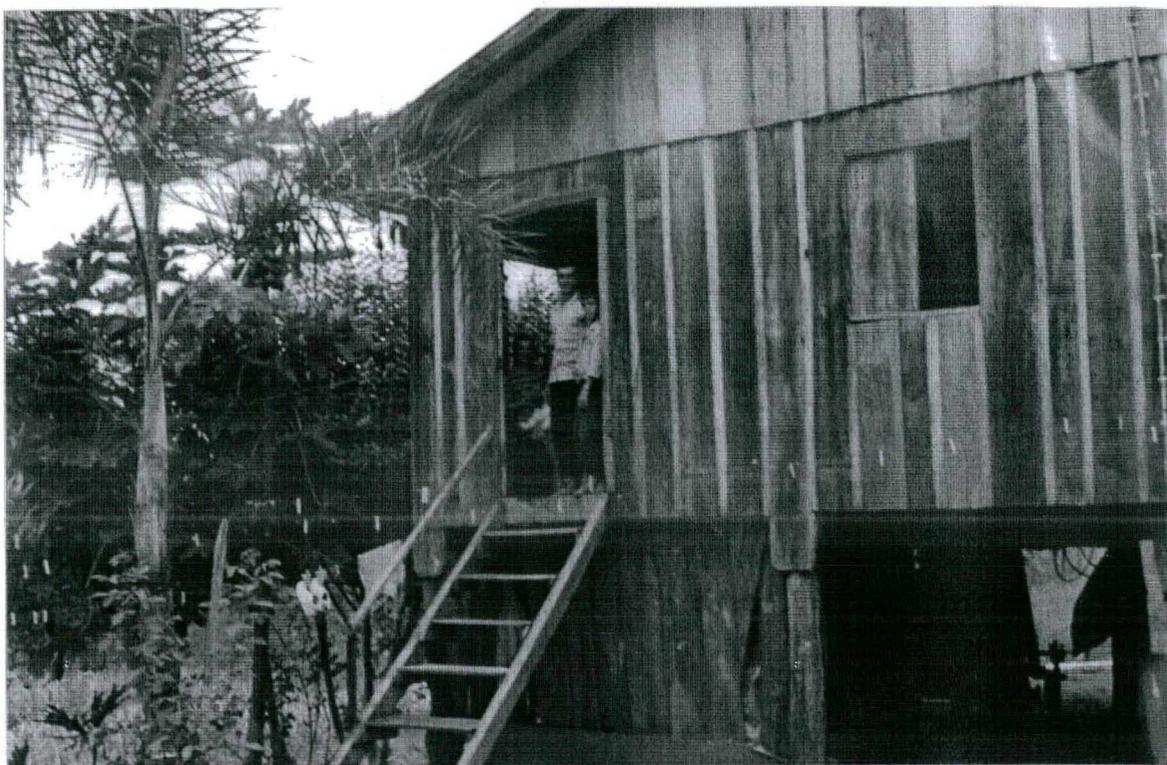
## AGOSTINHO



## “AS FAMILIAS ILUMINADAS”



# "AS FAMÍLIAS ILUMINADAS"



# TRABALHO NA CASA FAMILIAR RURAL

Semana de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 199 \_\_\_\_\_

Plano de Estudo \_\_\_\_\_

Estudos das Culturas \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Estudos das Criações \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Estudos Sociais \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Estudos diversos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## OBSERVAÇÕES DOS MONITORES

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....  
ASSINATURA

---

---

## TRABALHO NA PROPRIEDADE

Semanas de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 199 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## OBSERVAÇÕES DOS PAIS

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....  
ASSINATURA



## ESCOLA FAMILIAR RURAL SANTO AGOSTINHO

Criada pela lei municipal nº 957/92.

Fundada em 26/01/92

Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12

**Fone: (049) 7911670 e-mail: cfrqbo@unoesc.rct-sc.br**

Linha Sachet - Quilombo SC - 89850-000

### AVALIAÇÃO DOS ANOS DE 1993 À 2000

#### Pedagogia da alternância

NO	Número de Monitores		Número de Jovens		Transferidos		Desistentes				Conclusão				Núm. Atual	
	F	M	F	M	F	M	Propried.		Empreg.		2º grau e Prop.		Empreg/Out			
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
1993		2	2	38	1	2		1		3		13		12	1	8
1994		3	8	12	2	1		1	2		2	8		2	2	
1995		3	1	15				1				12	1	2		
1996	1	3	2	10			1	3	1	1		5		1		
1997	1	4		9				3								6
1998	1	3	1	22				2		2						19
1999		5	4	14		1	1								1	15
2000	1	4	2	15												17

Média de Monitores por ano = 3,5

Média de jovens que iniciaram as turmas = 19,37

Número total de jovens que iniciaram os estudos CFR = 155

Número de jovens que estão cursando CFR = 57

Número de jovens que concluíram CFR = 67

Média de jovens por ano que concluíram CFR = 16,75

Transferência e desistência = 19,8%

Agricultores Arrendatários = 15 propriedades das 57 propriedades que estão cursando CFR.

42 propriedades na média de 12,5 hectares.

Dos 67 jovens que se formaram CFR Quilombo, SC 80% continuam exercendo atividade no meio rural com seus familiares.

A partir do ano de 2000, início as atividades do 2º grau, projeto este inovador e como desafio para projeto futuro das Casas Familiares Rurais no Brasil. Início-se as atividades com 16 jovens; destes, 13 já freqüentaram CFRs e 3 cursaram em escolas tradicionais.

O funcionamento segue com base na Pedagogia da Alternância.

Total de jovens que estão cursando CFR de Quilombo é de 73. A CFR de Quilombo atende as propriedades dos jovens já formados e agricultores interessados na região, abrangendo aproximadamente 300 famílias.

Quilombo abril de 2000.

**Escola Familiar Rural Santo Agostinho**  
 Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92  
 CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo. Fone: (049) 7911670 E-mail cfrqbo@unoesc.rct-sc.br

**1º ANO - 1ª Alternância** **TEMA: Casa Familiar Rural - Pedagogia da alternância**  
**OBJETIVOS:** Preparar o jovem para ingressar na CFR e despertar no jovem e família a importância de buscar o conhecimento.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Projeto CFR	Comunicação	Formas Geométricas: Blocos Esferas Mosaicos Polígonos	O Big-Bem origem Do universo.	Origem da Casa Familiar Rural	Localização Noção de espaço Espaço territorial		Exame médico
Atividades agrícola desenvolvidas no município	Língua Código	Operações Fundamentais  Múltiplos e Divisores		História da Família	Pontos cardiais Coordenadas geográficas Paralelos		
Atividades em potencial E que poderão ser potencial	Relação Ortografia			História da Comunidade	Meridianos	Estudo do logotipo de Casa Familiar Rural	
Solo como fator de produção							
Assuntos gerais							



**Escola Familiar Rural Santo Agostinho**

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Satchet Quilombo. Fone: (049) 7911670 E-mail [cfrrbo@unoesc.rct-sc.br](mailto:cfrrbo@unoesc.rct-sc.br)

**1º ANO - 2ª Aterrnância** **TEMA: Solos**

**OBJETIVOS:** Conhecer a estrutura, textura, funcionamento e comportamento dos diversos elementos.

CONTEUDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Introdução	Leitura	Frações	O Solo: Formação do solo	História de Santa Catarina	Natureza como fonte de vida	Através das cores identificar o P.H do solo	Exercícios de coordenação
Formação do solo	Interpretação	Números decimais e medidas	Tipos de solo				
Composição do solo	Significado das palavras	Construções Geométrica	Aproveitamento do Solo	Indústria	Natureza e seus elementos		Futebol de campo
A matéria orgânica	Letra: Representação do som	Áreas e Perímetro	Solo e vida	Comércio	Recursos naturais		
Qualidade física, química e biológica	Produção de texto			Agricultura	Trabalho humano		
Erosão do solo	Ortografia						
Pratica de conservação	Uso da letra						
Adubação verde	Maiúscula						
Acides e calagem							
Adubação corretiva							
Assuntos diversos							



Escola Familiar Rural Santo Agostinho  
 Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92  
 CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtet Quilombo. Fone: (049) 7911670 E-mail: cfrrqbr@unoesc.rct-sc.br

1º ANO - 3ª Alternância TEMA: Coleta de amostra de solo  
 OBJETIVOS: Conhecer os procedimentos e a importância da coleta de amostras

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Escolha da área	Leitura	Áreas e Perímetro	A vida no solo	Brasil dos Índios	Origem do solo em nossa regras		
Como tirar amostra de terra para análise.	Interpretação	Possibilidades e estatística: Tabela e gráficos Média Aritmética	Aspectos químicos no Solo	Origem	Atividades econômicas	Desenho da propriedade	Práticas esportivas
Como embalar a amostra para análise.	Significado das palavras	Porcentagens		Pré-história do Brasil			Futsal
Como mandar a amostra de solo para o laboratório.	Classificação das vogais	Frações		Evolução do homem	Interdependência e a integração entre as atividades econômicas		
	Produção de Texto						
	Ortografia			Descobrimto da América			



Escola Familiar Rural Santo Agostinho

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo. Foné: (049) 7911670 E-mail: [efrjbo@unoesc.rct-sc.br](mailto:efrjbo@unoesc.rct-sc.br)

1º ANO - 4ª Alternância TEMA: Adubação verde de inverno  
OBJETIVOS: Despertar a necessidade de melhoria da qualidade do solo.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Necessidade da Adubação	Leitura Interpretação	Frações Porcentagens	Relação das plantas com outros seres.	Chegada dos Portugueses ao Brasil	Noções de Clima	Desenho da propriedade com a localização da horta no mapa	Atividades de alongamento
Germinação das plantas	As sílabas O alfabeto	Áreas e perímetros Medidas	Domesticação das plantas pelo homem.	Grandes navegações	Influência do Clima		Prática esportiva
Sistema Radicular das plantas de cobertura de solo	Elaboração de texto	Números naturais Proporção	Emprego da água no processo de produção.	Descobrimento do Brasil	Elementos que formam o Clima		
Desenvolvimento das plantas	Ortografia	Volume	Preservação, degradação e recuperação do meio ambiente	Portugal e o Brasil	Temperatura do ar		
Rotação de culturas					Pressão atmosférica		
Análise de massa verde e matéria seca					Os ventos		
Características das variedades					Chuvvas e outras precipitações		
Escolha das variedades					Hidrografia		

**Escola Familiar Rural Santo Agostinho**

Criada pela lei municipal nº 957/92, Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo.

Fone: (049) 7911670 E-mail: cfrrb@unoesc.rct-sc.br

**1º ANO - 5ª Alternância TEMA: Horticultura**

**OBJETIVOS:** Despertar a importância da produção.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Importância das hortaliças	Leitura	Frações Medidas	O aproveitamento do solo e água Os recursos hídricos e o trabalho.	Economia colonial	Atividades extrativa vegetal e as formações vegetais	Música folclórica local e regional	Recreação através de jogos Futsal
Instalação de uma Horta	Redação	Múltiplos e divisores	Adaptação e sobreviv. Dos ecossistemas	Pau-Brasil			
Ferramentas úteis	Substantivo (definição)	Operações fundamentais	A produção de alimentos	Cana da açúcar	As formas de extrativismo vegetal		
Preparo de canteiros e sementeira	Artigos (definição)	Áreas		Produtos de exportação			
Semeadura na sementeira	Adjetivos (definição)	Proporcionalidade		Decadência do Açúcar	As grandes formações vegetais: Florestas Campos Xerófilas Alagadiços		
Transplante e irrigação.	Ortografia			Mineração			
Plantio direto				Decadência do Ouro			
Transplante							
Valor vitamínico.							

**Escola Familiar Rural Santo Agostinho**

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Satchet Quilombo. Foné: (049) 7911670 E-mail: [efrcb@unoesc.rct-sc.br](mailto:efrcb@unoesc.rct-sc.br)

**1º ANO - 6ª Alternância TEMA: Administração Rural**

OBJETIVOS: Possibilitar o jovem e sua família domínio sobre os fatores de produção.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Divisão econômica rural	Exposição oral e escrita	Frações	As bactérias	Governo no Brasil Colônia	Agricultura e as formações, (condições naturais)	Teatro	Relação peso x volume
Princípios econômicos	Numeração (Numeral)	Operações fundamentais	Gestão ambiental	Capitanias Hereditárias	Solo e a Agricultura	Desenho arquitetônico	Número de jogadores no campo de futebol
Setores econômicos de produção	Pronome	Múltiplos e divisores		Governo Geral	Clima e a Agricultura		Calor, água e energia
Principais sistemas de mercado.	Ortografia	Linguagem matemática		Governo e direitos Humanos	Relevo e a Agricultura		Atividades esportivas
Fatores de produção que afetam o mercado agrícola.	Concordância nominal	Possibilidades e estatística			Sistemas Agrícolas		
Tipos de mercado.		Porcentagem					
Funções da comercialização.		Números negativos e positivos					
Gestão agropecuária.		Usando letras em matemática					
Custo de produção		Equações					
Coleta e análise dos dados		juros					

Escola Familiar Rural Santo Agostinho

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92. Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo. Fone: (049) 7911670 E-mail: [efrqb@unoesc.rct-sc.br](mailto:efrqb@unoesc.rct-sc.br)

1º ANO - 7ª Alternância TEMA: Saneamento básico.

OBJETIVOS: Executar melhorias de saneamento nas propriedades dos jovens.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Conhecendo sobre o saneamento	Leitura	Áreas e volume	Propriedades de água	Cultura no Brasil	O homem na biosfera	Confecção de cartazes	O esporte ajudando o sistema nervoso
A água	Elaboração de Texto	Medidas	Água e vida	Contribuição do negro, índio e do branco	Relação Homem x natureza		Práticas esportivas
Os esgotos	Acentuação das proparoxítonas, paroxítonas, oxítonas e monossílabos tônicos	Construções geométricas	Propriedades do ar		Problemas do nosso povo		
O lixo	Ortografia		Ambiente e saúde		As cidades e as atividades urbanas		
A residência	Uso de parágrafos e letra manuscrita		Micróbios patogênicos		A cidade e os problemas de saneamento		
A alimentação.			Defesas do organismo		O espaço rural brasileiro		
			Vermínoses		Problemas no espaço rural		
			Saneamento básico				

Escola Familiar Rural Santo Agostinho  
 Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92  
 CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo. Fone: (049) 7911670 E-mail: efrqbo@unoesc.rct-sc.br

**1º ANO - 8ª Alternância** TEMA: Milho  
 OBJETIVOS: conhecer novas tecnologias e o funcionamento da planta.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Histórico	Leitura	Média aritmética Unidades de medida de área	Temperatura, clima e estações do ano Translação e rotação da terra	Sociedade brasileira no Brasil colônia: Senhores e escravos	Criação de Gado	Músicas folclóricas	Atividades dirigidas para recreação Prática esportiva
Importância da cultura	Interpretação oral e escrita		A umidade do ar	Sociedade Açucareira	Matérias primas animais:		
Biologia do milho e climatologia	Ortografia		A Raiz		Domesticação de animais Tipos de criação		
Desenvolvimento da planta e cultivares	Elaboração de texto		O caule	Sociedade Mineradora	Aspectos da pecuária		
Orçamento e Preparo do solo	Verbo (definição)		Folhas	Sociedade Pecuária	Brasil e a criação de gado		
Adubação	Emprego do NH, LH, LU, O, U, E e I			Sociedade Agrícola de subsistência	Matéria prima animal		
Plantio							
Tratos culturais							
Pragas e doenças							
Colheita							
Armazenagem e conservação							
Comercialização e custo de produção							

**Escola Familiar Rural Santo Agostinho**

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo. Fone: (049)7911670 E-mail [efrqb@unoesc.rct-sc.br](mailto:efrqb@unoesc.rct-sc.br)

**1º ANO - 9ª Alternância TEMA: Saúde e alimentação**

**OBJETIVOS:** conhecer o corpo humano e seu funcionamento.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
O que eu conheço O que nós conhecemos	Exposição oral Elaboração de frases Ortografia	Frações Múltiplos e divisores Um método para calcular porcentagens Gráficos de segmentos volumes	Cuidados para garantir a saúde Os animais e a saúde As plantas e a saúde Os fungos e a saúde Os monras e a saúde Os vírus e a saúde Ambiente e saúde	Escravização no Brasil colônia: A vida dos escravos Destruição dos costumes Racismo	Continuação de alternância anterior	Confeção de cartazes - Desenho	Práticas esportivas
Hábitos alimentares							
O corpo humano	Representação do som. S - C, Ç, S, SS, SC, SÇ, X, SC						
Tipos de alimentos Alimentos alternativos	Advérbio						
Saúde e os alimentos	Pontuação						
Doenças regionais							
Medicina simples Plantas medicinais							

Escola Familiar Rural Santo Agostinho

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo. Foné: (049) 7911670 E-mail [cfrrpo@unoesc.rct-sc.br](mailto:cfrrpo@unoesc.rct-sc.br)

**1º ANO - 10ª Alternância TEMA: Suinocultura.**

**OBJETIVOS:** conhecer o corpo humano e seu funcionamento.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Suinocultura catarinense	Leitura	Números decimais	Anatomia dos animais	Comércio no Brasil colônia:	Atividades econômicas:	Desenhos	Prática esportiva
Sistema de criação	Interpretação	Medidas	Fisiologia do porco	Exportação	Interdependência	Estudo de letras e música	
Cuidado com recém nascidos	Frase e Oração	Áreas	Os fungos, bactérias e vírus que causam doent	Importação	e a integração das atividades econômicas		
Reprodução dos suínos	Ortografia: Uso das letras H, S e Z	Estatística e gráficos	Os parasitas do animais e seu controle		Distribuição da população		
Sanidade dos suínos.	Pontuação	Medidas de capacidade	Origem das raças				
Custos simplificados	Acentuação	Proporções	Fontes de energia				
			O animal e o trabalho social				
			Destino dos produtos de origem animal				

Escola Familiar Rural Santo Agostinho  
 Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92  
 CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sacht Quiombo. Foné: (049) 7911670 E-mail cfrqbr@unoesc.rct-sc.br

1º ANO - 11ª Alternância TEMA: Avicultura.  
 OBJETIVOS: conhecer os diferentes sistemas de criação alternativos.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
O que eu conheço O que nós conhecemos	Produção de texto Pontuação	Proporção Medida de volume Medida de massa	Propriedades dos seres vivos Aves: Características da ave Reprodução da ave Classificação da ave	Expansão territorial: Pecuária Criação de gado no Sul e no Nordeste Atividade dos missionários	Mercado consumidor: Faixas do mercado consumidor Relação entre a renda de uma população e o desenvolvimento econômico e social	Desenho Análise de música	Recreação e Prática esportiva
Introdução	Parágrafos						
Instalações	Acentuação						
Sistemas de criação	Sujeito e predicado(definição)						
Doenças	Ortografia: Houve - Ouve Trás - Traz Por e querer pedem S						
Anatomia							

Escola Familiar Rural Santo Agostinho

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachtel Quilombo. Fone: (049) 7911670 E-mail cfrqbo@unoesc.rct-sc.br

1º ANO - 12ª Alternância TEMA: Industrialização geral

OBJETIVOS: conhecer os diversos processos de transformação, bem como a legislação que normatiza estas atividades.

CONTEÚDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Conhecendo nossa história.	Leituras informativas Elaboração de textos. Ortografia	Áreas	Elementos químicos	Indústria no Brasil Cofônia	Atividade industrial: O que é indústria	Música	Atividade recreativa e esportiva.
Tipos de alimentos.	(eu-mim/raim-rão)	Volumes	Agentes degenerantes		Evolução da atividade industrial	Recorte e colagem	
Qualidade.	Predicado Verbal e nominal	Gráficos	Agente fermentador		Revolução industrial		
Contaminação		Porcentagens			Capitalismo		
As indústrias.		Frações					
Manipulador de alimentos		Matemática, comércio e indústria					
Doenças veiculadas pelos alimentos.							
Receitas diversas e forma de prepará-las.							



Escola Familiar Rural Santo Agostinho

Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92

CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachel Quilombo. Foné: (049) 7911670 E-mail: cfrrqbo@unoesc.rct-sc.br

1º ANO - 13ª Alternância TEMA: Adubação verde de verão.

OBJETIVOS: Dar continuidade na proteção do solo contra a ação erosiva.

CONTEUDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
Comportamento das cultivares	Interpretação	Medidas	Mesma da 4ª alternância	Lutas pela libertação do Brasil: Independência	Atividade extrativa mineral: Minerais	Desenho: cores primárias e secundárias	Atividades esportivas
Porque fazer adubação verde de verão.	Produção de texto	áreas			Distribuição geográfica de alguns minerais		
Como cultivar corretamente	Ortografia						
Variedades e espécies.	Acentuação ( exceções )						
	Sujeito simples e composto						

Escola Familiar Rural Santo Agostinho  
 Criada pela lei municipal nº 957/92. Fundada em 26/01/92 Parecer CEE nº 349/92 de 15/12/92  
 CGC nº 72.335.664/0001-12 Linha Sachel Quilombo. Fone: (049) 7911670 E-mail [efrqb@unoesc.rct-sc.br](mailto:efrqb@unoesc.rct-sc.br)

**1º ANO - 14ª Alternância TEMA: Revisão geral**

**OBJETIVOS:** Revisar todos os temas e dar ênfase aos assuntos de maior importância para as propriedades dos jovens bem como seus conhecimentos.  
**OBS:** no decorrer do ano letivo os conteúdos desse plano serão definidos

CONTEUDO TÉCNICO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIENCIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	ARTES	ED. FÍSICA
	Leitura Exposição oral Ortografia Concordância verbal Produção de texto	Frações Porcentagens Áreas Medidas Operações fundamentais Matemática comércio e indústria	Recursos naturais Preservação do ambiente Os seres vivos e o Ambiente Biosfera	Mudanças econômicas após a independência do Brasil	Formas de extrativismo mineral: Indústria extrativa mineral	Confeção de cartazes	Atividades esportivas diversas

# **III Encontro da Juventude Rural**

## **FEIRA DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Entre os dias 22 e 24 de fevereiro de 2000, em Esteio-RS, no Parque de Exposições Assis Brasil, foi realizado o III Encontro da Juventude Rural, em conjunto com o IV Encontro da Agricultura Familiar e a I Feira da Agricultura Familiar.

Somos rapazes e moças, filhos e filhas de agricultores familiares, e representamos uma parcela significativa da população rural. Participamos decisivamente da produção dos alimentos para este país. Além disso, queremos continuar trabalhando a terra, preservando nossa cultura e contribuindo com o desenvolvimento do meio rural brasileiro. Temos consciência de que é nosso papel garantir a continuidade da agricultura familiar e que ela é a melhor forma de desenvolver o meio rural com sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Contudo, as condições em que se encontra a agricultura familiar e a juventude rural, em particular, não nos têm permitido continuar vivendo dignamente como agricultores e agricultoras, nem nos têm dado perspectivas de continuar vivendo no meio rural, empurrando-nos para as cidades, para viver, muitas vezes, em condições ainda piores.

Queremos uma nova política de educação para o meio rural e para os filhos(as) de agricultores familiares, que leve em consideração nossa realidade e que valorize o espaço rural como um lugar para a realização do(a) jovem agricultor(a).

Queremos uma política de formação profissional, que tenha como base a agricultura familiar e um novo projeto de desenvolvimento para o meio rural. Esta formação profissional deve levar em consideração não apenas o trabalho agrícola, mas todas as possibilidades de desenvolvimento que o meio rural propicia. A agroecologia e a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento devem ser pano de fundo para esse programa.

Queremos uma política de acesso à terra, que garanta ao jovem agricultor condições de começar sua vida profissional. Em um país que dispõe de terras em abundância, fica evidente a necessidade urgente de uma política de reforma agrária que permita a permanência do(a) jovem agricultor(a) familiar no campo.

Queremos uma política agrícola diferenciada para o(a) jovem agricultor familiar, que garanta os instrumentos necessários para viabilizar as nossas novas unidades de produção.

Queremos uma política de geração de trabalho e renda para o meio rural, que não se restrinja ao trabalho agrícola, permitindo ao jovem do campo realizar-se profissionalmente nas mais diversas áreas (agroindústrias, turismo rural, etc.).

Queremos uma política de infra-estrutura comunitária, que garanta alternativas de lazer, esporte e cultura no espaço rural.

Nós jovens somos atores essenciais para a vida no campo e só participando ativamente de nossas organizações estaremos contribuindo para a construção de um novo projeto de desenvolvimento.

Por fim, reafirmamos nesse III ENCONTRO DA JUVENTUDE RURAL o nosso compromisso de fortalecer a organização da juventude rural, bem como da Frente Sul da Agricultura Familiar.

*Esteio, 24 de fevereiro de 2000.*

## CARTA DE ESTEIO - RS

### **Agricultura Familiar: a vida e o desenvolvimento que queremos.**

Nós Agricultores Familiares, reunidos em Esteio - RS, ao discutirmos a realidade da Agricultura Familiar no Brasil, e considerarmos as tendências das atuais políticas públicas, registramos as propostas de 3.700 agricultores e agricultoras familiares dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, reunidos no IV Encontro da Agricultura Familiar, III Encontro da Juventude Rural e I Feira da Agricultura Familiar, durante os dias 22, 23 e 24 de fevereiro de 2000, apresentamos para toda a sociedade eixos de desenvolvimento para a agricultura, que compõe a construção de um projeto de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, nos manifestamos contrários à atual política econômica que está sendo conduzida pelo Governo Federal. Queremos uma política que leve nosso país ao crescimento sustentável e solidário e que priorize principalmente a inclusão de milhares de brasileiros (as) na marcha do desenvolvimento.

Neste sentido, assumimos a responsabilidade pela proposição de alternativas reais, afirmando a possibilidade concreta do desenvolvimento econômico, social e ambiental, cuja condição é a AGRICULTURA FAMILIAR enquanto complexo de relações produtivas.

Para reverter esta situação, nós - agricultores e agricultoras familiares presentes no evento - exigimos do Governo Federal:

- ✓ a redução imediata das taxas de juros, permitindo o investimento produtivo;
- ✓ a declaração da moratória das dívidas interna e externa, renegociando-as conforme o interesse nacional, sem submeter-se aos interesses do FMI;
- ✓ a retirada do comando dos órgãos governamentais todas as pessoas que possuem relações e comprometimento com o capital especulativo internacional;
- ✓ fim do processo das privatizações das Empresas Estatais estratégicas da economia brasileira;
- ✓ a reorientação da política de desenvolvimento nacional para a agricultura, cujo formato de organização de referência para a produção, é a unidade de produção familiar.

Para a consolidação deste projeto de desenvolvimento, propomos:

- ✓ definição de uma política fundiária que priorize mecanismos de acesso a terra e reforma agrária para os agricultores e agricultoras familiares;
- ✓ melhorias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em relação à: 1 - aumento dos valores destinados a este programa, principalmente ao Pronaf Especial; 2 - Encargos de 0% - sem incidência de encargos financeiros para recursos destinados ao custeio e investimento; 3 - aumento dos

prazos de carência; 4 - criação de uma linha de crédito para a habitação rural; 5 - implementação de uma política de seguro agrícola de acordo a realidade dos agricultores (as) familiares; 6 - criação de mecanismos de mercado que garantam renda dos produtos da agricultura familiar;

- ✓ criação de uma legislação específica que possibilite o estabelecimento de cooperativas de crédito dos agricultores e agricultoras familiares, e o acesso destas aos recursos oficiais de crédito;
- ✓ criação de programa de assistência técnica e pesquisa/desenvolvimento para a agricultura familiar, orientado para agroecologia;
- ✓ criação de programa de apoio a organização cooperativa e associativa da agricultura familiar;
- ✓ proibição imediata do desenvolvimento e cultivo de plantas transgênicas;
- ✓ adoção da proposta da Frente Sul da Agricultura Familiar sobre o endividamento dos agricultores e agricultoras familiares;
- ✓ definição de uma legislação que permita aos agricultores (as) familiares desenvolverem suas agroindústrias e comercializarem sua produção;
- ✓ direcionar recursos para a educação e formação profissional dos agricultores e agricultoras familiares;
- ✓ Incorporação da perspectiva de gênero e juventude nas atuais políticas públicas direcionadas ao setor rural;
- ✓ democratização do controle das políticas de saúde;
- ✓ que a Previdência Social vincule os benefícios como direitos, que garanta igualdade real entre rurais e urbanos - respeitadas as especificidades e diferenças - e que determine regras duradouras e claras de acesso aos benefícios.

Conhecedores que somos da nossa história, sabemos que nossas conquistas somente se concretizarão com muita luta e mobilização, por isto, neste ano de 2000, conclamamos a todos os agricultores e agricultoras familiares e suas entidades a desenvolverem ações municipais, estaduais e federais que demonstrem nossa insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento do país, e ainda, que os recursos e esforços públicos estejam voltados para a elaboração de políticas que priorizem a agricultura familiar como eixo estratégico de desenvolvimento do meio rural, centrado na sua relevância econômica, social, cultural e ambiental.

Estas ações devem ocorrer de forma articulada com o conjunto das entidades dos agricultores (as) familiares e com as organizações da sociedade que estão interessadas em um Brasil para todos e melhor.

Esteio, 24 de fevereiro de 2000.

# IV Encontro da Agricultura Familiar

## III Encontro da Juventude Rural

### I Feira da Agricultura Familiar

22, 23, 24/fevereiro/2000

#### 1 Sem medo de ser mulher

**Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer participando sem medo de ser mulher.**

Porque a luta não é só dos companheiros. Participando sem medo de ser mulher. Pisando firme sem pedir nenhum segredo. Participando sem medo de ser mulher.

Pois sem mulher a luta vai pela metade. Participando sem medo de ser mulher. Fortalecendo os movimentos populares. Participando sem medo de ser mulher.

Na aliança operária camponesa. Participando sem medo de ser mulher. Pois a vitória vai ser nossa com certeza. Participando sem medo de ser mulher.

#### 2 Eu venho de longe, eu sou do sertão

Eu venho de longe, eu sou do sertão, sou Pedro, sou Paulo, Maria e João, eu sou brasileiro, mas sou estrangeiro, lutei pela pátria e ganhei cativo!

**E agora me digam se eu tenho direito, se sou cidadão, ou por Deus não fui feito?**

Eu sou a nação, eu também sou irmão. Sou povo de Deus e não tenho porção, eu venho da fome, da seca e da dor, eu sou do trabalho e não tenho valor!

Eu faço a cidade e não moro, me arrango! Plantei e colhi, mas não conto, sou anjo. Eu venho da terra sem distribuição, eu sou do cansaço, sem compensação.

Eu venho de longe, eu sou do sertão, sou Pedro, sou Paulo, eu sou a nação. Eu faço a cidade, mas sou estrangeiro, lutei pela pátria e ganhei cativo.

#### 3 Cativos

Ouvi um pássaro cantar num cativo/ Naquele instante, eu não contive a emoção/ em saber que a beleza de seu canto/ condenou-o a viver numa prisão. Se por cantares hoje vives prisioneiro/ somos iguais neste ofício de cantor/ pra dar ao mundo mais poesia e ternura/ em liberdade cantar a vida e o amor.

**Não tem preço a liberdade, não tem dono. Só quem é livre sente prazer em cantar; se um passarinho canta mais quanto está preso, é no desejo de um espaço pra voar.**

Quantos homens nas gaiolas desta vida/ aprisionados pela impáfia do poder/ são como pássaros cativos da injustiça/ morrendo aos poucos na prisão do mal viver. Quero ver pássaros e homens livremente/ romper na vida toda forma de prisão/ que só o amor e a liberdade nos cativam/ aprisionando-se em cada coração.

#### 4 Cio da terra

Debulhar o trigo/ recolher cada bago do trigo/ forjar do trigo o milagre do pão/ e se fartar de pão/ Decepar a cana/ recolher a garapa da cana/ roubar da cana a doçura do mel/ se lambuzar de mel.../ Afagar a terra/ conhecer os desejos da terra/ cio da terra propiciã estação/ de fecundar o chão.

#### 5 Alô juventude

Alô juventude, alô juventude, encare com garra o peso da barra o tempo é escuro, mas tem solução. Pra ter no futuro um porto seguro precisa ter força, precisa ter raça, precisa ter amor no coração.

**Pra frente, pra frente, linda juventude. Você é a esperança do país. Pra frente, pra frente, linda juventude. E faça um futuro mais feliz.**

O Brasil é lindo, o Brasil é nosso, não seja um fraco, não fuja do barco, eu sei que é difícil remar contra a maré. Porém acredito que ainda tem jeito, a felicidade é nosso direito, a gente não pode perder a fé.

#### 6 Axé

**Irã chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar/ E neste dia os oprimidos numa só voz a liberdade irão cantar.**

Na nova terra o negro não vai ter corrente, os nossos índios vão ser vistos como gente. Na nova terra o negro, o índio, o mulato, o branco e todos vão comer do mesmo prato.

Na nova terra a mulher terá direitos, não sofrerá humilhações e preconceitos. O seu trabalho todos vão valorizar, das decisões ela irá participar.

A raça negra, a maioria deste chão, ainda hoje busca a abolição. A nova terra - o Palmares renascido será conquista deste povo não vencido.

Na nova terra o fraco, o pobre, o injustiçado serão juizes deste mundo de pecado. Na nova terra o grande, o forte, o prepotente irão chorar até ranger os dentes.

## ● Coração livre

Eu vejo que a juventude tem muito amor, carrega a esperança viva no seu cantar, conhece caminhos novos, não tem segredos, anseia pela justiça e deseja a paz. Mas vejo também a dor e a insegurança que dói quando é hora certa de decidir. Tem medo de deixar tudo e não se cansa, diz não ao caminho certo e não é feliz.

**Ei, juventude - rosto do mundo, teu dinamismo logo encanta quem te vê a liberdade aposta tudo, não perde nada na certeza de vencer.**

Vai, vende tudo que tens, dá a quem precisa mais, vem e segue-me depois, vem comigo espalhar a Paz.

Jesus convida, conta contigo, mas é preciso ter coragem de morrer. Coração livre, comprometido. Partilha tudo sem ter medo de perder.

## ● Me leva pra luta

Com você sou mais eu, junto somos mais que dois, pra este mundo ser melhor, é preciso dar as mãos. E caminhar... e caminhar.

**Me leva pra luta, me mostra o caminho. Revela o segredo pra viver sem medo (bis)**

Nossa cara, nossa voz, nossa sede de amor. Nosso jeito de viver juntos, vamos construir. E caminhar... e caminhar.

## ● Veneno na terra

Veio o progresso e destruiu as matas, e os passarinhos já foram embora. Os que não foram o veneno matou/ ai que tristeza! Paraná de outrora/ sei que o progresso é muito importante/ mas muita coisa ele também destrói/ a natureza silvestre e saudável/ já não tem mais e o coração me dói/ não vejo as águas dos rios e riachos/ tão cristalina como antigamente/ onde as espécies matavam a sede/ e a natureza sorria prá gente/ veneno bravo do progresso louco/ poluiu tudo desgraçadamente.

É muito lindo verdura plantada/ ver os triguais, os arrozais também/ mas é na base do puro veneno/ venham e me digam que graça isto tem/ ganância é triste querem plantar tudo/ porque não plantam só a metade/ preserve as matas, a mãe natureza/ que dá saúde para a humanidade/ como é que antes plantavam e colhiam/ sem um veneno não havia fome/ por que um inseto combatia o outro/ e não morria envenenado o homem/ mas gananciosos derrubaram as matas/ é só veneno que o povo come.

Quero a volta das verdes matas/ quero as espécies do animal nativo/ quero os peixes e as águas puras/ e,

também quero o progresso vivo/ quero o retorno do passarinhos/ quero a pureza do campo e da serra/ prá não matar o homem do amanhã/ não ponha mais veneno na terra/ quero que morra o cientista burro/ e no caixão leve todo o veneno/ quero que nasça o cientista humano/ com outra química para o terreno/ vão se unir matas e plantações/ e amanhecer molhadas de sereno.

## ● Cântico do Movimento Sindical

De que me adianta, ser trabalhador, não tenho valor e sou derrotado, lavrando este chão produzindo grão para o patrão levar para o mercado, qualquer qualidade não tem quantidade, colhe a vontade, tudo que é plantado toda produção da nossa nação, passa em nossas mãos, trabalho pesado, isto se consome e nós passa fome e o que pobre come tem que ser comprado.

Por falta da roça vivemos na fossa, esta vida tem que ser mudada, porque os patrões são donos do chão e não abrem mão da terra explorada, fazendo que o pobre vá em busca do cobre mas ele descobre que foi assaltado pelo seu serviço sem compromisso, parece um feitiço, condição danada o pobre trabalha por uma migalha e entrega a medalha e fica sem nada.

Que saudade eu tenho da roça e do mato fazia o meu trabalho com felicidade a terra era boa, caia garoa não ficava a terra era uma bondade agora hoje em dia só vê bóia-fria pela rodovia deixando a cidade nesta triste sina com chuva e neblina vão para as usinas grandes quantidades enfrentando o patrão com exploração faz um serviço e recebe metade.

Com meus companheiros já me organizei e já me cansa de ser explorado, vamos ser valente lançando a semente flor e a corrente, num país mudado, esta pátria nossa e não há quem possa nem que a coisa engrossa, nós dá o recado, vamos dar as mãos fazendo a união é a solução pra dar resultado, não somos vencidos, trabalhadores unidos que o Brasil querido será transformado.

